UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus Rio Claro

Subúrbio, morro e terreiro: a geografia da prática cultural dos negros em meio ao processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1940.

Marcelo Pereira da Silva

Orientador (a):
Professora Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira

Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação na Área de Organização do Espaço para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Rio Claro (SP)
2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus Rio Claro

Subúrbio, morro e terreiro: a geografia da prática cultural dos negros em meio ao processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1940.

Marcelo Pereira da Silva

Orientador (a):
Prof.ª Dr.ª Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira

Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação na Área de Organização do Espaço para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Rio Claro (SP)
2010

Comissão examinadora

Prof.ª Dr.ª Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira

Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes

Prof. Dr. Antônio Carlos Sarti.

Rio Claro, 29 de Novembro de 2010

RESULTADO: APROVADO

O presente trabalho é dedicado a todos aqueles que estudam e se identificam com as diversas formas de manifestação de matriz africana - dentre elas o samba, o jongo, o candomblé e a umbanda – e reconhecem a indubitável contribuição que os movimentos referidos prestam para a formação da rica e híbrida cultura brasileira.

Agradeço à professora orientadora Bernadete Castro pela carinhosa receptividade desde o primeiro encontro, sem impor qualquer restrição ao projeto e pela paciência durantes os esclarecimentos; à professora Andréia Medinilha Pancher pelo precioso auxílio acerca da utilização dos mapas ilustrativos; à querida amiga Fernanda Maria Padilha pelos conselhos antes e durante o curso; à eterna amiga, companheira de agruras Ana Carolina Rios que sempre trouxe a solução para os diversos obstáculos encontrados ao longo do curso; a minha esposa Ana Carolina Igreja e aos meus familiares por me apoiarem em mais uma das minhas jornadas.

Resumo

Através deste estudo procuramos debater de forma interdisciplinar a respeito do desdobramento sócio-espacial ocasionado pela reforma urbana realizada no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro e continuada por gestores municipais ao longo do século, que mantiveram a lógica burguesa de apropriação do espaço, resultando em sérios impactos sobre as camadas mais pobres da população e, por sua vez, sobre a espacialização das manifestações culturais dos negros, seja no campo religioso, cultural ou festivo.

Nossa intenção está justamente em ter como foco principal as práticas religiosas e culturais dos negros na cidade do Rio de Janeiro, fazendo o contraponto com a consolidação de uma sociedade burguesa inspirada nos padrões europeus de comportamento, o que por sua vez acarretou em repressão e rearranjos espaciais para os demais setores sociais.

Observa-se na atualidade a nítida divisão do espaço no que tange à prática religiosa, pois enquanto os cultos cristãos tais como catolicismo e protestantismo, reconhecidos socialmente, tem livre fixação em qualquer área da cidade, não vemos na mesma proporção a presença de centros de candomblé e umbanda.

O presente trabalho busca traçar a relação entre as mudanças dos conceitos comportamentais da sociedade carioca em inícios do século XX e o peso que essas alterações tiveram sobre os hábitos dos negros e brancos pobres.

A absorção do conceito europeu de civilização, sobretudo de influência francesa, estava em desacordo com a conduta dos populares que habitavam o centro do Rio de Janeiro.

Muitos trabalhos já se debruçaram sobre os aspectos urbanísticos, habitacionais e sociais que a Reforma Pereira Passos e os governos subseqüentes tiveram sobre a população carioca, porém não encontramos até o presente momento estudo que tente fazer a relação entre a citada reforma e a religião afro-brasileira.

É importante frisar que está longe de nossos propósitos estabelecer que aquela reforma tenha sido o único motivo para as mudanças da realidade da localização espacial da religiosidade afro-brasileira no perímetro urbano

carioca, mas se pretende demonstrar que contribuiu sobremaneira para o deslocamento para áreas afastadas do centro, convertendo o subúrbio e a Baixada Fluminense como locais de fixação das casas de candomblé e umbanda.

A localização estratégica do centro urbano para as relações comerciais que envolviam o mercado internacional potencializaram a especulação imobiliária e inevitavelmente a valorização do solo no centro urbano carioca acarretando na remoção dos populares (o que já fora largamente estudado) e revelou-se impactante de modo substancial sobre as práticas sociais populares, dentro delas as religiões de matriz africana.

Palavras-chave: geografia. cultura. religião. candomblé. umbanda. urbanização. subúrbio.

Abstract

This paper has as principal objective studying the transformations that had taken part in Rio de Janeiro, specifically in the architecture of the city and in population's behavior during the growth of the bourgeoisie in the beginning of the republican's regime, in the first part of the 20th century. After the observation of the changes that had occurred, we are now able to show the relations between the repressions over different types of popular demonstrations, emphasizing the African's rituals. Our principal aim it is to create an analogy between the understanding at this epoch about the concept of civilized nation, based in European´s standards, that were imposed by the dominant class, and the inept quality of these popular rituals that had generated the removal of the society's poorest layers from the urban center of the capital, resulting into an indirect establishment of demarcated geographic areas to the African-descendents liturgies' practices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10
CAPÍTULO 1. METODOLOGIA E TRAJETÓTIAS 17
CAPÍTULO 2. EVOLUÇÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO 22
2.1. A fundação da cidade: Portugal x França 23
2.2. A transformação: economia e urbanização 33
2.3. A vinda da Família Real 37
2.4. O regime republicano e a capital 42
CAPÍTULO 3. PARA FRANCÊS VER: A REFORMA URBANA DO SÉCULO XX 50
3.1. O *aburguesamento* da capital enferma 57
CAPÍTULO 4. CRIMINALIZAÇÃO E CASTIGO SOBRE A PRÁTICA CULTURAL AFRO-BRASILEIRA 70
4.1. O negro no Rio de Janeiro 73
4.2. As teorias do branqueamento: pensamento europeu na nação de corpo mulato 76
4.3. O surgimento de novas crenças – *a invenção do verdadeiro e do falso* 82
4.4. Candomblé – o pretenso africano 89
4.5. Umbanda – a religião mestiça 93
4.6. Repressão aos rituais de matriz africana 102
CAPÍTULO 5. SUBÚRBIO, MORRO E TERREIROS: UMA OUTRA CARTOGRAFIA 110
5.1. A Capital do subúrbio 110
5.2. O Mercadão em foco 119
CONSIDERAÇÕES FINAIS – A experiência de uma pesquisa participante 124
REFERÊNCIAS 126
PERIÓDICOS 130
MAPAS 130

INTRODUÇÃO

Para o melhor entendimento dos questionamentos de ordem social, religiosa e espacial que propusemos para este trabalho torna-se fundamental a leitura interdisciplinar acerca do assunto para que cada área do conhecimento possa dar a sua parcela de contribuição. Foi com este intuito que buscamos o cruzamento de informações de outros campos do saber além da Geografia, como a Antropologia, a Sociologia e a História.

Confirmando a importância da interdisciplinaridade como forma de leitura do espaço urbano Corrêa diz que:

> A urbanização e a cidade mereceram enorme atenção do mundo acadêmico, envolvendo diversas disciplinas e a interdisciplinaridade, assim como diferentes perspectivas teóricas. Os resultados são amplos, ricos e contrastantes, gerando uma polêmica da qual todos podem se beneficiar (CORRÊA, 1995, p. 82).

Para alcançarmos nosso objetivo faremos um breve traço histórico, que em determinados momentos romperá com a cronologia linear e exata para que possamos contrapor acontecimentos de temporalidades diferentes.

O Rio de Janeiro, desde o início da ocupação portuguesa durante o século XVI, apresenta características que o torna bastante singular no âmbito colonial e posteriormente nacional. Ao longo de sua história houve uma escalada no que tange a sua participação no cenário político e econômico brasileiro.

Para legitimarmos esta afirmativa podemos destacar determinados acontecimentos históricos que a comprovem, como o fato de em 1763 esta cidade ter sido promovida a condição sede administrativa da colônia, assim como neste século, ter se tornado o maior entreposto comercial brasileiro, destinando-se para lá um contingente bastante significativo de escravos. Esses eram levados para as regiões interioranas como Minas Gerais e Vale do Paraíba, ou permaneciam no meio urbano exercendo inúmeras funções.

Posteriormente, com o processo de Independência, a cidade do Rio permaneceria na condição de capital, sendo somente na década de 60 do século XX alterada esta realidade.

Em razão desta importância inerente, a cidade o Rio de Janeiro, configurou-se como portadora de características sócio-culturais bastante peculiares.

Por ser cosmopolita em sua natureza esta cidade atraiu uma horda significativa de imigrantes das regiões mais distintas possíveis. Segundo Chalhoub em seu livro *Trabalho, lar e botequim* houve um significativo crescimento demográfico durante a transição de século, onde em 1906 a cidade era a única de nosso país a apresentar um contingente populacional superior a 500.000 habitantes (CHALHOUB, 2001). Mesmo São Paulo que posteriormente veio a se destacar como a matriz industrial de nosso país, não possuía naquele período uma população que pudesse se equiparar.

Ex-escravos das zonas rurais; europeus de modo geral, predominando o elemento português[1], assim como os nordestinos, que em função das adversidades locais saíram de seus nichos geográficos em busca de melhores condições de vida foram para lá. Todos esses grupos foram responsáveis para que a cidade passasse por um processo de transmutação geográfico/cultural importante (CARVALHO, 1990, p.16).

Associado ao processo em tela, a vinda desses grupos, especialmente negros e nordestinos, para o Rio de Janeiro fez com que houvesse um contingente de mão-de-obra excedente gerando a inserção desses indivíduos em subempregos, quando não na cada vez mais volumosa fileira dos desocupados.

A cidade do Rio de Janeiro na transição do século XIX para o XX, por ser a Capital Federal do país, encontrava-se num delicado processo de transformações sociais, políticas, econômicas, que potencializava a condição urbana como espaço propício para inúmeros movimentos. Alguns de cunho inegavelmente ideológico, como o jacobinismo, o positivismo e anarquismo; já outros de cunho sócio-político, como a Primeira Greve Geral de 1903 e a Revolta da Vacina estourada no ano de 1904.

[1] Entre o fim do século XIX e início do XX 90% dos portugueses que emigravam da sua pátria vinham para o Brasil, sobretudo para o Rio de Janeiro. Em 1890, no Rio de Janeiro, a população era de 522.651 e desse total, 106.461 eram portugueses. Política e pobreza: os pobres urbanos no Brasil – 1870 – 1970. June, E. Hahner. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993. p. 144

Por conta do grande contingente populacional vivendo em precárias condições habitacionais e higiênicas, o Rio de Janeiro padecera de diversas enfermidades.

Por essa e outras razões a classe burguesa identificava a área urbana do Rio como um local com nítidos resquícios coloniais. Uma área insalubre, mal aparelhada, sem a infra-estrutura desejada e, sobretudo com a presença massiva de afro-descendentes e demais grupos populares com suas culturas.

Fábio Alexandre dos Santos, em sua tese de doutorado sobre a *Salubridade e Ocupação do Espaço na Cidade de São Paulo, 1895-1930*, menciona a existência do mesmo pensamento entre a classe dominante paulistana em relação ao surgimento de doenças por conta dos miasmas advindos das péssimas condições de habitação em vários pontos do município de São Paulo. Este autor apresentou em sua obra o processo de urbanização daquela cidade em função do crescimento demográfico pós-industrialização (SANTOS, 2006, p. 87).

De volta ao foco principal, a vinda de imigrantes, fossem eles estrangeiros ou nacionais, em condições desfavoráveis para o Rio de Janeiro faria com que esta característica negativa, aos olhos da classe dominante, se multiplicasse.

A chegada dos baianos em fins do século XIX, por exemplo, teve um peso significativo para a cultura popular carioca. Seja no que tange à musicalidade, à culinária ou no que diz respeito à religiosidade.

Roberto Moura em seu livro *Tia Ciata*(1983), tem como foco justamente a contribuição cultural desses imigrantes. Sendo assim podemos observar a similaridade na religião, na culinária e na música entre baianos e cariocas.

Se tivermos o samba como paradigma, observaremos que existe uma consonância estrutural entre a música executada pelos soteropolitanos e a praticada no Rio de janeiro. Em ambos os casos observamos a existência de compasso binário e utilizam instrumentos similares, quando não iguais.

Em verdade há uma perene discussão acerca do surgimento do samba. Há aqueles que defendem a idéia de este ritmo ter surgido na Bahia e ter migrado para o Rio de Janeiro entre fins do século XIX e início do XX. No entanto existe uma corrente que defende que o samba teria nascido na

chamada Pequena África (atual Cidade Nova) como fruto do hibridismo cultural entre os dois estados em questão.

O candomblé foi uma das tantas outras contribuições trazidas com a migração dos baianos. Muitas *mães de santo* saíram daquela antiga província (nomenclatura que precedeu o conceito de estado) rumo ao Distrito Federal em busca de melhores condições de vida. Isso fez com que esta religião se propagasse em terras cariocas, alargando desta feita o leque lingüístico proferido pelos populares que habitavam a capital do país.

Corroborando o que foi dito nos parágrafos acima extraímos um trecho da obra de Martha Abreu em seu livro *O Império do divino*, onde a autora diz que:

> ... os ranchos de Reis ganharam destaque no final do século XIX e início do XX no Rio de Janeiro. Grande parte dos pesquisadores considera que esses ranchos foram trazidos nesta época pela massa de ex-escravos migrantes da Bahia (ABREU, 1999, p.215).

Os ranchos dos reis, manifestação cultural trazida da Bahia, foram fundamentais para a atual configuração do carnaval de rua no Rio de janeiro (ABREU, 1999).

Mas ao passo que a cultura burguesa se expandia pelo mundo ocidental através da influência européia, as classes dominantes, vinculadas a uma emergente burguesia industrial, buscaram se valer daquele movimento para poderem se destacar ainda mais dos demais grupos sociais inseridos no país.

A organização política do Brasil em uma república federativa fora calcada justamente para permitir a autonomia de cada Estado, o que conseqüentemente, possibilitava à classe dominante manipular as ações do governo em prol dos seus interesses pessoais (CARVALHO, 1990).

Durante o processo de transição entre o século XIX e o posterior, o Brasil passaria por um processo *civilizacional* que ansiava por tornar nosso país uma Nação com as *virtudes* européias, principalmente em sintonia com o espelho francês projetado pelo prefeito Georges-Eugène Haussmann, onde a ideologia positivista refletia. Sendo assim este projeto fora implantado na referência de nosso país, ou seja, no Rio de Janeiro.

Logo no início do século XX houve a iniciativa de reorganização do espaço urbano-social da cidade visando à melhora estética tão necessária para tornar a cidade numa capital digna e aos moldes europeus (ABREU, 1997,

Cap.III). A reforma urbana seria a parte física da *Belle époque* tropical, onde a burguesia não teria que se deparar com a presença indesejável dos ambulantes, dos mendigos, dos quiosques, das vacas leiteiras e das práticas populares consideradas bárbaras.

Com base nesse recorte espaço/temporal desenvolveremos a dissertação. No primeiro capítulo faremos uma breve menção à metodologia utilizada para a obtenção e coleta de dados e informações que serviram de base para o desenvolvimento do trabalho.

No segundo capítulo, visando facilitar o entendimento sobre a condição do Rio de Janeiro no período estabelecido pelo trabalho (1890 – 1940), desenvolvemos o encadeamento dos marcos históricos com ênfase na evolução urbana da cidade, desde o início da presença portuguesa em terras brasileiras, – século XVI – dividindo o capítulo em quatro momentos: (1) A fundação da cidade: Portugal x França; (2) Transformação: economia e urbanização; (3) A vinda da Família Real; e (4) O regime republicano e a capital. A ênfase deste capítulo foi à trajetória histórica da cidade.

O terceiro capítulo se propôs a discutir a reforma urbana realizada pelo Prefeito Francisco Pereira Passos como desdobramento prático da mudança sócio-comportamental da burguesia carioca. Estudamos como o aburguesamento do espaço resultou em prejuízo para as classes populares e suas práticas culturais o que se tornou o nosso objeto de estudo, que é debater sobre os motivos que determinaram a espacialização das religiões de matriz africana no subúrbio carioca e Baixada Fluminense.

O quarto capítulo do trabalho teve por objetivo dissertar sobre a criminalização e o castigo sobre as práticas litúrgicas de matriz afro-descendentes e as demais formas de manifestação cultural realizada por negros e brancos pobres.

Para que entendamos melhor como se deu este processo falamos brevemente sobre o kardecismo, o candomblé e a umbanda e os mecanismos que cada qual se valeu para manter-se longe da repressão policial.

O contraponto entre o kardecismo, o candomblé e a umbanda torna-se fundamental para observarmos o asco de determinados setores sociais em relação à prática das religiões de matriz africanas e o respeito pelo espiritismo,

muito em função da condição social dos seus freqüentadores como podermos observar no trecho escrito por Prandi:

> O kardecismo sempre se pensou como religião intelectualizada, nascido que foi sob o racionalismo do século XIX (...) Os líderes espíritas foram pequenos intelectuais de uma pequena burguesia urbana tradicional, escolarizada, filhos de famílias com um mínimo de status e com certa visibilidade social, vivendo num mundo em que os papéis sociais estavam fortemente definidos pela origem familiar e social, e que encontravam no espiritismo uma forma de partilhar idéias e ideais anticlericais, abraçando uma religião cristã, filantrópica, erudita, que aposta nos homens por sua boa vontade, por sua capacidade de adesão livre, e que é socialmente conformista. (...) até poucos anos após 1950, a existência da religião dependia muito dessa camada média letrada que optara intencionalmente por essa religião como alternativa cristã ilustrada (PRANDI, 1995, p. 12).

A partir desta proposta de interface entre as três doutrinas espirituais estabelecemos uma discussão conceitual em relação aos comportamentos sociais, culturais e religiosos que a sociedade carioca da época aceitava e considerava moderno e por outro lado o que essa mesma sociedade recriminava e considerava não civilizado, tornando os grupos com práticas litúrgicas não cristãs passíveis de repressão e as sanções penais elaboradas pela elite brasileira.

Para confirmar esta hipótese fizemos uso de trechos de reportagens do período em questão, onde pudemos ver a nítida aversão que a sociedade, ali representada pelos jornalistas, tinha em relação às práticas populares. Não só a religião era rechaçada; festas, hábitos e costumes sociais.

Como resultante desse processo histórico e social, onde a classe dominante desenvolveu mecanismos sobre a apropriação do espaço urbanos temos a espacialização da prática religiosa e tudo aquilo que a ela está vinculada.

O quinto e último capítulo fez uma leitura cartográfica *alternativa* sobre o subúrbio carioca. Neste contexto se insere o bairro de Madureira e o seu tão freqüentado Mercadão, que se tornou notável pela presença de lojas especializadas na venda de artigos religiosos para as práticas de matriz africana. Iniciados no candomblé e umbanda, que residem na capital fluminense ou nas cidades localizadas no Grande-Rio encontram naquele mercado os artigos necessários para a sua prática litúrgica.

Foi a partir da observação deste ponto de comércio e sua proximidade com a FBU[2] que concluímos nosso trabalho. Acreditamos que analisando a espacialização desses dois grandes referenciais, associando-os com outras fontes de informação conseguimos responder a indagação que o presente trabalho buscou esclarecer: por que razão há grande número de *casas de santo* na área suburbana e da Baixada Fluminense e um ínfimo número destas mesmas casas na Zona Sul da cidade, área nobre da cidade do Rio de Janeiro.

[2] Federação Brasileira de Umbanda e Candomblé localizada no Bairro de Cascadura.

CAPÍTULO 1. METODOLOGIA E TRAJETÓRIAS

A ideia inicial do presente trabalho surgiu como fruto de alguns questionamentos sobre os desajustes observados em nossa sociedade, despertando o desejo de trazer para o campo acadêmico, dados e informações que nas décadas mais recentes passaram a ter a devida atenção e nos servem de mecanismo de leitura crítica sobre a sociedade em que vivemos, pois como afirma Corrêa:

> A identidade de uma cidade, vista como lugar dotado de uma singularidade que o distingue dos outros, pode ser de modo marcante o resultado de construção intelectual, derivada de uma tradição étnica cujos traços são permanentemente recriados. Esta identidade cultural do lugar, reconhecida tanto interna quanto externamente (Relph, 1976), expressa-se em vários aspectos relativos à sua organização social, política e espacial. Esta identidade, no entanto, pode ser objeto de contestação por meio de práticas políticas que introduzem novos significados ao lugar, criando um confronto identitário (CORRÊA, 1995, p. 88).

Para que pudéssemos chegar a essa leitura do espaço, foi necessário o levantamento de dados e fontes documentais e bibliográficas que teve início antes mesmo do projeto ter efetivamente se tornado um trabalho de mestrado. Ao longo do percurso acadêmico as informações obtidas, mesmo quando negativas, contribuíram para que a dissertação alcançasse uma qualidade significativamente maior se compararmos com o projeto inicial, confirmando

assim quão é importante o contínuo processo de investigação em uma pesquisa.

Durante janeiro de 2009 foram realizadas visitas técnicas para a obtenção de informações e apreciação documental no Arquivo Nacional, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e Biblioteca Nacional. Nessas visitações a intenção foi encontrar processos judiciais de pessoas presas e processadas em função de práticas religiosas.

Na Biblioteca Nacional fizemos consulta no setor de periódicos sendo possível pesquisar jornais da época, sobretudo o "Gazeta de Notícias" ao longo do ano de 1903. Pudemos observar naqueles jornais algumas informações bastante importantes para a elaboração do trabalho, pois naquelas páginas havia matérias sobre as determinações municipais e federais em relação à reforma urbana da cidade.

Outro elemento de suma importância foi a gama de reportagens sobre pessoas presas por "exercício ilegal da medicina", nomenclatura utilizada em muitas vezes para a prisão de pessoas que realizavam cultos religiosos com fins curativos.

Aspecto interessante foi também a observação nos textos de época quando se referiam as práticas religiosas dos negros, tratando-as como bruxaria e estabelecendo claro juízo de valor, mostrando de forma indireta, porém inequívoca, a opinião predominante da sociedade carioca em relação ao candomblé.

Como podemos observar no trecho a seguir:

> Mãi d'agua
>
> Entre as nymphas de que falla a mythologia, chamam-se Oceanides as que residem no fundo do mar; nasceram ellas de Oceano Thetys.
> Também há nymphas d'agua doce: por exemplo aquella triste que tanto chorou o bello Narciso, que acabou, morrendo, ficando apenas para lhe perpetuar a memória o eco, doce queixume de seus amores não satisfeitos.
> Na nossa Bahia de Guanabara há uma nympha, naturalmente alguma oceanide, cuja existência se passa nos mysterios encantados do salso elemento.
> Chama-se Mãi d'agua[3] e era a ella dirigido um embrulho que os passageiros da barca de Paquetá encontraram a flutuar e que retiraram de sobre as ondas attrahidos pela natural curiosidade que o caso despertava.

[3] Naturalmente trata-se de Iemanjá.

> Continha o embrulho uma caixa de pós de arroz, um pente, um vidro de extracto, quatro metros de fita de diversas cores, um lenço de seda e uma escova de dente.
> Além disso, trazia o embrulho o seguinte bilhete e o bilhete a seguinte orthografia: << Minha boa mae dagua voz que sois a boa governante do mar e de todo grande oceano destes (ilegível) do mar, eu voz pesço o melhoramento da nosça vida e de que cetrata de José e Maria. Não tendo eu grandes meios soficientes para voz presentear melhor voz ofereço este pequeno presente, o que voz recomendo e vos pesço e que voz me ajudai a mim e a meu marido>>.
> Naturalmente a Mãi d'agua não recebeu nem a supplica nem os mimos para seu uso de senhor galante; mas em compensação o facto serviu para divulgar a existência de sua aquática personalidade, com que d'ora em diante (ilegível) contar catraeiros e classes anexas. (Gazeta de notícias de 18 de julho de 1903, sabbado. Anno XXX, num 199).

Dentro desta mesma ótica pudemos observar um grau de aceitação para com novas práticas religiosas provenientes do *velho continente*, como foi o caso do *spiritismo* (como assim se escrevia). Muitos indivíduos que se dedicavam a tais reuniões eram tratados como: Doutor, Capitão ou Professor. Em várias edições pudemos encontrar notas de pessoas que foram agraciadas com a cura por aqueles indivíduos e o jornal sempre que possível mostrava o seu respeito em relação ao espiritismo de matriz européia.

Por esta razão gradativamente o trabalho acadêmico foi moldando-se dentro do campo qualitativo, suprindo a lacuna deixada pela ausência precisa de dados numéricos sobre as casas de santo (candomblé e umbanda) existentes na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda na Biblioteca Nacional tivemos a possibilidade de consultar a Coleção de Leis Municipais entre os anos de 1900 até 1910; dando ênfase aos anos da gestão Pereira Passos – 1902 – 1906.

Nessa coleção obtivemos as informações contidas nos decretos municipais da época, onde havia a liberação de verba para a realização de obras de remodelação da malha urbana, decretos desapropriando casas, decretos que determinaram a proibição dos modos populares como o trânsito de vacas no centro da cidade, assim como a proibição de cuspir nos bondes.

Após um período de visitação à Biblioteca Nacional partimos em busca de processos judiciais no Arquivo Nacional, onde segundo informações poderíamos dar entrada e ver os processos ali existentes. Naquela instituição encontramos três documentos diretamente ligados a nossa pesquisa.

O primeiro deles foi um pedido de *Habeas Corpus,* no ano de 1904, em nome de Vicente Avellar. Este cidadão fora preso sob a acusação de exercício ilegal da medicina. O citado era conhecido como Professor Avellar e realizava reuniões espíritas, prescrevendo xaropes com fins curativos aos consulentes que lhe procuravam.

O processo supracitado não era necessariamente de um ritual de candomblé, mas nos ajuda a apresentar a repressão sobre práticas não convencionais.

Encontramos o nome do mesmo professor em anúncios de jornal e notas de agradecimentos por curas obtidas.

O segundo documento que tivemos acesso foi contra Tito Augusto Diniz dos Santos. Negro, octagenário, morador da Rua Senador Pompeu, nº 264 e que teve sua casa invadida no dia 9 de novembro de 1894, onde fora preso por suposta prática de feitiçaria.

O terceiro processo diz respeito à Marcella das Neves, esta junto com dois *comparsas* realizava prática de cartomancia e rituais espíritas com o intuito de curar moléstias provocando alterações temporárias das faculdades físicas dos consulentes. A cidadã era mãe adotiva de Elvira Pinto da conceição aliciando-a a um de seus cúmplices.

Muito embora tenha sido demasiadamente difícil interpretar a caligrafia e o português da época, foi bastante proveitoso fazer a leitura e a apreciação de tais documentos processuais, visto que nos ajudou a legitimar algumas opiniões acerca do assunto estudado.

Findo o período de levantamento de informações nas citadas instituições seguimos adiante realizando trabalho de campo através da observação da organização espacial das *casas de santo* na cidade do Rio de Janeiro (fato este que é objeto de observação antes mesmo da elaboração do projeto) e a visitação mais apurada sobre Madureira, bairro alçado ao patamar de Região Administrativa da área suburbana e que exerce importância marcante no campo no cultural com o samba e a presença de duas das mais importantes escolas de samba do Rio de Janeiro (Portela e Império Serrano) e os campos econômico e religioso visto que o Mercadão ali presente destaca-se na venda de artigos religiosos.

Consubstanciando todas essas formas de obtenção de informações, confirmamos algumas correntes de pensamento em que os geógrafos culturais tendem a entender que as ações humanas em uma determinada paisagem é fruto da cultura, requer uma história e interpretação da paisagem (LOBATO, 2003), justamente o que observamos ao longo do nosso estudo sobre as razões que inviabilizaram a permanência das manifestações afro-cariocas no centro do Rio.

Ao longo deste trabalho buscamos realizar a leitura sobre construção e a organização do espaço geográfico através de instrumental oferecido pela Geografia Cultural, pois acreditamos como os geógrafos Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl, que *a cultura popular constitui-se em importante temática para a inteligibilidade do país* (CORRÊA & ROSENDAHL, 2003, p. 17).

CAPÍTULO 2. EVOLUÇÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO.

Preâmbulo à América portuguesa

Em razão da importante conjuntura geoeconômica lusitana entre o século XV e XVI, o Brasil mesmo tendo sido descoberto pelos portugueses[4] em abril de 1500, permaneceria relegado à segundo plano por pelo menos mais três décadas, visto que o empreendimento traçado com as Índias Orientais era sobremaneira lucrativo ao império ibérico, que havia iniciado com D. João I de Avis sua expansão a partir de 1415 dominando a ilha de Ceuta na costa marroquina e consecutivamente toda a costa africana até que em fins daquele século chegasse às Índias.

As especiarias vindas do oriente proporcionavam aqueles que se dedicavam a tal empresa uma gama substancial de lucros fazendo com que os portugueses não se aventassem a voltar sua atenção para outra praça que não os conduzissem a benesses vultosas, sobretudo imediatas.

Segundo o Tratado de Tordesilhas assinado pelos reinos ibéricos em 7 de junho de 1494 com a aquiescência do papa Alexandre VI, o mundo além da Europa estava divido em duas bandas, as descobertas a leste da Ilha de Cabo Verde estariam em poder de Portugal, já as oeste caberiam aos espanhóis o domínio.

[4] A utilização deste termo visa facilitar o entendimento sobre o tema debatido. No entanto, é imprescindível que deixemos claro que a descoberta existiu de fato, se levarmos em conta que os portugueses desconheciam o território. Porém, isso não quer dizer que aquele se encontrasse desocupado, tão pouco que a descoberta tenha dado o direito para os portugueses colonizarem o Brasil.

No entanto com o desenrolar do século XVI outros reinos europeus voltaram-se para a empreitada marítima iniciando a disputa e a rivalidade com os dois impérios ibéricos que há muito estavam mergulhados nas águas do além mar.

Este foi o caso da França que passou a estimular as expedições de reconhecimento do *novo mundo* a fim de granjear posses e desta forma aumentar suas possibilidades territoriais e econômicas.

No decorrer da expansão marítima dos iberos, Francisco I rei da França contestaria de forma veemente o tal acordo entre aqueles dois países e mesmo passando sobre aquilo que estava estabelecido no tratado mencionado acima incentivou viagens que tiveram como uma das resultantes a formação da França Antártica.

E justamente com a empresa levada a cabo pelos franceses sob o comando de Nicolas Durand de Villegagnon é que começaremos nossa história, apresentando os elementos econômicos, culturais e ideológicos fundamentais para o entendimento da sociedade carioca e associarmos ao nosso objeto de estudo.

2.1. A fundação da cidade: Portugal x França

A fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro tem suas raízes intrinsecamente ligadas à invasão francesa na Baía de Guanabara, pois muito embora desde janeiro de 1502 o Rio já houvesse sido descoberto pelos portugueses que por aqui realizavam suas expedições de reconhecimento territorial, e ulteriormente em 1534 a América Portuguesa estivesse fragmentada em capitanias hereditárias, a área no entorno da Baía estava parcamente assegurada.

Foi em meio a esse período de descaso lusitano que os franceses, valendo-se do absenteísmo de autoridade no local, conseguiram se alojar em 1555 na ilha que hoje é conhecida como Villegagnon naquela citada baía. Após duros anos de batalhas os portugueses conseguiram aniquilar as forças inimigas e mesmo antes de se dar esse desfecho, foi oficialmente fundada por Estácio de Sá a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1º de março de 1565 entre o Morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, hoje bairro da Urca.

A cidade nascera em uma área pertencente ao que hoje é delimitado como zona sul, porém posteriormente sua sede fora transferida pelo Governador Geral da colônia, Mem de Sá, para o atual centro da cidade, instalando-se no Morro do Castelo, assim denominado pelo fato de lá terem sido edificadas as instalações administrativas e eclesiásticas mais importantes dos primeiros anos da ocupação.

Com a transferência da sede administrativa houve uma tendência para que o desenvolvimento urbano da cidade girasse no entorno daquele morro, fazendo com que edifícios residenciais, eclesiásticos, governamentais e comerciais também se instalassem nas proximidades.

Independente da primeira ou da segunda praça sede da nova cidade esta possuía uma ocupação de caráter dendrítico, ou seja, era a partir do litoral que se dava a ocupação do território rumo aos recônditos do interior, como se pode observar a seguir na figura 1.

Figura 1

A figura apresenta as características geológicas do território (pântanos e alagadiços) no início da colonização portuguesa.

Fonte: Barreiros. Atlas da Evolução Urbana da cidade do Rio de Janeiro, 1965, p.11.

A área encontrada pelos portugueses era bastante diferente do que veio a ser séculos depois, não só em função das construções que foram realizadas ao longo dos anos, mas sim em razão das modificações geomorfológicas que ocorreram com o passar do tempo, levadas a cabo pelos seus habitantes.

A área que passou a ser habitada no Rio de Janeiro se caracterizava por ser um local pantanoso e marcado pela presença de muitos morros e outeiros[5] por todas as direções. Com o passar do tempo muitas dessas elevações foram derrubadas para permitir o processo de ocupação territorial nas imediações da cidade e o material resultante da ação serviu para o aterramento das áreas alagadiças e até mesmo para a junção entre o continente e as ilhotas próximas como se pode observar na Figura 2.

[5] Pequeno monte ou colina.

Figura 2

A figura destaca o local da fundação da cidade do Rio de Janeiro (Morro Cara de Cão e Morro do Pão de Açúcar).

Fonte: Barreiros. Atlas da Evolução Urbana da cidade do Rio de Janeiro, 1965, p.9

Vivaldo Coaracy, referindo-se a derrubada do Morro das Mangueiras – atual Largo da Lapa – no século XVII, diria (...) *inaugurou assim Luís de Vasconcelos, no Rio de Janeiro, a prática de arrasar morros para abrir espaços livres e arejados e conseguir material de aterro* (COARACY, 2008, p.74).

Durante o primeiro período colonial a cidade do Rio foi parcamente urbanizada, não sendo mais do que um lugarejo com poucas ruas e vielas. No entanto, a situação mudaria de figura, pois devido a sua posição geográfica

estratégica aquela foi ao passar dos anos angariando mais poderes através de diversas atividades econômicas o que motivou a ampliação de sua área urbana.

Inicialmente a urbe enfrentou entraves naturais para a sua expansão territorial, pois estava ela limitada de um lado pelo mar aberto e a Baía de Guanabara e por outro os pântanos e morros que impediam a maior ocupação. Apesar disso com o passar dos anos essas dificuldades foram suplantadas através das inúmeras obras realizadas pelos administradores de ocasião como apresentamos no penúltimo parágrafo, quando o contraforte derribado servira para aterrar a Lagoa do Boqueirão no atual largo da Lapa.

A evolução urbana da cidade se deu acompanhada do advento da presença física e institucional das ordens religiosas, sendo a de (...) *São Bento a primeira das ordens regulares a se instalar no Rio de Janeiro, depois dos jesuítas* (COARACY, 2008, p.14), mostrando as bases fixas da religião católica em terras coloniais e desta maneira a contribuição daquela para o processo de ampliação do espaço urbano e forjamento da cultura local.

A instalação das freguesias religiosas nos permite entrever a expansão da cidade, pois só era instalada uma nova a medida que se dava o povoamento de determinada área. Por essa razão observa-se desde o início da colonização o domínio da Igreja Católica enquanto instituição religiosa oficial do Estado português sobre as áreas ocupadas.

Figura 3

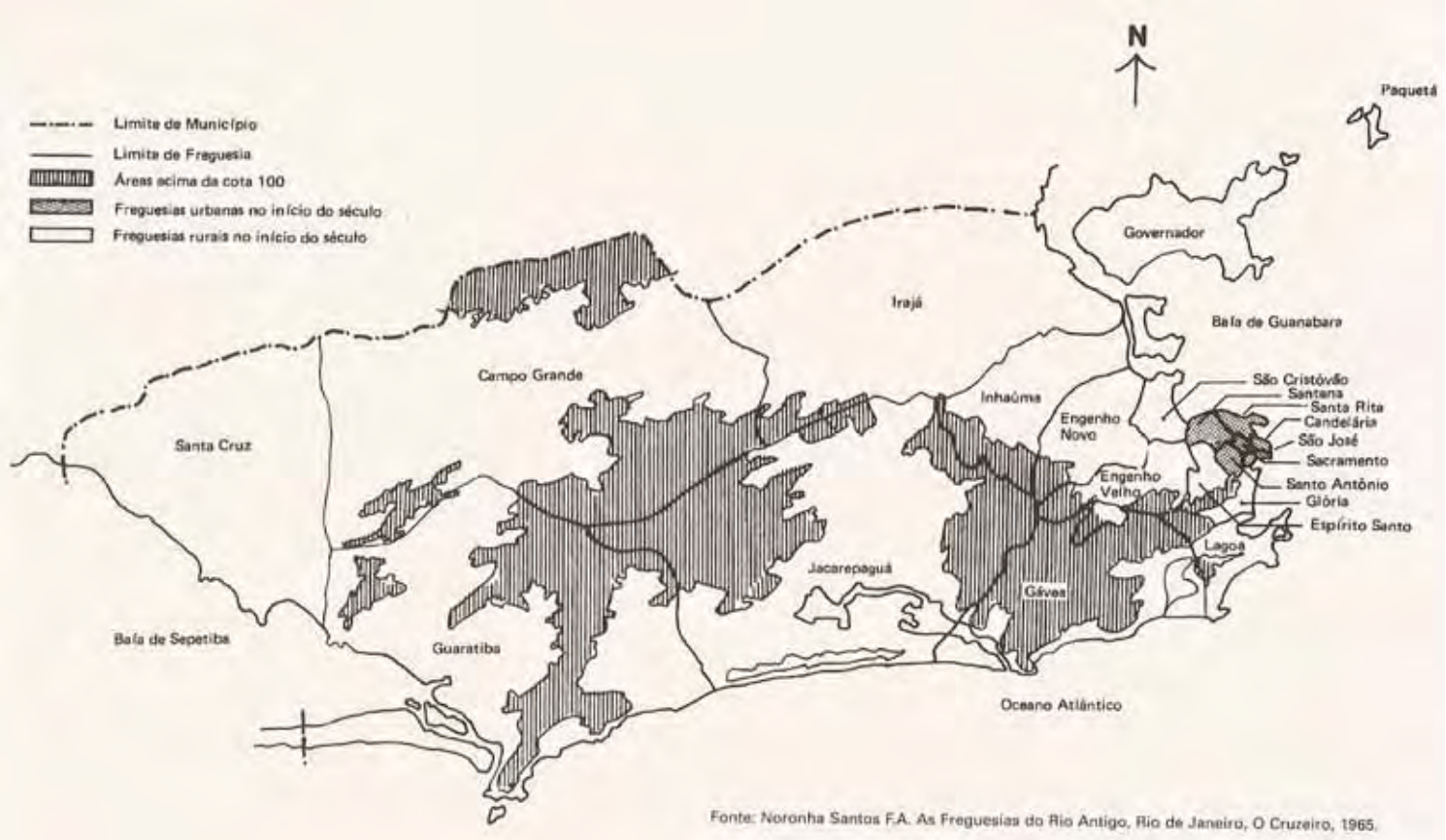


Figura apresentando as freguesias urbanas e rurais da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX.

Fonte: Noronha Santos F.A. As Freguesias do Rio Antigo, Rio de Janeiro, O cruzeiro, 1965.

Observando a Figura 3 podemos notar quão diminuto era o espaço ocupado pelas freguesias urbanas, que estão pontilhadas[6], em relação às da área rural, que é o restante em branco..

Aquela cidade com o espaço urbano bastante reduzido era também mal aparelhada tornando-se passível de possíveis ataques de corsários, como ocorreu entre 1710 e 1711, quando franceses tomaram de assalto a Baía de Guanabara. Por conta dessa fragilidade desenvolveu-se um projeto de proteção bastante arcaico.

> A invasão dos corsários franceses desencadeia uma série de projetos para a segurança da cidade. As atenções voltam-se para a construção de um muro que, projetado em 1713, começa a ser construído em 1715. A planta feita por João Massé, autor do projeto do muro, mostra as dimensões da cidade. A planta assinala os principais edifícios, indicando também as duas capelas de pretos existentes, Rosário e São Domingos, extramuros. O pouco que chega a ser levantado do muro cai em ruínas sem que tenha tido qualquer

[6] São Cristóvão, Santana, Santa Rita, Candelária, São José, Sacramento, Santo Antônio.

> utilidade, mas mesmo assim o “muro” (como a antiga vala) torna-se referência obrigatória na geografia da cidade (COARACY, 2008. p.41).

Figura 4

Detalhe do mapa "Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações", de João Massé, 1713, mostrando a muralha do Rio de Janeiro, do Morro do Castelo ao Morro da Conceição (destaque em vermelho).

Fonte: Serqueira. [7]

Mais uma vez tendo como referência *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*:

> Por mais de um século foi a Vala (sangradouro no Largo da Carioca) o limite estremo da zona urbana. Foi logo acima dela que, bem mais tarde, se começou a construir o Muro da Cidade, quando houve o propósito medieval de encerrá-la dentro de uma cinta de muralhas defensivas (COARACY, 2008, p. 41).

Para aqueles que são conhecedores da atual área da cidade aquele sangradouro ficava onde hoje passa a Rua Uruguaiana. Aos olhos dos contemporâneos pode parecer um tanto quanto exíguo o espaço que era ocupado até então entre o citado largo e a atual Praça XV de Novembro (Largo do Paço), mas para os tempos remotos significava uma área distante tendo em vista a pequena quantidade de habitantes que se encontravam na cidade e as poucas formas de locomoção.

[7] Imagem capturada no sitio eletrônico: http://www.serqueira.com.br

Muitas áreas que hoje encontram-se na zonal central do Rio serviram outrora como pasto para pequenos rebanhos das chácaras particulares ou eclesiásticas. Como foi o caso do atual Largo da Carioca, região pantanosa possuidora de concentração de veios d'água permitindo a supressão da necessidade dos animais assim como a de seus donos.

Onde hoje se situa o citado largo foi edificado uma ermida em honra a Santo Antônio. Esta realização foi feita por Crispim da Costa e sua mulher, Isabel de Marins. O terreno foi a princípio ofertado para aos freis do Carmo, porém os religiosos fizeram pouco caso por conta de sua distante localização. Com a chegada de Frei Leonardo de Jesus, que decidira fundar um convento em 1607 no Rio de Janeiro, o terreno foi oferecido e aceito. Ali foi edificado a Ermida de Santo Antônio – convento franciscano (COARACY, 2008, p.64-65).

Serviu aquele local também como cemitério de escravos durante certo tempo, utilizado pelos frades franciscanos que ali se instalaram. Pode nos parecer irrelevante esta notícia, mas segundo a historiadora Cláudia Rodrigues os locais de sepultamentos no tempo colonial e imperial eram realizados em áreas distantes das habitações visto que se acreditava que o cadáver liberava miasmas causadores de sérias doenças (RODRIGUES, 1997, p.53 – 105).

> Em 1830, a Sociedade de Medicina, através da sua comissão de Salubridade Geral, apresentou um relatório, focalizando o problema da higiene e medicina legal e que abordou, inclusive, a condenação dos sepultamentos dentro das igrejas. Este documento teve como um programa de higiene pública e, que obteve a participação do corpo médico e que objetivava a criação de uma legislação que expressasse seu projeto de medicina social (RODRIGUES, 1997, p. 57).

E completa:

> Os cadáveres, os sepultamentos e os cemitérios foram alguns dos alvos da medicina social. Os cemitérios existentes, encarados como insalubres, sofreram a crítica médica, que propunha um projeto de cemitério "ordenado" e "moralizante", visando a neutralização dos efeitos mórbidos causados pelos cadáveres (RODRIGUES, 1997, p. 59).

Em 1723 foi inaugurado o primeiro chafariz da cidade, no Largo da Carioca, que servia como local para o abastecimento dos moradores visto que inexistia naquele período um sistema de água encanada. Vale lembrar que a utilidade genuína do chafariz era o abastecimento d'água fazendo com que os locais onde aqueles se encontravam fossem pontos centrípetos e conseqüentemente área de convivência e troca de informações.

As diversas chácaras que estavam dispersas pela diminuta área ocupada foram dando lugar aos núcleos de povoamento, com o passar do tempo a população carioca aumentava em decorrência das possibilidades econômicas que a urbe passou a oferecer a medida que se tornou o entreposto que ligava a região mineradora da colônia e o reino português. O período aurífero foi assaz importante para o desenvolvimento econômico e *geo-urbanístico* da cidade do Rio.

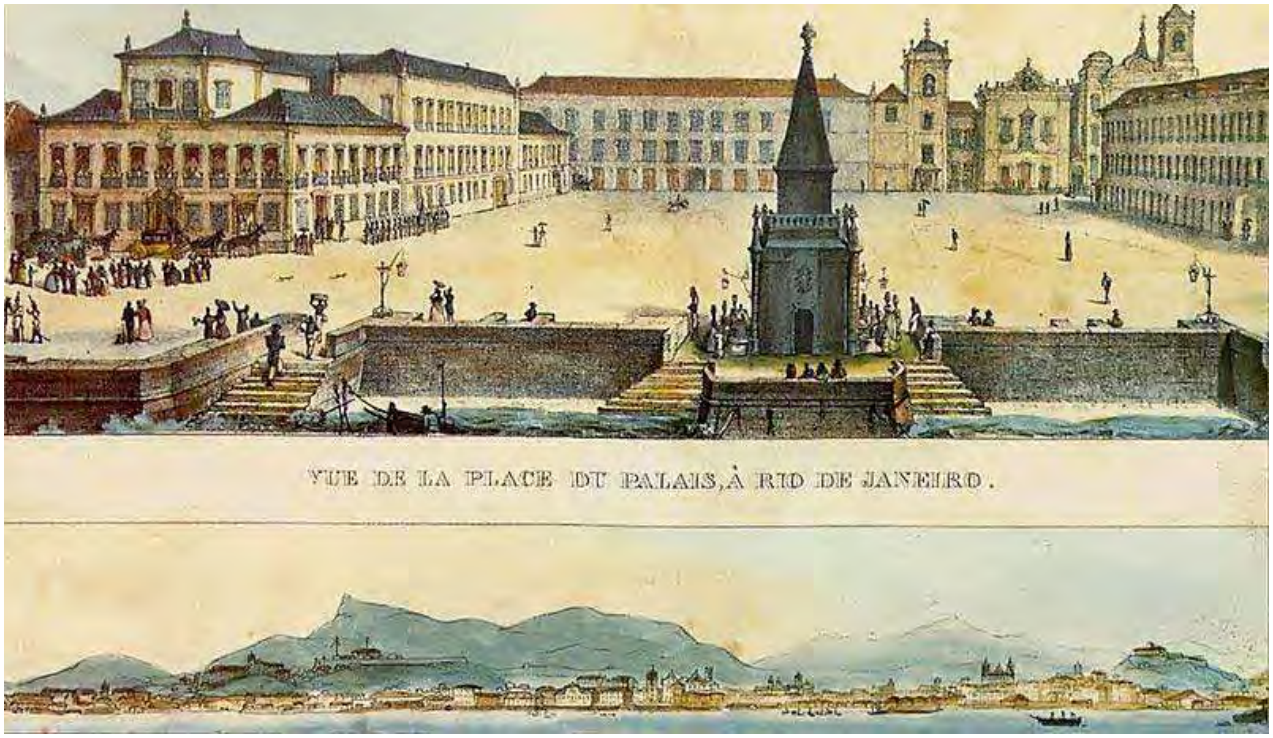
Por conta do contato com a metrópole se dar por embarcações, o Rio tinha seu frontispício voltado para o mar e perto dele foi onde se desenvolveram os órgãos administrativos, os de justiça e os comerciais.

> Na praia vinham embicar as canoas que traziam não só o produto da pescaria, como os gêneros de pequena lavoura, das roças e plantações espalhadas pelo litoral da baía (COARACY, 2008, p. 33).

Quem hoje vê a Igreja da Candelária pode não entender porque ela está com as costas voltadas para cidade e de fronte para o mar, no entanto se nos ativermos que sua construção se deu durante o período em que a área urbana da cidade se restringia a um pequeno espaço, passaremos a entender a razão do seu posicionamento.

O primeiro pelurinho da cidade, símbolo da justiça, esteve localizado durante tempos no Largo do Paço (atual Praça XV de Novembro) rente a Baía de Guanabara. Aquele paradigma judicial só se encontrava nos locais em que havia autoridade jurídica permanente e aquela praça era um ponto de grande importância para os habitantes da cidade, visto que naquela área eram realizadas a transações comerciais, embarque e desembarque. Também se localizavam muitos órgãos administrativos, além das habitações dos notáveis e ordens religiosas e suas igrejas.

Figura 5



Largo do Paço (atual Praça XV de novembro), centro político, econômico e administrativo da cidade do Rio de Janeiro durante o período colonial e imperial.

Fonte: Cavalcanti.[8]

2.2. A transformação: economia e urbanização

O século XVIII foi para o Rio de Janeiro um marco no que tange a sua importância econômica. Foi neste século em que se deu o período áureo da extração mineral na região das *minas gerais* e não possuindo aquela, contato com o mar, foi a cidade de São Sebastião sobremaneira beneficiada.

O Rio tornou-se simplesmente o entreposto comercial que ligava a zona extratora de metal precioso e a metrópole, além de sê-lo também entre as demais áreas interioranas que necessitavam de mão-de-obra e os navios fornecedores de cativos africanos. Ela tornar-se-ia por excelência um ponto de entrada e escoamento dos mais diversos artigos comercializáveis negociados por colonos e estrangeiros.

Em seu livro *Ser escravo no Brasil*, Kátia de Queirós Mattoso diz que:

> Angola continua a ser, no século XVIII, o principal fornecedor de escravos ao Brasil. Entre 1723 e 1771, as importações de Angola são

[8] Lauro Cavalcanti. Paço Imperial. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999. Aquarela pintada por de Jean Baptist Debret, do ano de 1834. Acervo: Biblioteca Nacional.

> feitas principalmente para o Rio de Janeiro, que recebe 51% dos cativos, enquanto cabe à Bahia 27,3%, a Pernambuco 18,2% e a Santos modestos 0,2% (MATTOSO, 2003, p. 49).

Como se observou nos dados apresentados acima, no decorrer daquele século o Rio configurou-se como o maior importador de escravos da colônia suplantando até mesmo as regiões canavieiras do nordeste, fazendo com que nela estivesse presente uma substancial parcela de escravos e conseqüentemente houvesse manifestações cultuais oriundas d'África.

Muito embora grande parte dos escravos que chegavam às terras cariocas tivesse como destino o interior da colônia, ainda assim um número substancial deles permaneceu na cidade ou nas cercanias dela desempenhando as mais variadas atividades ligadas ao mundo rural ou urbano dando ao Rio a possibilidade de absorver muito da rica cultura daqueles homens que para ele foram levados.

O centro urbano e suas imediações que até então serviram para a instalação e habitação daqueles que ali viviam tornou-se com o passar do tempo insuficiente a medida que a cidade atraia mais pessoas, fossem aquelas ligadas a atividades comerciais ou não.

Sendo assim houve um movimento durante o século XVIII proporcionando o aumento do número de chácaras e sesmarias em áreas mais distantes que se ligavam ao povoamento urbano através de estradas de barro um tanto quanto precárias, mas que serviam na medida do possível para a exploração do território assim como para o escoamento dos produtos agrícolas.

As estradas e veredas foram de suma importância para o estabelecimento do contato com as regiões mais distantes visto que estas áreas eram fornecedoras de inúmeros gêneros agrícolas e víveres que obviamente a urbe não era capaz de produzir.

Carroças e seus condutores saiam de locais longínquos para abastecer o mercado carioca, prática essa que perdurou até inícios do século XX sendo extinta pelas ações urbanísticas e administrativas levadas a cabo por Pereira Passos, que veremos no capítulo posterior.

Ao longo do século XVIII a cidade foi ampliando sua malha urbana central a medida que o volume das transações financeiras avolumava seu poder econômico. Novas ruas e estradas interligando áreas, facilitando cada vez mais o contato entre aqueles que se dedicavam aos diversos ramos da

economia que permitiram o enriquecimento da cidade ao decorrer daquele século.

Figura 6

A organização espacial do centro urbano e suas imediações, com ruas e estradas interligando o litoral e as áreas interioranas.

Fonte: Barreiros. Atlas da Evolução Urbana da cidade do Rio de Janeiro, 1965, p.17

Na figura 6 vemos a quantidades de caminhos, em vermelho, que ligavam o centro urbano aos recônditos mais distantes formando uma malha de circulação de transeuntes com gêneros agrícolas e víveres que abasteciam a área central da cidade.

No ano de 1763, mesmo diante dos evidentes sinais de enfraquecimento da atividade mineradora na região de Minas Gerais a cidade do Rio de Janeiro foi alçada ao patamar de capital da colônia suplantando a cidade de Salvador e tornando-se o novo pólo da política colonial.

Por mais que a extração aurífera apresentasse um movimento de decadência era preciso aumentar o rigor da fiscalização[9] sobre a área, não só criando novas leis e impostos para a região como a *capitação* – instituída entre 1735 e 1750 – e a *derrama* – 1751 – mas também dobrar o controle sobre a rota de escoamento visto que foi a partir da década de 50 daquele século que houve a diminuição da extração. Associado a esta pretensão, havia a intenção da Coroa lusitana em manter contato com a região do Rio da Prata a fim de garantir a obtenção de metais preciosos mesmo após a decadência mineira.

Muito embora o Rio tenha conseguido se tornar capital da colônia por volta da segunda metade do século XVIII, não possuía condições físicas efetivas para sê-la. A cidade era bastante deficitária em sua estrutura urbana, não possuindo planejamento arquitetônico satisfatoriamente preciso, sistema de esgoto ou água encanada. Ao longo dos anos a cidade havia crescido, porém sem planejamento algum.

A inexistência do sistema de esgoto na cidade fez com que determinadas áreas se tornassem repositórios dos detritos produzidos pela população carioca. A Praia dos Peixes e o Campo de Santana serviram durante longa data como local de despejos dos detritos carregados pelos *tigres*[10], atividade esta que perdurou até a década de 1860 (COARACY, 2008, p. 88).

---

[9] Pesquisas sobre o período aurífero apontam que do total de ouro extraído em Minas Gerais cerca de 35% fora contrabandeado, lesando os cofres régios. Por esta razão a Coroa lusitana se negava a acreditar na real decadência aurífera.

[10] O significado do termo *tigre* no período colonial se referia ao escravo encarregado de transportar as fezes coletando-as de casa em casa. Recebiam este pseudônimo, pois os detritos permeando o balde deixavam as costas do cativo com listras como se fosse o referido

Durante o período do Brasil colonial e imperial a cidade do Rio sofreria com inúmeras doenças epidêmicas em decorrência das precárias condições higiênicas naquela antiga capital. A varíola, a febre amarela e a tuberculose marcaram a história carioca entre o século XIX e XX, assolando a população em geral, sobretudo os mais pobres em decorrência das parcas condições higiênicas nas instalações habitacionais. Sidney Chalhoub produziu um trabalho de grande fôlego acerca do assunto em *A Cidade Febril* (2001).

2.3. A vinda da Família Real

Um acontecimento ocorrido no além-mar traria benefício indiretamente para a cidade do Rio no alvorecer do século XIX. Este teria sido a tênue e litigiosa relação entre Napoleão Bonaparte e a terra de Luís de Camões, que por sua vez desencadeou a vinda da Família Real portuguesa.

O Rio de Janeiro encontrado pela corte dos Bragança quando nele pisou em 7 março de 1808 estava muito aquém das necessidades de uma realeza européia, mesmo ela sendo há muito caracterizada por evidentes sinais de dependência financeira de sua colônia americana.

A nova capital do império português não desfrutava dos inúmeros aparelhos burocráticos, corpo diplomático, secretarias, ministérios, tribunais e outras repartições públicas que viabilizavam o pleno andamento da administração real. Tão pouco havia os espaços de lazer que a corte lusitana estava acostumada a deleitar-se e para tanto fora necessária a realização de inúmeras obras para dotar a cidade de elementos condizentes com a nova posição vivenciada pela urbe.

O número de habitantes naquela capital antes da chegada da corte girava em torno de cinqüenta mil almas, dentre eles muitos escravos, sendo até então superada demograficamente pela antiga capital soteropolitana. Porém passados cerca de dois anos após a chegada da Família dos Bragança acompanhada de seu séquito real, a população carioca tornara-se numericamente superior à baiana chegando a um quantitativo de 113 mil pessoas em 1819.

---

animal. O serviço era realizado no período noturno quando havia menor número de transeuntes evitando desta forma os acidentes durante o percurso.

A presença de D. João VI na nova capital do império proporcionou forçosamente o remodelamento do espaço urbano fazendo com o que o Rio deixasse de ser uma cidade com poucas ruas[11], vielas e largos para tornar-se uma cidade de fato. Além de ter sido beneficiado com a graduação de caráter administrativo – de capital colonial a de sede do império – ele também obteve outros favorecimentos de ordem cultural e intelectual.

Os diversos órgãos administrativos, os teatros, os edifícios residenciais as praças e os passeios públicos, a Biblioteca Real (atual Biblioteca Nacional), a Academia de Artes (hoje Escola Nacional de Belas-Artes) foram os grandes melhoramentos físicos pelos quais passaria a cidade.

No entanto não pararia por aí, visto que a capital tornou-se um receptáculo de muitos estrangeiros que para lá foram atraídos ao passo que houve o alargamento das possibilidades comerciais com a abertura dos portos em janeiro de 1808. Muito embora a assinatura daquele documento tenha representado sobremaneira uma vantagem para os interesses ingleses, permitiu que comerciantes de outras nações aqui oferecessem seus produtos trazendo consigo uma gama maior de elementos que tornariam mais sofisticado o mercado brasileiro.

D. João VI depois de morar provisoriamente no Paço do Vice-Rei, instalou-se na antiga propriedade de Elias Antônio Lopes, a Quinta da Boa Vista, localizada no atual bairro de São Cristóvão, fazendo com que houvesse um processo de melhoramento urbanístico saindo do centro do Rio e chegando às primeiras imediações da Zona Norte da cidade, antes ocupada por chácaras e sesmarias.

Em razão do insuficiente número de residências para tão rápido crescimento populacional, a Coroa acabou requisitando cerca de duas mil casas, desalojando os antigos moradores para que os cortesãos fossem devidamente hospedados, gerando obviamente a insatisfação popular e o remanejamento indevido dos antigos moradores relegando-os para habitações precariamente equipadas (BUENO, 2003, p.137).

[11] Em 1808 o Rio de Janeiro contava com 75 ruas, becos e praças; em 1870, já totalizavam 563. Em 1872, a cidade estendia-se por mais de seis quilômetros para oeste e para o sul, enquanto os subúrbios mais distantes seguiam a expansão das estradas de ferro ainda mais para o oeste. Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870 -1970. June E. Hahner. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993. p. 27.

Após algum tempo de remodelações a cidade já seria portadora de características minimamente dignas de uma capital imperial tornando-se ambiente propício para a vinda de inúmeras companhias artísticas e científicas, como foi o caso da Missão Francesa, em 1816.

Não bastava dar à cidade de São Sebastião uma condição física embelezada; era preciso dotá-la de condições culturais com base no referencial europeu. O interessante é observar que muito embora houvesse cerca de um ano da queda do imperador francês e as relações diplomáticas com aquele reino há pouco estarem reatadas, fora a Missão Francesa a responsável por trazer ao Rio o conceito de cultura civilizada. Teria sido este um passo rumo à modernidade e ao embranquecimento?

A presença do referencial de civilização francês foi sempre uma marca bastante presente na capital carioca, o que será visto com maior profundidade nos capítulos posteriores sobre a reforma urbana de Francisco Pereira Passos.

Aquela antiga cidade que tinha ares d'África buscava o distanciamento da *barbárie* adotando novos padrões urbanísticos e culturais. Porém, ainda havia outro elemento que mantinha o Rio preso a uma condição que fazia dele ainda um local não *civilizado*: o cativo africano e seu legado cultural.

Segundo Alencastro na coleção História da vida privada no Brasil (...) no decurso do século XIX, os cativos representam da metade a dois quintos do total de habitantes da corte:

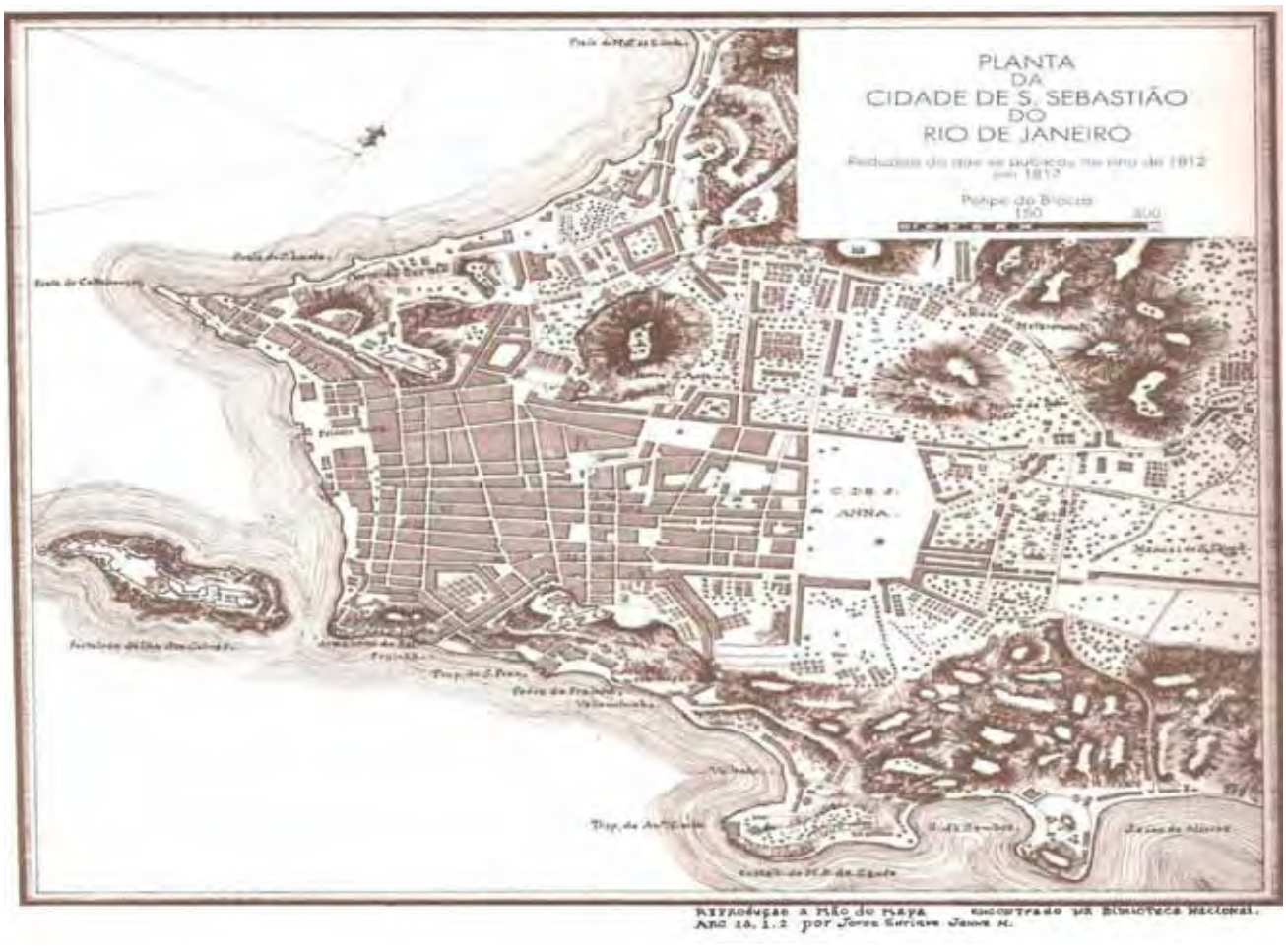
> Considerando que a população do município praticamente dobrou nos anos 1821- 49, a corte agregava nessa última data, em números absolutos, a maior concentração urbana de escravos existentes no mundo desde o final do Império Romano: 110 mil escravos para 266 mil habitantes (ALENCASTRO, 1998, p. 24-25).

O Rio de Janeiro, já no século XVIII, tornou-se local de atração centrípeta à medida que se converteu em principal pólo comercial da colônia por conta da atividade aurífera em Minas Gerais. Essa sua condição atrativa fora potencializada com a vinda do príncipe regente e seu séquito real fazendo com que a capital passasse a comportar no mesmo local, edificações extremante suntuosas, festas particulares e cerimônias públicas com todo o requinte e simulacro condizentes com uma corte real e ao mesmo tempo tudo isso esteve intrinsecamente ligado à presença de populares, sobretudo, cativos, que transitavam pelas ruas cariocas em busca de féria diária como escravos de ganho.

A Família Real portuguesa torna à sua antiga sede no ano de 1821, porém o impacto resultante da sua chegada e estada em terras cariocas foi beneficamente irreversível, ao passo que durante o período de permanência da Coroa portuguesa o Brasil teve seus portos abertos às nações amigas – 1808 – e foi alçado ao patamar de Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815, fazendo com que a obtenção da Independência fosse nada mais do que uma questão de tempo.

As transformações postas em prática por ordem de D. João VI foram demasiadamente importantes para a evolução urbana do Rio de Janeiro, pois abrangeram diversos campos de atuação. A arquitetura da cidade foi indubitavelmente alterada para poder absorver a horda cortesã que naquela se instalou, mas outros aspectos da urbe também sofreram modificações, como foi o caso da arte em geral. A presença da Missão Francesa deixara um legado importantíssimo para os futuros atores e artífices cariocas.

Figura 7



Ampliação da malha urbana realizada por D. João VI. O aumento do demográfico e comercial potencializou o alargamento da ocupação territorial.

Fonte: Abreu. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

Ainda nos remetendo à chegada D. João, naquela época Príncipe Regente, foi criado em 12 de outubro de 1808, por sugestão do Conde de Linhares, o Banco do Brasil, órgão que tinha por intento estimular a indústria manufatureira da então colônia revogando o alvará de 1785, assinado por D. Maria I que restringia aquele ramo de produção no Brasil.

O traslado, Portugal-Brasil, e a implantação dos órgãos administrativos na nova capital do império português permitiram a criação de cargos públicos capazes de absorver um número significativo de cortesãos ociosos formando na cidade uma característica peculiar, o funcionalismo público, sendo suplantado por Brasília, muito tempo depois.

Mesmo com a partida da Família Real as instituições administrativas permaneceram no Rio, recebendo novas atribuições, e perpetuando o funcionalismo público o que deu a cidade um ar aristocrático, pois para ela rumavam os representantes das mais distantes províncias. Esta *fidalguia* que surgiu com a implantação dos órgãos burocráticos na capital potencializou a busca pela aproximação com os referenciais europeus, sobretudo com o exemplo francês tendo em vista que o processo de independência alimentou o sentimento antilusitano existente no Brasil.

Com o Brasil já independente politicamente de Portugal a cidade, por volta de 1840 era formada por nove paróquias centrais (ALENCASTRO, 1998), tendo sua delimitação territorial ainda intrinsecamente sinalizada pela presença e influência da religião católica. Esta servia como entrave para a realização das manifestações religiosas de matriz africana, pelo menos abertamente no centro urbano.

Durante os últimos anos do século XIX o Brasil absorveria inúmeras correntes de pensamento que contribuíram para o enfraquecimento da forma de governo vigente, tendo em vista já desgastada imagem do regime imperial em meio aos setores dominantes da sociedade brasileira.

Os diversos atritos com os militares, com a Religião e sobretudo com os cafeicultores, tirou do imperador D. Pedro II a base de sustentação do governo permitindo que um levante golpista desse cabo da monarquia em 15 de novembro de 1889.

O advento do regime republicano representou a vitória dos proprietários de terras do sudeste e da nascente burguesia brasileira, pois o regime

republicano e federativo tinha como máxima o respeito às individualidades de cada região, permitindo um determinado grau de autonomia em relação ao governo central. Intimamente ligado aquela máxima podemos observar que o Brasil republicano passou a ser comandado pelos setores economicamente e politicamente dominantes, se lembrarmos da chamada política do Café com Leite[12] ficará bem esclarecido.

Segundo Azevedo:

> A produção cafeeira revigorou a condição de capital. O café permitiu que o Rio revitalizasse sua condição de pólo econômico do sudeste. (...) A introdução das estradas de ferro na segunda metade do século consolidou ainda mais a posição centralizadora da capital (AZEVEDO, 2005, p.13 - 14).

E completa:

> A região Centro-Sul, principalmente o Rio de Janeiro, na condição de capital federal, centro financeiro, comercial e portuário, reuniu condições extremamente favoráveis para o surgimento de um núcleo de trabalhadores urbanos que, sem dúvida, seria o embrião do proletariado fabril do país (p.13 - 19).

Foi em meio a esse aumento na atração de poderes que o Rio de Janeiro a partir da década de 1880 iniciou sua grande transformação no setor industrial e durante a primeira década da República o Rio abrigou a maior concentração operária do país.

2.4. O regime republicano e a capital

Para grande parte dos estudiosos a ascensão do regime republicano nos moldes brasileiros foi a vitória do liberalismo sobre aqueles que defendiam a bandeira do positivismo. Porém qual seria o grau de liberalismo alcançado pelo país? Muito embora a república nascente respeitasse a particularidade de cada província (nomenclatura substituída por estado durante a era Vargas), em outros aspectos o governo brasileiro comportava-se de maneira extremamente centralizadora, como no caso da alternância presidencial.

Segundo Bresciani no livro *Republica, Liberalismo, Cidadania*:

> A Constituição republicana representou, sem dúvida uma vitória dos liberais, liderados por Rui Barbosa, sobre os positivistas adeptos de um Estado centralizador, forte e ditatorial (BRESCIANI, 2003, p.18).

[12]O termo é utilizado para designar a alternância política na esfera federal entre paulistas e mineiros durante o período histórico conhecido como República Velha. Sua cronologia pode ser delimitada entre o alvorecer do novo regime político, em 1889, e o início da década de 1930 quando o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas ascendeu ao poder.

Mas o que dizer do Código Penal de 1890? Se por um lado a carta constitucional escrita em 1891 concedia a liberdade jurídica e individual aos cidadãos brasileiros, o código que a precedeu foi na contracorrente mostrando-se bastante cerceador das liberdades dos indivíduos, sobretudo daqueles com hábitos e costumes que fugiam aos preceitos da classe dominante.

O Brasil republicano adotou o liberalismo em sua teoria, influência vinda de outros países, mas sua aplicabilidade plena seria inexeqüível em um país que possuía cerca de quatrocentos anos de costumes autoritários. Aqueles que estavam no poder, por mais que se identificassem com o ideal liberal, na prática estavam eivados pela herança opressora que por tanto tempo estavam habituados.

O autoritarismo da elite brasileira se fez presente nas diversas formas de manifestação, inclusive nas políticas urbanísticas e sanitárias executadas na transição do século XIX para o XX.

Desde os tempos da monarquia sob o comando de D. Pedro II havia o intento de remodelar a capital do país.

> Tornou-se evidente, aos poucos, que os cortiços e epidemias de febre amarela eram assuntos indissociáveis para personagens eminentes do tempo de D. Pedro II. Os cortiços supostamente geravam e nutriam “o veneno” causador do vômito preto. Era preciso, dizia-se, intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro da capital as “classes perigosas” que nele residiam. Classes duplamente perigosas, porque propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano.

E completa:

> História construída no entrelaçamento de muitas histórias, a da febre amarela convergiu sistematicamente para a história das transformações nas políticas de dominação e nas ideologias raciais no Brasil do século XIX (CHALHOUB, 1996, p.8).

Porém, transformação urbana da cidade só foi posta em prática na segunda década do novo regime político implantado pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Os catedráticos que participaram a reforma realizada por Francisco Pereira Passos participaram ativamente dos projetos remodeladores elaborados quando no país ainda vigorava a monarquia. Inclusive o prefeito da Capital Federal, signatário do grupo responsável pela elaboração de tais planos arquitetônicos durante o regime político anterior.

Em meio a esse período de impasse sobre as modificações arquitetônicas que deveria sofrer, durante o século XIX, sobretudo na segunda

metade, o Rio continuava atraindo hordas significativas de imigrantes das mais distintas regiões possíveis.

A presença de populares formou um contingente de mão-de-obra bastante benéfico para o desenvolvimento da incipiente indústria brasileira, que só daria sinais evidentes de crescimento na segunda metade da década de 1910[13]. Muito embora este setor se encontrasse em condição inicial, permitiu o desenvolvimento de novas classes sociais na esfera urbana brasileira, burgueses e operários. Os últimos, assim como todos os demais setores populares, foram alvos a intensa repressão estatal ao menor sinal de manifestação.

A república que aqui surgiu não representou mudanças significativas para a população em geral, dando continuidade a postura autoritária e persecutória sobre todas as formas de manifestação popular, fossem elas de caráter sócio-político ou cultural.

Muito antes do advento da república, em razão da ausência de planejamento urbano e a conseqüente precariedade nas condições de habitação e higiene das camadas mais pobres, a cidade do Rio de Janeiro convertia-se com certa facilidade em palco de diversas enfermidades. E por essa razão:

> Em 1850, (...) foi instituída a Junta Central de Higiene para coordenar as ações relativas às questões envolvendo a saúde pública. Em 1886, o serviço sanitário do império foi reorganizado, sendo a lei em vigor quando a AIM[14] encaminhou sua petição ao governo. Através dela, foi criada a Inspetoria Geral de Higiene, responsável pela execução, na corte, do serviço sanitário de terra – que incluía a promoção de pesquisas e a organização de estatísticas na área de saúde pública, o controle da vacinação, a execução da polícia sanitária em geral, a fiscalização do exercício da medicina e a prestação de socorros sanitários aos necessitados (GIUMBELI, 1997, p. 96).

Na prática esse socorro tornou-se intervenção e interdição nas habitações populares. O Brasil mostrava seu autoritarismo até nos órgãos destinados ao auxílio da população.

Mesmo com a existência de tais órgãos o Rio de Janeiro continuava acometido pelas enfermidades, com atenção especial para o ano de 1891 quando eclodiu uma grande epidemia de varíola e febre amarela, juntamente

[13] Durante a gestão do presidente Venceslau Brás (9º presidente) ocorreu a 1ª Guerra Mundial cessando momentaneamente a importação de produtos industrializados vindos da Europa. Este fenômeno serviu como estímulo para o aumento da produção industrial em nosso país.
[14] Academia Imperial de Medicina.

com as demais doenças que grassavam por essa localidade, tais como a tuberculose e malária (CARVALHO, 1987).

Muitas das doenças tornaram-se epidêmicas em função das péssimas condições das edificações e o precário saneamento básico. Somando-se aos fatores apresentados havia a recalcitrância das camadas populares em relação às vacinações. Juntando todos estes elementos, as autoridades sanitárias atribuíam os surtos de enfermidades aos pobres e negros da cidade. Seguramente o local onde residiam as camadas menos abastadas transformava-se com certa facilidade em foco de doenças, no entanto a falta de planejamento municipal salvaguardava a construção e permanência das habitações em locais inadequados.

> Conforme nos aproximamos do fim de século XIX, torna-se cada vez mais óbvio que o pensamento médico e as políticas de saúde pública no Brasil estavam profundamente informados por uma ideologia racial bastante precisa: ao menos no Rio de Janeiro e em São Paulo, tratava-se de promover o ideal de embranquecimento da população. Todos os esforços e recursos foram dirigidos à febre amarela, enquanto doenças como a tuberculose e a varíola, ambas normalmente associadas a mestiços e pobreza, eram quase completamente negligenciadas (CHALHOUB, 1996, p. 94).

Os três primeiros presidentes civis que assumiram o Brasil eram provenientes da maior província produtora de café do país, São Paulo. Notadamente a política econômica adotada por eles visou atender os interesses de seus conterrâneos, produtores daquele que era o principal produto de nossa balança comercial[15]. E no que tange a condição física e urbana da capital federal, foi o último deles que deixaria marcas que perpassaram ao longo da História e exercem parcela de influência nos dias atuais.

No ano de 1902, Francisco de Paula Rodrigues Alves[16] venceu o pleito no dia 1º de março tornando-se o novo Presidente da República. Segundo o Jornal Cidade do Rio a contagem de votos foi a seguinte:

[15] O jornal pesquisado para realização deste trabalho, Gazeta de Notícias possuía uma coluna diária e especifica falando sobre a cotação do café no mercado mundial. Outras informações relativas ao mercado de vendas deste produto sempre se faziam presentes no periódico.
[16] Nascido em 7 de julho de 1848 na cidade de Guaratinguetá, São Paulo.

Tabela 1

Pleito eleitoral

Candidato a presidência	Número de votos
Rodrigues Alves	316.248
Quintino Bocaiúva	23.500
Ubaldo do Amaral	980

Fonte: Jornal do Brasil, edição comemorativa, 2000.

Em sua plataforma de governo o então candidato Rodrigues Alves deixou bem claro sua intenção em realizar a remodelação urbana da Capital Federal com a finalidade de capacitá-la fisicamente com portos e vias capazes potencializar o comércio, assim como torná-la atrativa aos investimentos externos.

Figura 8

JORNAL DO SÉCULO

UM PRODUTO DO JORNAL DO BRASIL

1 9 0 2

Rodrigues Alves promete dar prioridade para o Rio

15/11 – Rodrigues Alves assume a Presidência do Brasil após vencer Quintino Bocaiúva, por 316.248 vos contra 23.500, na eleição do dia 1º de março. Paulista, o novo presidente prometeu só ter olhos para o Rio. "Vou limitar-me quase exclusivamente ao saneamento e melhoramento do porto e do Rio de Janeiro", disse, antes de embarcar no trem que o traria para a capital do país. Rodrigues Alves, que nomeou Pereira Passos como prefeito do Rio, quer mudar completamente a visão que estrangeiros têm da cidade. "A capital não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividade e capitais nesta parte do mundo", afirmou durante a ce rimônia de posse. Enquanto Rodrigues Alves era aplau dido por seu discurso em defesa do Rio, Campos Sales seu antecessor, deixava a cidade sob vaias, no trajet até a Estação Central, onde pegou o trem para São Paul

Matéria jornalística apresentando a plataforma política do presidente Rodrigues Alves.

Fonte: Jornal do Brasil, edição comemorativa, 2000.

A mesma cidade que era por excelência o centro nevrálgico da vida política nacional era também o espaço propício para as manifestações populares fossem elas festivas ou mais importantes do que isso, reivindicativas como podemos observar na nota a seguir:

Figura 9

Trabalhadores em greve na capital do país

15/08-02/09 – A República enfrentou a primeira greve geral na capital do país. O movimento começou com os operários da indústria têxtil e foi ganhando a adesão de outros setores. No total, estima-se que 25 mil trabalhadores tenham aderido à greve que reivindicava aumento de salários e jornada diária de oito horas para todas as categorias.

Coluna falando sobre a primeira greve geral na capital do país.

Fonte: Jornal do Brasil, edição comemorativa, 2000.

Os jornais da época possuíam muitas colunas falando sobre as mazelas que pairavam sobre a cidade. A falta d'água, a ausência saneamento básico, despejo de lixo em locais inadequados, os ratos, os mendigos, os assaltantes, a perturbação da ordem pública e não menos importante as diversas doenças. Essas, não raro, transformavam-se em epidemias deixando a população bastante temerosa, mostrando seu descontentamento através de publicações diárias.

Segue o trecho do Jornal A Cidade do Rio de janeiro de 1900 falando sobre um caso de peste na cidade.

> Há poucos dias, sobre a epigraphe – o que será? – demos a notícia do apparecimento do primeiro caso de peste bubônica nesta capital.
> Acaba de aparecer o segundo na casa n. 119 da Rua da Saúde, que dá fundos para a ladeira do Valongo.
> Foi hontem de manhã transferido para o hospital Fluctuante, um menor de cor preta, de 9 annos de edade, aggregado do Sr. Luiz Doumond residente da referida casa.
> A remoção foi mandada fazer pelo Dr. Miranda Pacheco; de ordem do Dr. Graça Couto inspetor de isolamento e desinfecção por suspeitar de ser um caso de peste.
> O enfermo pertencia á clinica do Dr. Quintella, que pouco depois da meia-noite, vendo aggravar-se os seus padecimentos e apparecerem symptomas suspeitos comunicou o caso ao referido Dr. Graça Couto.
> Parece-nos que a azafama das autoridades sanitárias não é de resultado profícuo, em taes casos; do que precisamos é de medidas práticas para que não tenhamos que lamentar maiores prejuízos.
> O sr. Dr. Director geral de hygiene sabe que é melhor prevenir que curar; recommende, pois, aos seus subordinados o maior rigor na observação das medidas prophylaticas, nas visitas, na correção as casas de negócio e residências. (Jornal "Cidade do Rio" de 12 de Janeiro de 1900. Redator José do Patrocínio. Anno XII, num 10).

Não só os locais utilizados como habitação se tornaram alvo das políticas implantadas pelos higienistas. Os espaços de lazer e convivência também se converteram em ponto de atenção por parte da dos órgãos a serviço da municipalidade como foi o caso dos quiosques.

Figura 10

Fonte: Jornal do Brasil, edição comemorativa, 2000.

O trecho a seguir, nos ajudar a mostrar através de um jornal que compactuava com as ações nada democráticas do prefeito, a visão da sociedade pretensamente civilizada, em relação aos quiosques:

> Consta-nos que o Dr. Passos, no seu louvável emprenho de aformosear a nossa cidade, está muito empenhado em dar um golpe de morte nos kiosques que por ahi pullulam. Affirma-se até que o ilustre prefeito já teve uma conferência com os directores da companhia que explora essa indústria e offereceu-lhes a rescisão do contrato, que, ao que parece, só termina em 1911. (...) Comprehendemos e applaudimos os intuitos do digno prefeito que mais uma vez está dando provas de capacidade administrativa, de tino, de energia, e de actividade. De facto, os kiosques, tal qual existem na nossa cidade, são uma excrescência horrorosa. Não só a

> construção não prima pela elegância, como ainda por cima esses monstrengos são um foco constante de infecção, sujos como estão sempre.
> Nas praças e nas ruas largas (são tão poucas!) ainda comprehenderiamos o estabelecimento de kiosques, contanto que fossem pequenos, elegantes e leves, e servissem para a venda de jornaes ou flores, como em Paris.
> Mas o que realmente dá uma idéia muito triste do nosso estado de adiantamento são essas construções feias e pesadas que atravancam as ruas e onde se vendem uns tantos comes e bebes cuja apparência é das menos appetitosas...
> (Gazeta de Notícias 2 de fevereiro de 1903, segunda-feira. Anno XXX, num 33).

A supracitada coluna jornalística escrita há mais de um século e com pretensões plenamente afrancesadas nos auxiliará na transição para o próximo capítulo.

CAPÍTULO 3. PARA FRANCÊS VER: A REFORMA URBANA DO SÉCULO XX.

A capital da nascente República brasileira vinha desde a segunda metade do século XIX em franca ascensão demográfica tornando o espaço urbano uma área de intensa aglomeração populacional e propensa aos diversos problemas oriundos da concentração mal planejada. A tabela a seguir apresenta as principais cidades em números.

Tabela 2.

População das principais cidades brasileiras, 1872-1920[17].

Ano	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Salvador	Recife	Belém	Porto Alegre
1872	10.112.061 (100)	274.972 (100)	31.385 (100)	129.109 (100)	116.671 (100)	61.997 (100)	43.998 (100)
1890	14.333.915 (142)	522.651 (190)	64.934 (207)	174.412 (135)	111.556 (96)	50.064 (81)	52.421 (119)
1900	17.318.556 (171)	811.443 (295)	239.820 (764)	205.813 (159)	113.106 (97)	96.560 (156)	73.674 (167)
1920	30.635.605 (303)	1.157.873 (419)	579.093 (1.845)	283.422 (216)	238.843 (205)	236.402 (381)	179.263 (407)

Casas em péssimas condições de conservação assim como ruas sem iluminação e saneamento foram marcas características do Rio na virada do século XIX para o XX.

A reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, realizada por Francisco Pereira Passos esteve calcada numa justificativa com sustentação ideológica,

[17] Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870 /1920. June E. Hahner. Brasília: Universidades de Brasília, 1993. p. 21.

pois sendo o Distrito Federal estigmatizado pela existência de inúmeras enfermidades, a teoria sanitarista tornou-se a égide legitimadora para a remoção dos grupos alternativos dos espaços centrais da cidade, visto que de fato a cidade era sazonalmente acometida por epidemias. O rearranjo espacial das camadas mais pobres da população fomentou o surgimento daquilo que Denis Cosgrove chama de paisagem alternativa (CORRÊA, 2003).

À medida que a classe burguesa crescia e se consolidava na capital do império houve uma tendência de distanciamento espacial entre ricos e pobres, fenômeno que era menos intenso nos anos anteriores. A República intensificou a distância física entre a residência da classe dominante e a dos menos abastados. Os primeiros intensificaram a ocupação os bairros da Zona Sul que estavam a surgir, já os populares encontraram nos subúrbios, morros ou Baixada Fluminense a possibilidade de estabelecerem-se.

Atrelado a isso temos o peso da especulação imobiliária sobre o epicentro da capital federal, onde estavam a surgir bancos e sedes de empresas de grosso trato. Portanto era fundamental que este perímetro possuísse condições e características específicas para receberem estas empresas que trariam consigo investimentos tão desejados pelo governo federal.

Segundo Benchimol em seu livro *Pereira Passos: um Haussman tropical,* muito embora o Vale do Paraíba tivesse perdido o seu potencial na produção cafeeira, o porto do Rio de Janeiro encontrava-se entre os quinze principais portos do mundo e "afirmando-se como centro distribuidor de artigos importados e como mercado de consumo" (BENCHIMOL, 1990, p. 219).

Por desempenhar tão importante função, o porto carioca convivia com constante presença de inúmeros navios e tripulantes estrangeiros. Essa permanência, fosse ela curta ou longa, trazia consigo, além dos produtos comercializáveis, inúmeras doenças.

As intermitentes epidemias tornavam-se empecilhos que tolhiam a entrada dos investimentos pecuniários vindos do estrangeiro e que proporcionariam as condições necessárias para o Brasil alcançar o progresso desejado pela burguesia.

Tendo como base o livro de Moacyr Sclair (1996) vemos que a organização de uma nova disposição do espaço urbano tinha por intento

capacitar a cidade para implantação de fábricas e empresas, assim como atrair imigrantes europeus, pois:

> Os governantes latino-americanos recebiam de braços abertos o fluxo migratório; eram braços para a lavoura; era a oportunidade de encher "espaços vazios", e era, finalmente, a oportunidade de "branquear" populações nas quais o componente índio ou negro ainda era grande (SCLAIR, 1996, p.38).

Ao observarmos a obra desses autores vemos que o discurso sanitarista, com base na medicina social, possuía estreita relação com o projeto de reurbanização e branqueamento do centro urbano carioca.

O discurso sanitarista fora implantado não apenas na capital federal. São Paulo[18] também se converteu local para esta manobra elaborada pelas elites locais a fim de delimitar o espaço urbano de acordo com seus interesses, evitando desta maneira a presença de populares em áreas que estavam sob a influência da especulação imobiliária.

> A medicina brasileira – seguindo de perto os modelos franceses – elege o meio urbano como alvo de reflexão e intervenção. Os médicos tornam-se um misto se cientistas sociais, planejadores urbanos e analistas de instituições. Por outro lado, a medicina constitui-se como um apoio, científico e por isso autorizado, ao poder de Estado – oferecendo orientações sobre como ordenar as cidades e potencializar a vida de sua população (GIUMBELI, 1997, p.90).

Rodrigues Alves, candidatando-se à presidência, ao divulgar seu programa de governo, deixou bem claro que a questão do saneamento da capital da República ocupava o primeiro plano, mostrando sua preocupação em relação à questão dos melhoramentos pelos quais a capital federal deveria passar.

A medida que aquele candidato logrou o cargo de Presidente da República, designou Francisco Pereira Passos para o cargo de Prefeito do Distrito Federal. Essa indicação foi estratégica, pois o matemático, engenheiro e futuro prefeito do Rio viveu entre 1857 e 1860 em Paris estudando na École de Ponts et Chaussées, tendo se aplicado nos estudos de arquitetura, hidráulica, construção de portos, canais e estradas de ferro, direito administrativo e economia política (BENCHIMOL, 1900, p.200).

[18] O Antropólogo Anderson Santos em sua tese de doutoramento pela USP, falando acerca do processo de urbanização na cidade de São Paulo durante o século XX apresenta características semelhantes ao Rio de Janeiro onde a especulação imobiliária, fruto da intenção da classe dominante em controlar o espaço urbano, motivou a remoção de muitos populares rumo a outras áreas da cidade (SANTOS, 2006, p. 73).

Sendo assim esta indicação seria perfeita para fazer a *cirurgia urbana* que daria ao distrito federal condições de pleitear novos investimentos e imigrantes que seriam peça chave para a metamorfose da antiga cidade *colonial* em metrópole europeizada.

O Prefeito Pereira Passos teve sua gestão entre o final de 1902 e 1906, fazendo com que o centro do Rio de Janeiro sofresse uma reestruturação em seu espaço geográfico. Para tanto este governo valeu-se da Inspetoria de Higiene e seus delegados de saúde para a interdição das casas a fim de determinar quais residências deveriam ser removidas.

O Presidente Rodrigues Alves à medida que escolheu o novo prefeito que deveria ser responsável pela reforma urbana da cidade concedeu-lhe plenos poderes para a realização de tal empreitada permitindo desta forma que o governo municipal agisse de maneira extremamente ditatorial com os mais fracos.

Os órgãos públicos, tanto na esfera federal como na municipal, que tinham por incumbência a questão sanitária gozavam de poder para adentrar nas casas, mesmo sem a aquiescência de seus donos, mostrando que em um país com heranças patriarcais até as instituições que *visam o bem comum* valem-se de mecanismo tirânicos.

A Parte mais povoada da cidade foi o principal espaço da ação governamental, e sem dúvida as classes pobres que ocupavam o centro do município foram as que efetivamente sofreram com tal atitude vendo-se diante de uma dura realidade.

Figura 11

Pereira Passos manda demolir o Rio colonial

03/01 – Com a posse do prefeito Pereira Passos, ficou claro que o Rio de Janeiro deixará de ser uma cidade fétida e assolada pelas doenças. No lugar de *cemitério de europeus*, apelido nada lisonjeiro que a capital da República ganhou, a cidade renascerá como o mais grandioso exemplo da *belle époque tropical*. Em vez das imundas vielas coloniais e dos cortiços, onde se acumulam doenças, a prefeitura planeja ruas e avenidas largas, onde serão construídas edificações dignas da mais fina arquitetura européia. No lugar de terrenos, que só servem de depósito de lixo, praças arborizadas. Para tornar realidade o sonho de uma capital da República civilizada, a prefeitura já começa, literalmente, a botar abaixo todos os obstáculos. Os imóveis no caminho planejado para a obra já foram ou serão demolidos. Aos proprietários que amanhecerem com um aviso de desapropriação pendurado na porta principal de seu imóvel, só resta sair o mais rapidamente possível de casa, pois a prefeitura dá apenas alguns dias para que a mudança seja feita. Ao todo, 1.800 operários estão encarregados de demolir 640 imóveis. Pobres, os moradores dos cortiços só têm como opção de moradia juntar-se aos soldados vindos de Canudos, que se fixaram em barracos no Morro da Favela, antigo Morro da Providência.

Matéria jornalística apresentando a iniciativa de remodelamento da cidade do Rio de Janeiro realizada pelo prefeito Francisco Pereira Passos.

Fonte: Jornal do Brasil edição comemorativa, 2000.

Assim como Georges-Eugène Haussman, Pereira Passos era gestor de um município com um centro urbano repleto de ruas estreitas, sinuosas e sombrias, características bastante propícias para o desenvolvimento de levantes como ocorrido em 1904[19]. Dentre os objetivos angariados pelo prefeito parisiense estava a construção de avenidas largas que facilitassem a movimentação da força policial e que ao mesmo tempo impossibilitassem a construção de barricadas. Este aspecto também fora previsto durante a reforma urbana do Rio.

Pereira Passos, durante sua gestão municipal no Rio de Janeiro, valeu-se de um projeto com inspiração francesa, mas como aplicabilidade em uma realidade bastante distinta daquela encontrada na *cidade luz*. Naquela capital o projeto tinha por intento criar mecanismo de controle social evitando a ação dos populares. No Rio a remoção de populares da área sob influência da especulação imobiliária talvez tenha sido o moto fundamental para a realização das obras.

[19] Revolta da Vacina.

A abertura de amplas vias para facilitar o trânsito de pessoas, carros e da força policial, foi uma das tônicas deste projeto urbanístico que tinha por intento incrementar as possibilidades comerciais existentes na cidade. A interligação entre as fontes produtoras interioranas e o porto, assim como a valorização do centro da cidade fez com houvesse a necessidade de extrair os empecilhos existentes, isto é, as habitações populares.

Para que o Brasil, assim como o Rio de Janeiro viessem a se tornar de fato, local *civilizado* respeitando os padrões da modernidade, na ótica da estruturas urbanas da época, seria preciso extirpar do seu meio tudo aquilo que não se enquadrasse na lógica burguesa em pleno processo de consolidação no Brasil e que tinha sua inspiração no referencial europeu.

Esta transformação trouxe benefícios de ordem econômica não só para a cidade, mas sim para todo país, pois sendo ela a Capital Federal cooptou investimentos e empresas estrangeiras. Ser considerada a *cidade maravilhosa*[20] significou o rompimento com o antigo estigma de cidade colonial, que a marcou por tanto tempo.

Retornando ao processo de reorganização do espaço urbano carioca, a solução então encontrada foi a retirada de inúmeras famílias que viviam no centro, rumo às localidades mais distantes, muitas das quais margeavam o avanço das linhas ferroviárias desenvolvidas ainda no século anterior. Esta iniciativa não previu a existência de moradias para abrigar estes grupos e a conseqüência geral foi a ida dos grupos subalternos para habitações em precárias condições.

Como resultante da desapropriação das habitações na área central da cidade, ocorreu o crescimento desenfreado do preço dos aluguéis, visto que a demanda era maior que a oferta, o que por sua vez fez com que os donos dos imóveis tivessem altíssimas margens de lucro. Em contrapartida, aqueles que não possuíam rendimentos suficientes para arcar com o alto custo dos aluguéis, a saída foi construir casas nos morros da cidade.

A remoção de grande quantidade de pessoas foi a ação do Estado, controlado pelos grupos abastados, visando interesses particulares da classe

[20] O Jornalista, escritor, abolicionista e Deputado Federal, Henrique Maximiano Coelho Neto foi o criador da alcunha que até hoje é usada quando se refere ao Rio de Janeiro. Segundo Sidney Chalhoub este apelido surgiu no ano de 1908.

dominante. Segundo Chalhoub (2001), até mesmo os pequenos comerciantes foram removidos.

A reforma urbanística realizada pela gestão de Francisco Pereira Passos potencializou a ocupação dos morros da cidade e áreas suburbanas dando ao Rio de Janeiro aquilo que poderíamos denominar Geografia da segregação sócio-espacial, em que a classe dominante, através da especulação imobiliária, saiu beneficiada. A presença de favelas e morros relativamente próximos aos bairros socialmente mais elevados fornece a mão-de-obra farta, barata e necessária para o desempenho de funções subalternas na sociedade.

Durante os primeiros anos da República o governo valeu-se exaustivamente do Código Penal de 1890 como o mecanismo de controle e coerção sobre os populares fossem eles nacionais ou estrangeiros. Muito embora a Constituição de 1891 defendesse certas liberdades individuais, como a não expulsão de estrangeiros residentes no país, ocorreram inúmeros atos arbitrários contra aqueles imigrantes identificados como lideranças grevistas. Fazendo uso das brechas constitucionais ou em outros casos de medidas inconstitucionais, europeus foram enviados para suas pátrias de origem com a alegação da manutenção da ordem nacional.

No caso dos nacionais, aqueles que eram classificados como agitadores eram enviados para as regiões inóspitas daquele período, como o Acre. E provavelmente não por acaso o governo central decidiu retomar a construção de um presídio para onde seriam enviados muitos indivíduos mal quistos pelos órgãos mantenedores de ordem: o presídio de Ilha Grande. O jornal Gazeta de Notícias publicou coluna falando acerca da remoção de detentos como veremos a seguir:

> A primeira leva
> Embarque de presos
> O vaporzinho República foi hontem condutor da peimeira leva de presos[21] para a Colônia Correcional dos Dous Rios a Ilha Grande.
> (Gazeta de Notícias de 12 de março de 1903. Anno XXX, num 71).

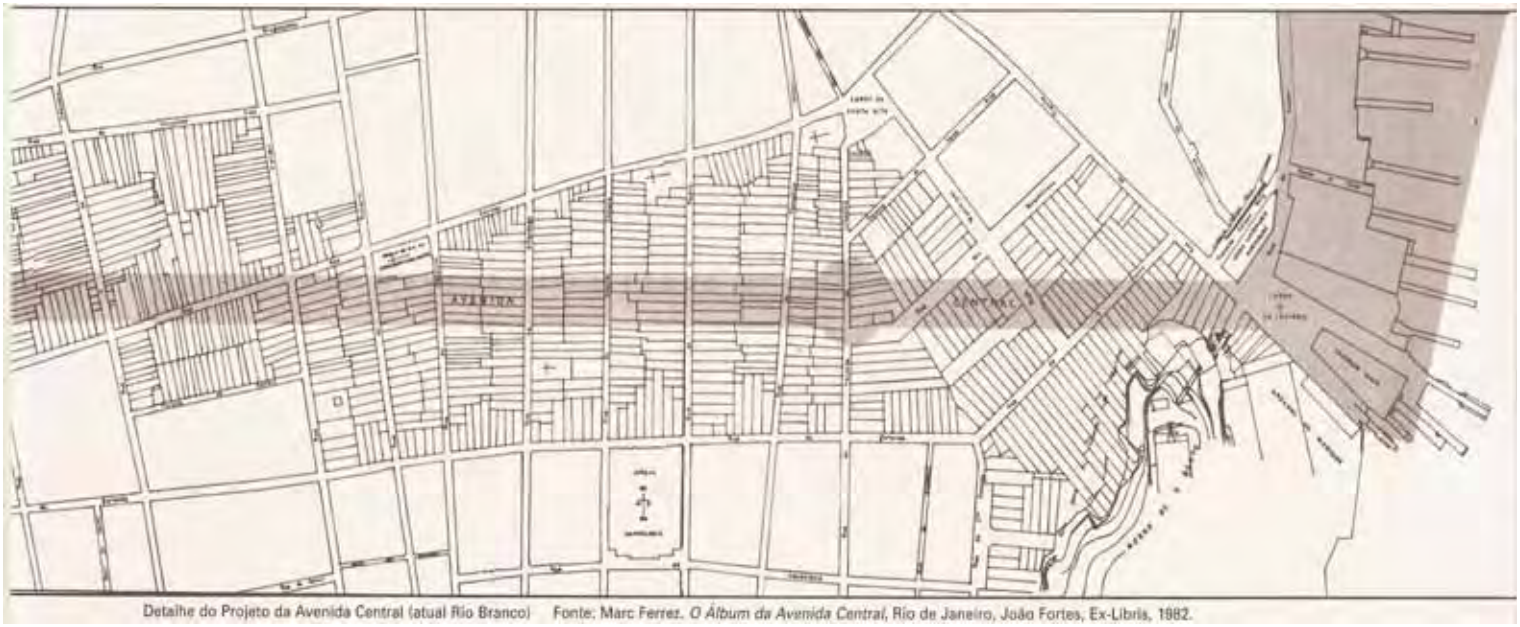
A remoção daqueles que eram considerados indesejáveis ocorreu das mais diversas formas, sendo sempre extremamente traumáticas para os mais pobres.

[21] 40 presos da casa de detenção e de correção.

3.1. O *aburguesamento* da capital enferma

A remodelação espacial central levada a cabo pela gestão Pereira Passos deu ao Rio o ar elitista que a classe dominante tanto buscava. Como já fora mencionado por diversos autores, o maior paradigma dessa transformação urbanística foi a Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco, centro da economia carioca).

Figura 12.



Detalhe do Projeto da Avenida Central (atual Rio Branco) Fonte: Marc Ferrez. *O Álbum da Avenida Central*, Rio de Janeiro, João Fortes, Ex-Libris, 1982.

A figura acima apresenta o projeto de remoção das edificações na região central da cidade para a construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco).

Fonte: Marc Ferrez.

A coluna “embelezamento da cidade” noticiou os projetos da prefeitura com entusiasmo e regozijo, deixando escapar a preocupação que se tinha em relação à preservação da área que se tornaria incomparavelmente a mais valorizada da cidade, a Zona Sul.

> Embelezamento da cidade
> Consta-nos que o actual prefeito está elaborando vários projetos de saneamento e embelezamento da nossa cidade, entre os quaes figura o da abertura de uma rua de 17 metros de largura, que partindo do Largo da mãe do bispo, vá ter á Rua da Prainha, correndo entre as Ruas Treze de Maio e da Ajuda e alargamento a de Gonçalves Dias que será o seu prolongamento.
> Essa mesma nova rua, prolongada até o mar, irá por um cáes de 25 metros largura até o fim da praia do Flamengo e passando desta, por de traz do morro da viúva, continuará pela praia de Botafogo até o fim. Esse cáes terá dous renques de árvores e continuará não só uma via de comunicação livre e desembaraçada entre o centro da cidade e

> o bairro de Botafogo, mas ainda um elegante e aprazível passeio, contribuindo ao mesmo tempo para sanear aquella parte da cidade, ameaçada de ser abandonada.
> (Jornal do Brasil de 27 de janeiro de 1903, terça-feira, edição da manhã. Anno XIII, num 27).

Para tamanho embelezamento foi necessária a derrubada de antigas habitações para que fosse realizada a obra de abertura desta avenida, que em sua maioria se configurava em casas de cômodos, cortiços e sobrados. Segundo O'Donnell cerca de 1600 construções (na maioria delas cortiços) foram derrubadas para a construção da Avenida Central (O'DONNELL, 2008), como se verá na foto abaixo apresentada pelo Jornal do Brasil.

Embora gozasse de autoridade política e econômica, antes da Reforma Passos a cidade se aproximava dos demais municípios no que tange a precariedade de habitações e sistema de água encanada[22] e esgoto.

O Rio acometido por epidemias causava sérios problemas para o governo e representando sérios riscos para os interesses da burguesia.

Em *Cidade Febril* Chalhoub apontou que:

> A proliferação dos cortiços na cidade do Rio se deu a partir das décadas de 1850 e 1860, e esteve ligada ao aumento de fluxo de imigrantes portugueses e ao crescimento do número de alforrias obtidas pelos escravos (CHALHOUB, 1996, p.26).

A cidade crescia em sua demografia sem o devido acompanhamento do aumento de oferta de moradias, fazendo com que as casas de pensão, sobrados e cortiços se tornassem as hospedarias dos mais pobres. Essas habitações, via de regra, não possuíam condições higiênicas adequadas e em contrapartida eram super-povoadas, proporcionando a proliferação de muitas doenças.

[22] Durante o levantamento no jornal Gazeta de Notícias observamos quase que diariamente colunas "a voz do povo", onde as pessoas faziam suas reclamações e dentre as mais encontradas estavam as que reclamavam ação imediata das autoridades municipais em relação ao abastecimento d'água.

Figura 13.

A foto mostra um dos trechos da construção da Avenida Central, local hoje fica a atual Cinelândia.

Fonte: Jornal do Brasil, edição comemorativa, 2000.

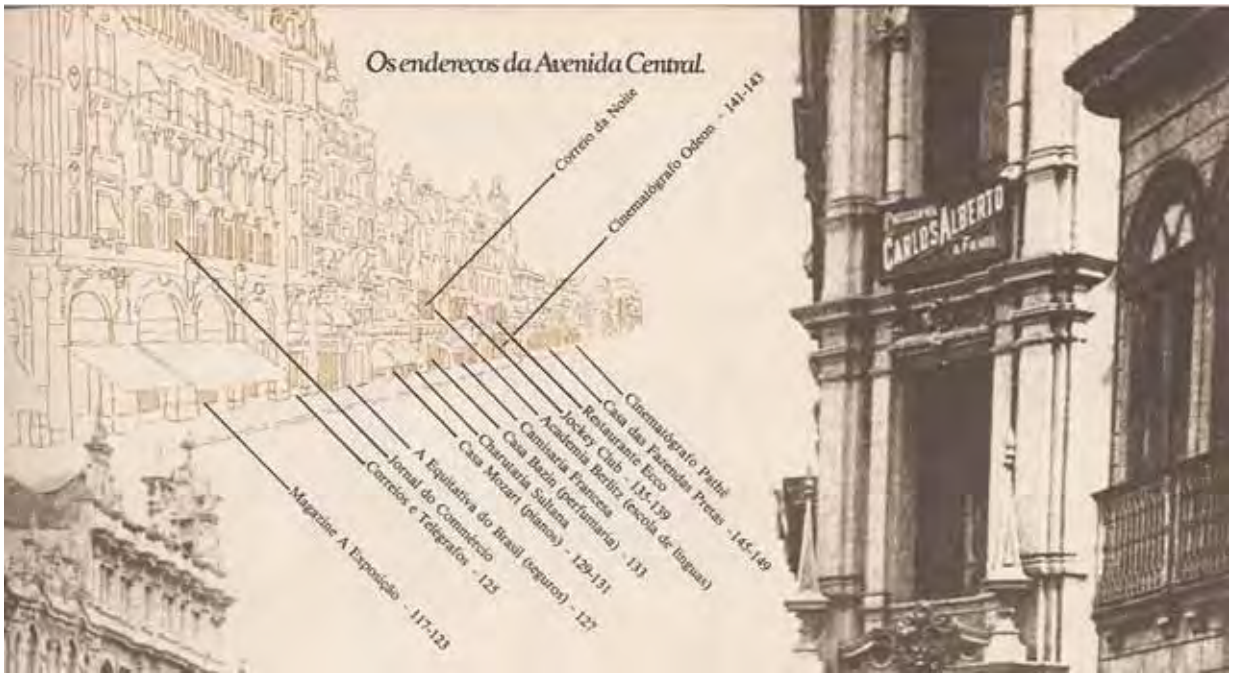
Naquela novíssima alameda, construída em tempo extremamente recordista (1904 – 1905),[23] ou em suas adjacências, se instalaram os principais estabelecimentos comerciais da cidade, assim como espaço de sociabilidade da elite carioca. Casas de tecidos (inclusive fazendas vindas da França), confeitarias, cinematógrafo, restaurantes, escola de línguas, perfumaria, dentre outros ramos de atividade vivenciados pela burguesia local.

Entretanto a mudança urbana buscando o avanço e a civilização não foi acompanhada pela transformação do pensamento das classes dominantes. Ainda se fazia presente a herança dos tempos da escravidão onde o negro e sua cultura era visto com desdém pelos brancos. O autoritarismo da classe

[23]Em 15 de novembro de 1905, vinte meses após o início dos trabalhos, o presidente Rodrigues Alves abria oficialmente a Avenida Central ao público. p. 172

dominante fez eclodir revoltas como a da Chibata[24] ocorrida em 1910, alguns anos após a abertura da tão bela avenida.

Figura 14.



A localização das principais casas comerciais e de serviços da Avenida Central, freqüentadas pela burguesia carioca em inícios do século XX.

Fonte: Jornal do Brasil, edição comemorativa, 2000.

Diante de tamanhas mudanças arquitetônicas era preciso fazer um rearranjo no comportamento daqueles que por ali transitavam. Não seria cabível ter naquele ambiente, pessoas com uma conduta que tirasse o grau de civilidade que a burguesia tanto prezava.

Para que o plano da nova via com ares parisienses fosse posto em prática foi necessária a remoção dos populares que habitavam a região central da cidade e a Prefeitura fez isso através de seus decretos e atos administrativos com base, sobretudo na higienização da cidade com a finalidade de libertá-la dos miasmas responsáveis pelas epidemias que ocorriam sazonalmente.

[24] Revolta deflagrada no Rio de Janeiro pelos marujos da Marinha Brasileira que em sua maioria eram afro-descendentes e sofriam duros castigos físicos do oficialato naval composto na sua integra pela elite branca.

A Prefeitura viu-se na obrigação de abrir inúmeros créditos extraordinários a fim de dar prosseguimento as obras de melhoramento do centro da cidade, como foi o caso do:

> - Decreto n. 386 – de 4 de fevereiro de 1903.
> Abre o credito extraordinário da quantia de 143:327$021 para a superintendência do serviço da limpeza pública e particular (p.95).

Este espaço remodelado que se abria na capital veio acompanhado pelas novas normas administrativas que visavam mantê-lo imune dos hábitos e das práticas consideradas ultrapassadas pela elite local.

Era preciso dotar a cidade de um verniz embelezador, mesmo que fosse da porta para fora. Como se vê no seguinte decreto.

> - Decreto n. 397 – de 28 de fevereiro de 1903.
> Regulamenta a obrigatoriedade da pintura, caiação, consertos e limpeza de immoveis em todas as faces visíveis da via pública (p. 111).

Essa área *urbanizada* que surgiu com a Reforma Passos também previu a regulamentação sobre o transito dos antigos passantes nas vias públicas:

> - Decreto n. 505 – de 20 de dezembro de 1904.
> Regula o transito de cargueiros na zona urbana do Districto Federal.
> O Prefeito do Districto Federal:
> Considerando que os cargueiros constituídos por animaes atrelados uns a outros ou sem governo directo, e mesmo por animaes isolados, quando em transito pela cidade não só embaraçam consideravelmente a viação publica, mas constituem ainda constante perigo para os transeuntes;
> Considerando que o systema de transporte urbano de cargas de qualquer natureza sobre animaes, além de ser muito lento, perigoso e ante-esthetico, é incompatível com o grao de adiantamento e civilização a que já attingio esta cidade;
> Art. 1º Fica prohibido, a partir de 1º de janeiro de 1905, nas ruas e estradas do Districto Federal, dentro dos limites da zona urbana, o transito de cargueiros atrelados uns aos outros ou que não tragam cada um o seu conductor especial a pé[25].
> Art. 2º multa de 10$ por animal se houver infração. Apreensão do animal.
> (2º semestre de 1904. Volume XV, 1911).

O processo remodelador do espaço urbano transformou não só a parte física da cidade assim como determinou através dos decretos as novas normas a serem seguidas, conseguindo desta maneira, estabelecer o padrão comportamental desejado pela classe dominante.

[25] Apenas alguns pequenos lavradores autorizados pela municipalidade poderiam transitar por algumas ruas da cidade.

A condição do porto foi outro entrave a ser superado, pois era através dele que muitas doenças se propagavam vindas com os navios que ali aportavam. O contrário também ocorria e muitos estrangeiros contraiam as doenças tropicais. Esta realidade causava danos ao comércio nacional, pois a constante presença de doenças tornou-se uma barreira natural para as relações comerciais.

Segundo Sclair em seu livro *Oswaldo Cruz* diz*:*

> Em 1895 o episódio do Lombardia deu destaque internacional ao problema. Este navio italiano viera ao Rio em visita de cortesia, tendo sido recebido pelo presidente Prudente de Moraes. As festividades então realizadas terminaram em tragédia: dos 340 tripulantes, todos, à exceção de sete homens, adoeceram, e 234 morreram.
> O ocorrido não afetou apenas a imagem do Brasil, prejudicou também a economia do país. O ingresso de divisas, necessário para pagar a dívida externa que já à época era enorme, resultava quase exclusivamente da exportação do café, através do Rio e de Santos, duas cidades afetadas pela febre amarela (SCLAIR, 1996, p.37).

Para solucionar a situação a prefeitura realizou na zona portuária um grande processo de modernização que o deixou em plenas condições para absorver a demanda estabelecida pelo comércio internacional. A conclusão das obras se deu em 1910. Os jornais da época apresentavam notas diárias sobre as deliberações para a modernização portuária.

> Obras no porto
> Estão, em borá hora, aplainadas as dificuldades que haviam surgido no acordo das clausulas do contrato para a empreitada das obras do melhoramento do nosso porto.
> Depois de successivas conferências o ilustre Dr. Lauro Müller, ministro da viação, conseguiu que o Sr. Walker, o futuro construtor das obras, abrisse mão das pretensões que embaraçavam a boa marcha dos trabalhos.
> Assim o Sr. Walker não será dispensado de entrar para os cofres do thesouro com a caução garantidora do contrato e não receberá os adiantamentos que desejava, sendo os pagamentos feitos por obras concluídas, conforme era desejo do governo.
> Como compensação o governo prolongou por mais cinco mezes o prazo para a conclusão das obras, e por mais um mez, o marcado para início das mesmas obras, o que não se pode verdadeiramente chamar um concessão, mas sim um desconto de tempo perdido nas negociações.
> No contrato figura um clausula prevendo o caso de rescisão, estabelecendo que tal medida extrema precede um acordo entre partes contractantes, o que garante a possibilidade de um pedido de indenização.
> Os gastos que têm de ser feitos com os trabalhos de instalação do material necessário estão calculados em cerca de 10 mil contos de réis.
> Sobre as obras do porto adiantamos mais, que o projeto e o orçamento mas mesmas já deram entrada na diretoria competente, para o necessário expediente.

> O decreto, mandando dar execução aos trabalhos, só poderá ser sanccionado depois de feitas as correcções de que carece a lei regulando as desapropriações.
> Vencidas assim todas as dificuldades, é digno dos mais sinceros cumprimentos o governo que tomou a peito realizar esse importante melhoramento público. E por nossa parte não lhe regateamos esses cumprimentos.
> (Gazeta de Notícias, 15 de setembro de 1903. Terça-feira. Anno XXX, num 258).

A citação consegue nos transmitir com nitidez as expectativas em ralação a reforma do porto e as medidas necessárias para levada a cabo.

A nova cidade que ali surgiria representou o fim da condição colonial que estigmatizava o Rio de Janeiro, colocando-a em outro patamar: *cidade civilizada!*

Esta sociedade em transformação buscava a reorganização até mesmo dos seus órgãos administrativos, fosse pela municipalidade ou pela instituição que lidava diretamente com a população em geral, a polícia.

> As tentativas de reforma policial começaram em 1903, mas o problema ganhou maior importância após o fracasso da polícia em controlar a revolta da vacina em novembro de 1904. Uma nova força uniformizada, a guarda civil, foi criada em 1905, tentando diminuir a hostilidade do público diante do patrulhamento uniformizado e oferecendo um polícia de aparência melhor para o centro renovado da cidade. Em 1906, o presidente Afonso Pena, recém-empossado, trouxe de Minas Gerais para a chefia da polícia um ex-deputado com longa experiência policial e em legislação criminal, que desempenharia um papel fundamental na reforma da policia: Alfredo Pinto (BRETAS, 1997, p. 49-50).

A reforma da polícia somou-se com as demais reformas que pleiteavam uma nova ordem social para aquela sociedade, onde controle da população era a palavra de ordem. A tabela a seguir mostra o crescimento do efetivo da corporação durante os primeiros anos do regime republicano.

Tabela 3.

A proporção entre o crescimento demográfico e o efetivo policial.

Ano	População	Polícia
1889	100	100
1890	103	135
1893	112	168
1901	140	162
1905	158	313

Fonte: Bretas. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930[26].

A figura a seguir mostra o centro urbano do Rio de Janeiro após a reforma urbana da área central e reconstrução da zona portuária realizada durante a gestão de Francisco Pereira Passos.

[26] Marcos Luiz Bretas. *Ordem na cidade*: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 45. Quadro comparativo do crescimento da população e da polícia militar, tendo como base 1889 = 100

Figura 15.

A organização espacial após a reforma urbana realizada pelo prefeito Pereira Passos.

Fonte: Barreiros. Atlas da Evolução Urbana da cidade do Rio de Janeiro, 1965, p. 23

Como já sabemos o ônus desta nova condição recaiu sobre os populares fazendo com que houvesse não só a remoção física daqueles que habitavam o espaço urbano. Mas, tão importante quanto, a realocação dos padrões culturais. Aquelas manifestações de cunho popular, por não se adequarem ao novo padrão burguês da capital se destinaram para o subúrbio da cidade e posteriormente para a baixada.

O subúrbio passou a representar para os mais pobres o acesso e a aquisição de moradias mais baratas, com a possibilidade de desenvolver atividades auxiliares como criação de galinhas e porcos, um aspecto semi-rural. Nos primeiros anos do século XX as linhas de ferro[27] serviam como principal mecanismo de ligação do subúrbio e Zona Norte com as regiões centrais da cidade. A ausência de pavimentação era acompanhada pela inexistência do serviço telegráfico, bombeiros e polícia.

Aqueles que dispunham de algum rendimento conseguiram alugar ou comprar casas nos subúrbios da cidade, já os que se encontravam na condição de despossuídos de rendimentos suficientes acabaram encontrando nas encostas suas novas moradias. Os mesmos governantes que buscaram o embelezamento da parte central do Rio Janeiro, dando ao município o almejado padrão urbano de excelência, foram aqueles que indiretamente incentivaram a proliferação das favelas cariocas. O modelo urbano iniciado por Passos não acabou com a presença dos pobres e sua cultura, mas sim a reorganizou de maneira que estivessem onde os interesses da classe dominante não fosse prejudicado. O Rio tornou-se a *cidade maravilhosa* que ao mesmo tempo tinha áreas desamparadas.

O livro Pobreza e política[28] de Hahner fez profunda observação sobre os pobres do Brasil na virada do século XIX apontando dados numéricos que nos auxiliaram na elaboração deste trabalho, como veremos a seguir:

> No início do século XX, crescentes números tanto de ricos como de pobres mudaram para mais longe do centro da cidade, mas geralmente em direções opostas. Então, como agora, a zona norte do Rio de Janeiro continha áreas residenciais muito mais pobres e sem prestígio do que a zona sul da cidade. Entre 1890 e 1906 a zona

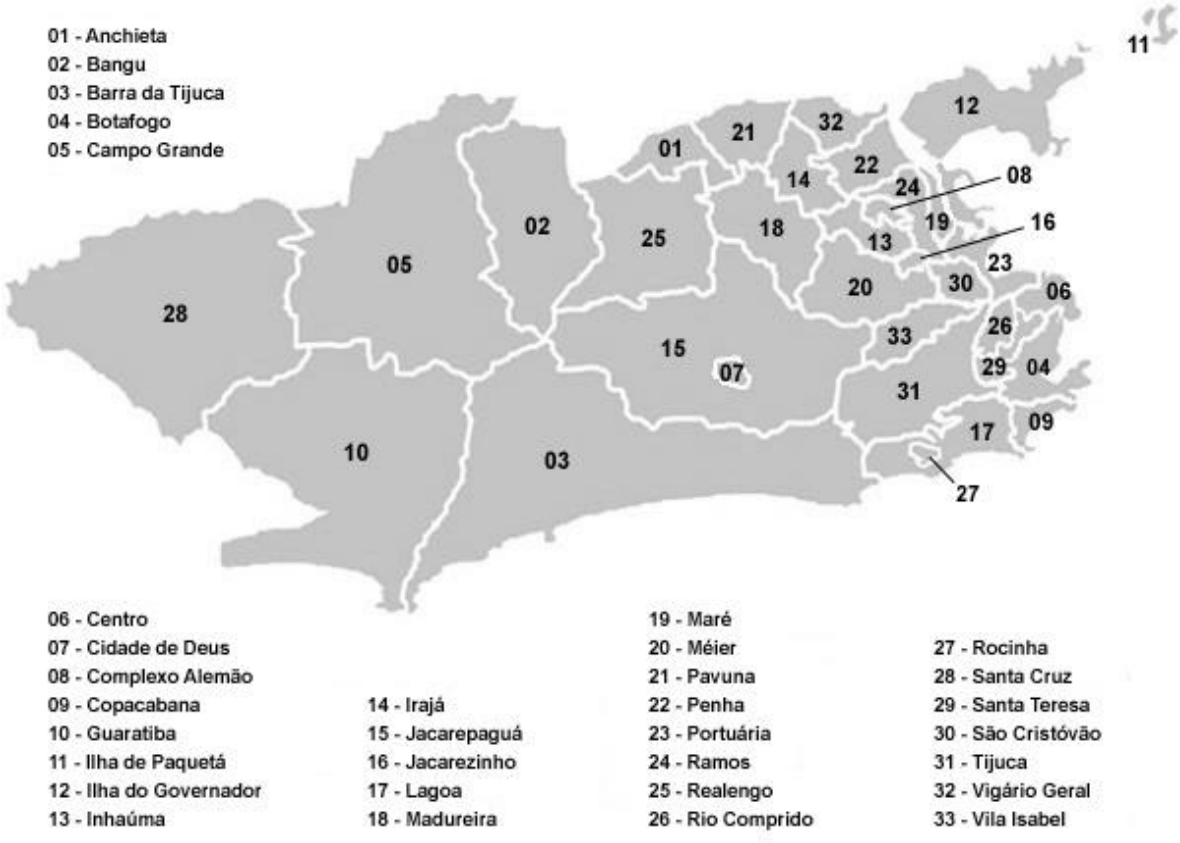
[27] O geógrafo Maurício de Abreu em seu livro sobre a urbanização do Rio de Janeiro fala sobre a importância das estadas de ferro no processo de ocupação dos rincões do subúrbio carioca. A instalação das fábricas ao longo dos ramais ferroviários atraiu muitos operários para áreas cada vez mais distantes do centro urbano.

[28] Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870 /1920. June E. Hahner. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

> norte cresceu duas vezes mais rapidamente do que a zona sul, enquanto a população do centro da cidade mudou muito pouco. O número de pessoas nos bairros da zona norte de São Cristóvão, Engenho Velho, Engenho Novo, Espírito Santo aumentou em 118,3%, enquanto nos bairros da zona sul Glória, Lagoa, Lapa e Gávea expandiu em 55,5%, uma cifra praticamente idêntica à média da cidade, de 55,3%. (HAHNER, 1993, p. 181).

Figura 16.

Regiões administrativas do Rio de Janeiro.



Divisão da cidade do Rio de Janeiro em Regiões Administrativas[29].

Fonte: Cerqueira[30].

[29] Atualmente a cidade está dividida em 33 regiões administrativas que comportam 126 bairros. Segundo a estimativa feita pelo IBGE, em 2003, a população residente no município do Rio de Janeiro corresponde a 5.974.081 habitantes. E a área que compreende os bairros de Ramos, Penha, Ilha do Governador, Inhaúma, Irajá, Méier, Pavuna, Madureira, Anchieta, Maré, Jacarezinho e Complexo do Alemão concentra a maior parte da população da cidade, 2.353.952 habitantes. Nota-se ainda que bairros da zona norte ainda são aqueles que apresentam crescimento demográfico.
Cf. http://www.camara.rj.gov.br/boasvindas/rjbv2/rio.htm

[30] Imagem capturada no sitio eletrônico: http://www.serqueira.com.br

O processo de expansão territorial da cidade do Rio de Janeiro foi trabalhado por muitos pesquisadores, porém a associação e os reflexos sobre os movimentos culturais ficaram à margem dessas pesquisas durante longa data. A ruptura entre as classes e as zonas de habitação ocupadas por elas, acabaram por criar formas peculiares de manifestações culturais amplamente visíveis na atualidade.

Ainda no processo em tela vemos que essa remoção dos populares teve peso substancial sobre a população negra da cidade fazendo com que o espaço de habitação daqueles fosse cada vez mais para o subúrbio e desta forma fazendo com que aquela área se tornasse ao longo do tempo o espaço para o desenvolvimento dos movimentos culturais daquelas pessoas. O samba, o candomblé e a umbanda são manifestações com tradições genuinamente suburbanas.

O morro[31] tornou-se o espaço em que os negros, e populares de modo geral passaram a ocupar como forma de habitação e desta maneira podendo permanecer nas proximidades das áreas mais valorizadas da cidade facilitando o trajeto casa-trabalho. Os morros e favelas próximos aos bairros valorizados da cidade transformaram-se em local residencial da mão-de-obra que servia as classes abastadas.

O centro urbano carioca passou de fato ao controle da elite e desta forma os menos favorecidos foram afastados para outras áreas ou viram-se proibidos de realizar suas práticas naquele espaço.

Silva citando trecho de Rolnik mostra que:

> Os negros e mulatos perceberam que, mesmo tornados iguais aos brancos perante as leis republicanas, estavam de fato segregados por sua condição econômica e, principalmente, racial, pois em tal projeto de modernização não lhes foi reservado nenhum espaço. As idéias europeizantes das cidades brasileiras levaram a um paulatino isolamento dos núcleos negros, considerados pela polícia como local de malandros, criminosos, bêbados, desocupados e embusteiros em geral. (ROLNIK / SILVA, 2005, p. 53).

Para manter a ordem, a classe dominante, fazendo uso das vias legais e assim preservar seus interesses, rechaçou os costumes populares e intensificou a criminalização de determinadas práticas. A religião, o entrudo, as

[31] Denominação vulgar que se refere ao espaço com habitação não planejada. No Rio de Janeiro é comum atribuir o conceito de favela para local plano e morro para as regiões elevadas, no entanto na prática possuem a mesma realidade.

festas populares tornaram-se passíveis da repressão policial e da municipalidade. Este comportamento será visto nos capítulos vindouros.

CAPÍTULO 4. CRIMINALIZAÇÃO E CASTIGO SOBRE A PRÁTICA CULTURAL AFRO-BRASILEIRA

O Brasil que é portador de uma herança cultural cristã vinda desde os tempos coloniais, foi, e ainda é, possuidor de características bastante marcantes que se mostraram determinantes para o traçado do perfil sócio-cultural de seu povo.

Em terras brasileiras os portugueses que deixaram o *velho continente* e por essas bandas se instalaram trouxeram consigo o objetivo de aqui enriquecer e para tanto empreenderam atividades lucrativas e que em sua maioria visavam atender o mercado europeu, via Portugal.

Como já é sabido por todos, os expedicionários lusitanos que aportaram em terras americanas desejavam a mesma sorte que seus pares hispânicos ao encontrarem metais preciosos logo nas primeiras viagens. Essa descoberta deu grande importância à expansão marítima. Entretanto, a América portuguesa não apresentava as mesmas condições geológicas que sua vizinha espanhola, Somando-se ao fato de os nativos aqui presentes não serem portadores de conhecimento tecnológico capaz de extrair metais do solo.

Foi diante dessa negativa que os colonos instalados na Terra de Vera Cruz buscaram formas alternativas para a obtenção de riquezas.

A cana-de-açúcar teve papel preponderante na empreitada lusitana e em razão de interesses associados, à medida que o plantio deste gênero agrícola tornou-se volumoso os envolvidos na atividade de plantação agro-exportadora optaram pela mão-de-obra escrava africana.

A empresa açucareira foi sem dúvida o grande moto para o início do tráfico negreiro que supriu a necessidade de trabalhadores para o Brasil entre o século XVI e XIX. A vinda de escravos para a América atendia não só às necessidades dos colonos que ansiavam por mão-de-obra no eito, mas também aos objetivos econômicos daqueles que se dedicavam a tal ramo de atividade, assim como a coroa portuguesa que angariava fundos através do recebimento de impostos em razão da relação comercial entre as praças do *continente negro* e *do novo mundo.*

Segundo Mattoso:

> Entre 1502 e 1860, mais de 9 milhões e meio de africanos serão transportados para as Américas, e o Brasil figura como o maior importador de homens pretos. (MATTOSO, 2003, p. 19).

E completa:

> Quatro grandes trazem sucessivamente para o Brasil os negros sudaneses[32], depois bantus[33]: o primeiro dele no tempo, o do século XVI ou ciclo da Guiné, tem seu ponto inicial na África ao norte do Equador e traz ao Brasil negros uolofs, mandingas, sonrais, mossis, haussás e peuls. (...) Do ciclo do Congo e de Angola vêm à Colônia bantus da África equatorial e central. (...) O terceiro ciclo é o da Costa da Mina, em que interessam novamente negros sudaneses, dominando o século XVIII. (...) Um outro ciclo propriamente baiano, o da baía de Benin, junto com o tráfico ilegal que se desenvolve a partir das proibições impostas pela Inglaterra após 1830 (MATTOSO, p. 22-23).

Ao longo de quatro séculos o Brasil importou da África a mão-de-obra que se tornara responsável pela execução das mais variadas atividades desempenhadas em vários setores de nossa sociedade. O escravo[34] que para

---

[32] Grupo étnico oriundo da costa ocidental africana, englobando Costa da Guiné, Nigéria, Daomé (atual Benin) e regiões próximas. Tradicionalmente acredita-se que este grupo tenha ido, em sua quase totalidade para as praças nordestinas, sobretudo Bahia e Maranhão, porém há estudos que apontam a presença de sudaneses em outras regiões da colônia. Do tronco sudanês é que provêm Jejes e Nagô/Iorubá e a junção cultural daqueles, predominando a herança Iorubá, que proporcionou o surgimento de religiões com matriz africana no nordeste sendo a mais conhecida delas o Candomblé.

[33] Grupo étnico proveniente da região subsaariana, África equatorial, e que durante o período colonial brasileiro, chegando também ao período do império, fora destinado majoritariamente para as regiões do sudeste. Este grupo em razão de sua flexibilidade cultural foi mais permissível ao processo sincrético fazendo com que surgissem religiões de matriz africana, porém com elementos advindos do mundo cristão ocidental, como foi o caso da macumba carioca e da Umbanda.

[34] Segundo o dicionário Aurélio escravo seria aquele que: (1) está sujeito a um senhor, como propriedade dele. (2) Que ou aquele que está inteiramente sujeito a outrem, ou a alguma coisa. Mesmo sem exercer, a princípio, alguma função que rendesse benefícios a terceiros o africano que era remetido ao Brasil encontrava-se na condição de escravo, em razão da sua impossibilidade de escolha, assim como pelo fato de pertencer ao traficante de escravos. Poderíamos também ter optado pelo termo cativo, que segundo o mesmo dicionário, seria: (1) que não goza de liberdade; que está encarcerado, ou seqüestrado. (2) Forçado à escravidão.

cá fora trazido, muito embora tenha sido majoritariamente encaminhado para as atividades agrícolas, teve grande presença no universo urbano.

Homens que auxiliavam seus donos em barbearias, tavernas, casas de fazendas, serviços domésticos e muitos outros trabalhando como escravos de ganho.

Durante longa data a atividade de estivador nos portos brasileiros fora exclusivamente exercida por cativos africanos, assim como os *tigres* que transportavam os excrementos na cidade do Rio de Janeiro e os carregadores de água de casa em casa, em uma época que não existia água encanada.

As cidades brasileiras desde meados do século XVI contavam com a mão-de-obra negra para o desempenho das mais variadas funções fazendo com que gradativamente o número de africanos em terras americanas fosse aumentando.

E dentro dessa perspectiva da presença do elemento afro no Brasil, independentemente do período histórico – Colônia, Império ou República – foi uma compleição que não se fez apenas física, mas culturalmente. A manifestação cultural de matriz africana foi tolerada com nuanças que variaram de acordo com a região e com o período.

Muito embora o africano que aqui vivia se encontrasse na vil condição de cativo, foi determinante na construção do processo cultural do povo brasileiro.

Em razão das condições em que viviam os colonos durante os primeiros séculos de ocupação do território, ausência de médicos, desproporção entre o número de homens brancos e mulheres brancas e a farta presença de escravos domésticos, ocorreram variadas formas de contato ao longo processo de integração entre negros e brancos no Brasil determinado pelas adversidades enfrentadas pelos que aqui habitavam. Óbvio que isso não quer dizer que aqueles estavam em pé de igualdade com os últimos.

Mas essa condição de convívio permitiu que o africano aqui presente pudesse, dentro das devidas proporções, perpetuar sua cultura mesmo sofrendo alterações. Em verdade ele também causou inúmeras mudanças na cultura dos colonos.

Sendo assim o português que se falava, e ainda se fala, no Brasil estava impregnado de termos oriundos d’África fazendo com que o nosso léxico

lingüístico viesse a ser um desdobramento do hibridismo das culturas daqueles dois continentes situados do outro lado do Atlântico, não descartando é claro a contribuição indígena. A culinária brasileira foi outra resultante dessa integração entre senhor e cativo.

Não menos importante que isso, a religião cristã também esteve passível da influência gerada pela presença africana em nosso país. O catolicismo praticado entre as camadas populares da sociedade sofreu alterações em decorrência do contato.

O culto católico não reunia no mesmo espaço senhores e escravos, e desta forma os últimos foram ao longo do tempo incorporando elementos no culto fazendo com que alguns estudiosos fizessem uma distinção entre o catolicismo praticado entre os dois grupos. Silva tem em seu livro sobre Candomblé e Umbanda um tópico intitulado de *catolicismo negro* e fornece maiores explicações (SILVA, 2005).

Diante dessa breve exposição fica nítida a presença da cultura africana dentro da sociedade brasileira, o que durante certo tempo fora relativamente aceitável pelas camadas dominantes em razão da necessidade do convívio. No entanto essa pseudo-aceitação não foi estável, tão pouco duradoura, sofrendo alterações, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX quando teorias científicas mudariam o conceito e o comportamento da sociedade brasileira.

4.1. O negro no Rio de Janeiro

O ano de 1565 foi o marco oficial para a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em meio a duras batalhas envolvendo franceses e lusitanos pelo domínio territorial. No entanto, a região nordestina permaneceria desempenhando a função de destaque no cenário colonial em razão da produção canavieira, atividade esta que levou os comerciantes escravistas a preferirem ofertar suas *mercadorias* nas áreas localizadas na parte mais ao norte da colônia, em detrimento do sudeste.

Foi por conta da irregular oferta de escravos africanos, associado à ausência de capital de giro nas mãos de muitos colonos que viviam na

capitania em questão, que a mão-de-obra indígena foi usada predominantemente no sudeste fins do século XVII.

> Em 30 de junho de 1609, Felipe III da Espanha promulga a lei que declara livres todos os gentios do Brasil, mantendo sobre eles a jurisdição dos jesuítas, a quem confia sua catequese e civilização. Começa uma disputa legal que vai se estender até o século XVIII. Esta lei provoca graves conflitos na capitania do Rio de Janeiro, onde a mão-de-obra indígena é indispensável. Não apenas no trabalho agrícola (nos engenhos e plantações), mas também na cidade do Rio de Janeiro, os índios prestam inestimáveis serviços na distribuição de água nas casas e no trabalho em obras públicas, como na construção do aqueduto da Carioca (SOARES, 2000, p. 65).

E completa:

> A cidade do Rio de Janeiro tem, no início do século XVII, por volta de 3.850 habitantes, então contados como “almas”: em torno de 750 portugueses, cerca de 100 africanos e os 3.000 restantes distribuídos entre índios e mestiços (SOARES, 2000, p. 65).

Retomando o que foi apresentado no capítulo anterior, o Rio de Janeiro obteve ao longo dos séculos uma gradativa importância econômica e política no cenário brasileiro, sobretudo no século XVIII, período de grande importância para extração aurífera na região das *minas gerais*.

A importância da cidade não se fez presente apenas em função do alargamento das relações econômicas que nela se realizavam, tão pouco através do crescimento demográfico e urbano, mas sim através do aumento do número de escravos ao longo do século citado no parágrafo anterior, o que por sua vez causou a substituição da mão-de-obra indígena pela africana. A presença daquele grupo étnico em terras cariocas foi responsável por significativas alterações de ordem sócio-cultural.

Muito embora a produção açucareira permanecesse como o maior e mais rentável produto da balança comercial brasileira, a extração aurífera despertara o anseio pela obtenção de riquezas em um curto prazo. E para levar a efeito tal empreendimento foi necessário aumentar a quantidade de mão-de-obra na região extratora.

Como resultante dessa situação o Rio se tornaria o maior importador de escravos no século XVIII, superando as regiões nordestinas o que, por sua vez, proporcionou rendimentos não só aos envolvidos diretos no tráfico, mas em toda a rede que circundava esta atividade.

Foi naquele mesmo centenário que o Rio se tornou sede da administração colonial tornando-se ponto de convergência político-econômica da colônia à medida que a região sudeste suplantara as demais ao passo que

a extração aurífera foi praticada efetivamente, conseqüentemente permitindo a proliferação do número de casas comerciais. Esse ritmo crescente foi incessante ao longo dos séculos posteriores, sendo potencializado com a vinda da família imperial portuguesa e posteriormente com o advento do regime imperial brasileiro. O Rio tornou-se então o pólo econômico do Brasil.

Segundo Alencastro:

> Para se ter uma idéia da densidade de atividades concentradas na cidade do Rio de Janeiro, considera-se que sua renda tributária municipal – referente aos impostos e taxas recolhidos pela Câmara – superavam, em 1858, a renda municipal do conjunto de cidades de qualquer uma das vinte províncias do Império. No plano externo, convém lembrar que o porto fluminense – numa época em que o comércio internacional fazia-se apenas por via marítima – apresentava-se como escala quase que obrigatória dos navios que singrassem do Atlântico Norte para os portos americanos do Pacífico e vice-versa. No plano inter-regional, o Rio de Janeiro constituía o ponto de encontro e de redistribuição da economia nacional. Metade do comércio exterior brasileiro passa pelos cais cariocas durante o século XIX. (ALENCASTRO, 1998, p. 24).

Com base nestas informações nota-se a razão pela qual o Rio de Janeiro se torna um pólo centrípeto de indivíduos que partiam das mais diversas regiões de dentro e de fora do país.

Foi também em razão desse significativo volume comercial que houve o desenvolvimento da classe burguesa em meio àquela sociedade, o que fora determinante para o afloramento de uma nova concepção de sociedade e que acarretaria em mudanças para todos aqueles que habitavam a cidade. E é justamente com esta perspectiva que objetivamos fazer nossa análise.

A capital do Brasil se configurou em um local efervescente com pessoas provenientes de variadas localidades, através de navios vindos de regiões distantes e que ao aportar em nossos portos despejavam, e embarcavam, inúmeros produtos capazes de incrementar o comércio. A entrada e a saída de indivíduos e artigos comerciais proporcionaram o aumento da arrecadação para os cofres públicos. No plano metafísico, a cidade tornara-se um mosaico cultural, visto que tornou-se morada, ou pelo menos estada, para diferentes grupos étnicos e seus hábitos.

E sendo assim, Rio de Janeiro que possuía de grande destaque tornou-se concomitantemente aquele onde se encontrava em suas vias urbanas a larga presença das tradições populares (muitas delas com tradições genuinamente africanas), rechaçadas pela elite.

Mariza Soares fez estudo de grande fôlego sobre a presença de negros *mina* na capital colonial durante o século XVIII. O citado trabalho apresentou a existência de irmandades religiosas, manifestações onde se observa a miscigenação entre a cultura cristã (européia) e africana.

> Na primeira metade do século XVIII existem, no Rio de Janeiro, pelo menos quatro devoções de pretos-minas: duas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Santo Antônio da Mouraria e Lampadosa) e outras duas na Igreja de São Domingos (Santo Elesbão e Santa Efigênia e Menino Jesus) (SOARES, 2000, p. 90).

A contribuição cultual dos negros para a formação da cultura carioca foi sobremaneira importante. Pelas ruas da cidade encontravam os escravos domésticos a serviços de seus senhores, os de ganho produzindo sua féria diária e os pretos livres desempenhando funções diversas.

A partir do último quartel do século XIX começaram debates mais aprofundados sobre a legalidade ou não da escravidão. Muitos juristas da época se debruçavam sobre o assunto, travando verdadeiras batalhas acadêmicas entre os catedráticos. No entanto nos debates não se discutia profundamente as questões morais da escravidão, mas sim sua condição jurídica.

4.2. As teorias do branqueamento: pensamento europeu na nação de corpo mulato

Foi ainda no tempo de D. Pedro II que houve o estímulo para a entrada de imigrantes europeus em nosso país. A princípio a vinda daqueles estava vinculada ao interesse de efetivar a ocupação das regiões menos habitadas do império, porém coadunado aquele objetivo estava à ideologia racista que ganhara vulto no *velho continente* durante o século XIX.

Além da vinda de movimentos ideológicos como jacobinismo, o positivismo e anarquismo, que já foram mencionados no capítulo anterior, houve em nosso país o afloramento de mais uma teoria exógena e que por sua vez teve um peso substancial para o agravamento da repressão aos populares e suas práticas e comportamentos.

Esse conceito de evolução colocava países como o Brasil em um patamar de *não-civilizado* em razão de sua herança sócio-cultural. A crença na existência de uma distinção entre os grupos étnicos, e conseqüentemente o

conceito de raças superiores e inferiores, atravessaram o Atlântico e aportaram em terras brasileiras, sendo mui bem recebidos pelas classes dominantes que de longa data ansiavam por mecanismos de controle social.

O médico legal Raimundo Nina Rodrigues, maranhense radicado em Salvador foi um dos grandes baluartes da Medicina Legal em nosso país. Foi também pesquisador sobre os rituais de candomblé em Salvador. Muito embora sua postura fosse notadamente racista ainda assim seu estudo sobre o negro no Brasil mostrou-se de grande valia, pois identificou as diferenças entre as etnias africanas que para cá foram trazidas na condição de cativo.

Seu estudo sobre os candomblés baianos chegou a certas conclusões apontando que o tronco Nagô/Iorubá seria portador de tradições genuinamente africanas onde se observava uma respeitável manifestação cultural daquela etnia. Em contrapartida concluiu que a cultura bantu[35] que em suas manifestações religiosas – macumba carioca, candomblé de caboclo e posteriormente a umbanda – possuíam elementos sincréticos devido a sua fragilidade cultural permitindo a infiltração de elementos provenientes de outras culturas. Somando-se aos fatores apresentados, Nina observou a manifestação fetichista daquela etnia, o que para a ciência da época era sinal de atraso intelectual e racial.

Nina Rodrigues *fez escola* e muitos dos seus discípulos aceitaram aquela opinião como verdade absoluta fazendo com que entre o meio acadêmico da época, com resquícios ainda hoje, houvesse uma desqualificação das religiões de matriz cultural bantu, tachando-as como manifestações corrompidas.

Mesmo tendo sido um estudo de grande profundidade, e de grande valia para a posteridade, apontava que o negro, independente de sua etnia, estava racialmente abaixo dos brancos e sua presença no país era responsável estado de inferioridade da nação.

> A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus defensores, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (RODRIGUES, 2008, p.24).

E completa:

[35] Cabe lembrar que aquela etnia foi predominantemente destinada para as praças do sudeste, sobretudo no Rio de Janeiro, maior comprador de escravos do século XVIII e XIX.

> As vastas proporções de mestiçamento que, entregando o país aos mestiços, acabará privando-o, por longo tempo, pelo menos, da direção suprema da raça branca[36]. E essa foi a garantia da civilização nos Estados Unidos (RODRIGUES, 2008, p. 24).

O médico maranhense cria ser um patriota e por essa razão pensava, de fato, que a presença do elemento africano no Brasil mostrava-se nociva à nacionalidade, pois para ele negros e mestiços eram ignóbeis, indolentes e subservientes, sendo assim seriam facilmente dominados por governos ditatoriais.

Em seu livro *Os africanos no Brasil* o autor menciona a tentativa dos norte-americanos, durante o século XIX após a abolição, para se livrar da presença africana em seu território cogitaram a possibilidade de incentivar a emigração de afro-americanos para o México e para a Argentina. Tal plano malograra, pois a elite de ambos os países se posicionou contra, fazendo com que os defensores de tal emigração tentassem remetê-los para a África, o que para Rodrigues seria a medida correta e natural a ser tomar (RODRIGUES, 2008, p.25).

Aos olhos da atualidade pode perecer absurdo, mas em verdade aquele homem era nada mais do que um representante, não solitário, do imaginário da classe na qual estava inserido, grupo este que dominava o cenário político, econômico, acadêmico e social do país.

Como no Brasil, em função da inviabilidade, não poderia haver uma política emigratória daquele porte para os descendentes de africano rumo ao *continente negro* a medida foi remetê-los para áreas afastadas.

Segundo o estudo da medicina forense da época, as classes populares, dentro delas os mestiços e negros, possuíam maior propensão para a prática criminosa. Esta corrente científica legitimou a prática repressiva que o governo, através da polícia, exercia sobre os mais pobres intensificando a perseguição às manifestações populares, dentre elas a religião.

A busca pelo embranquecimento da raça seria a forma de dar ao Brasil sua consagração enquanto nação civilizada, mas esse *clareamento* não se daria apenas pelo fator cor da pele, estava associado também, ao

[36] A corrente científica a qual Nina Rodrigues estava vinculado acreditava que o clima tropical de nosso país contribuísse para a proliferação do negro e da mestiçagem, e em contrapartida fosse um óbice para a presença ariana em solo brasileiro. A exceção era a região sul do país onde se instalaram imigrantes de origem teutônica, situação bastante exaltada pelo médico.

comportamento social. Justamente o estabelecimento de uma conduta adequada é que fez com que as práticas dos populares caíssem em desgraça, sobretudo os negros que, aos olhos da elite, com seus hábitos remetiam o Brasil ao seu passado *bárbaro* e colonial.

Os últimos estertores do século XIX foram de suma importância para o nosso país ao passo que fora durante este período em que os rumos da política nacional e a organização da sociedade passaram por alterações significativas.

Foi em meio a esse período de transição de século que nosso país absorveu uma gama significativa de conceitos políticos e ideológicos que transformaram os padrões de comportamento da sociedade de então. A burguesia cada vez mais próspera ganhou notoriedade econômica e política tornando-se determinante para os ditames sócio-culturais que se dariam a seguir.

Portanto uma sociedade pretensamente evoluída não poderia conviver com práticas *não civilizadas* levadas a cabo pelos grupos politicamente minoritários.

O início do século XX foi marcado por inúmeros acontecimentos de caráter social que balançaram a ordem vigente. Foi em meio a esta situação que a elite através do poder instituído pôs em prática a reforma urbana da cidade remanejando desta forma não só a presença física dos mais pobres assim como suas práticas *não civilizadas*.

A ideologia racista, o afloramento da classe burguesa, a valorização do centro urbano carioca e a busca pela eliminação dos valores não europeus foram responsáveis pelo afastamento dos populares das áreas valorizadas, proporcionando a consolidação dos novos valores culturais republicanos. Tudo isso junto fez com que os poderosos (políticos, higienistas, empresários do setor imobiliário, doutores, pensadores e a burguesia em geral) perseguissem os costumes populares, sobretudo os de herança africana.

No período de transição de século aquele novo conceito de sociedade que levava em consideração os parâmetros europeus de civilização fez com que houvesse um recrudescimento em relação à repressão das práticas populares.

Diversos tipos de manifestação popular tornaram-se passíveis da atenção e intervenção dos órgãos governamentais. As festas, as procissões, o carnaval, a capoeira, assim como a religiosidade de matriz africana.

Polícia e prefeitura, cada qual a sua maneira criaram os mecanismos para suprimir as práticas populares que impediam o *avanço* desejado pela elite. Como se verá no trecho seguinte publicado na Gazeta de Notícias de 19 de janeiro de 1904.

> Entrudo
> Para conhecimento dos interessados faço público, de ordem do Sr. Prefeito do Districto Federal, que está em inteiro vigor e a postura que se segue, constante do edital de 30 de janeiro. <<Fica prohibido o jogo do entudo dentro do município; qualquer pessoa que jogar incorrerá na pena de 5$000 a 12$000 e, não tendo com que satisfazer, soffrerá de dous a oito dias de prisão, sendo os infractores conduzidos pelas rondas policiaes á presença da auctoridade para julgar á vista das partes e testemunhas encontradas pelas ruas ou estradas serão inutilizadas pelos encarregados de ronda>>.
> - Aos fiscaes (agentes) com os seus guardas também fica pertencendo a execução desta postura (código de postura de post. § I, tit. 8º, secç. 2ª).
> <<Art. único. – A disposição supra fica extensiva aos que lançarem sobre os transeuntes ou pessoas que se acharem ás janellas de suas casas água ou qualquer liquido, ainda mesmo aromático, por meio de seringas ou tubos; aos que servirem-se para o seu divertimento de quaisquer pós, finalmente; aos que atirarem para a rua, ou desta para as casas, estalos fulminantes>>.
> Directoria Geral de Polícia Administrativa, Archivo e Estatística, 7 de Dezembro de 1903.
> - O Dir. Geral, Dr. A. Freire do Amaral.
> (Jornal do Brasil de 9 de dezembro de 1903, Anno XIII, num 25).

A prática do entrudo era notadamente uma diversão popular que muito embora tenha sido trazida pelos imigrantes lusitanos, era realizada por negros e brancos pobres, o que por sua vez entrava em choque com os carros ricamente ornamentados em que os jovens de alta estirpe desfilavam, um novo conceito de comemoração carnavalesca que adentrava em nosso país.

Soihet em seu livro “Subversão pelo Riso” diz:

> Paralelamente às sucessivas proibições ao entrudo, surge o novo carnaval no Rio de Janeiro. Nele predominavam, de início, as máscaras aqui introduzidas em 1834, vindas de Paris e Veneza, além de bailes e ricas fantasias, segundo “os usos e costumes” da Europa. Em fins do século, aparece o confete, depois o corso, práticas festejadas nos jornais da época como símbolos de civilização (SOIHET, 1998, p.69).

A região central da cidade, palco da reforma urbana expurgou não apenas as habitações populares, mas também estabeleceu um novo padrão para uma área mais distante e que se tornaria o nicho natural para o desenvolvimento do samba: a Praça XI.

As restrições em relação à diversão não se davam apenas no carnaval. O dia a dia dos populares era extremamente policiado pelas autoridades, como veremos na coluna a seguir:

> O maxixe da Rua Larga
> Este foco de desordem, onde se reuniam os mais perigosos desordeiros, vae afinal desaparecer.
> O Dr. Segadas Vianna, activo 2º delegado auxiliar, deu hoje ordem para que fosse prohibido o tal maxixe, ponto perigoso de desordeiros.
> Até o final foram ouvidas novas queixas.
> (Gazeta de Notícias, 15 de janeiro, Anno XV, num 91).

A postura da polícia em relação aos populares era um reflexo da sociedade dominante de então. Se nos ativermos ao texto extraído dos jornais perceberemos com nitidez a opinião dos escritores em relação aos menos abastados.

Como veremos a seguir:

> Prisões
> Ás 12 horas da noite foi recolhida ao xadrez da 3ª delegacia urbana a **incorrigível vagabunda** (grifo meu) e desordeira Marcolina Maria da Conceição, por promover phenomenal chinfrim na Rua do Regente.
> (Gazeta de Notícias,15 de janeiro, Anno XV, num 91).

Todo tipo de atividade não condizente com o padrão estabelecido pela elite representada pelas autoridades policiais estava passível de sofrer as sanções penais.

> Prisão
> Pelo inspector Eugenio Meira, da 7ª delegacia policial urbana, foram prezos durante a noite passada, e acham-se trancados no xadrez da mesma delegacia, os seguintes indivíduos encontrados dormindo na via publica por não terem domícilio: Manoel Fernandes de Almeida, João Samico, Vicente João, Antonio Braga, Mario da Conceição Costa e Maria Perpetua Morão.
> Vão ter o destino conveniente.
> (Gazeta de Notícias, 24 de janeiro de 1902, sexta-feira. Anno XV, num 99).

4.3. O Surgimento de novas crenças – *a invenção do verdadeiro e do falso*

O nosso país desde o início da colonização se configurou como um receptáculo dos mais diversos tipos de informação vindos de outros continentes, sobretudo o europeu que em razão de seu domínio sobre as demais regiões do mundo criou teorias e estratagemas para obter seus desejados fins. Além disso, aquele que servira como manancial propulsor para aquilo que conhecemos como *mundo ocidental*, fora propositalmente convertido em praça do desenvolvimento científico e intelectual, exportando para as demais regiões aquilo que então era visto como verdade absoluta. Teorias econômicas, estudos científicos, tecnologias aplicáveis em diversas áreas da produção; e por que não, o campo religioso. Confirmando isso temos o trecho onde vemos que:

> No Brasil, o espiritismo, em sua versão francesa, é introduzido exatamente em um momento em que várias correntes de idéias, originárias da Europa, invadem a intelectualidade nacional, configurando o que Maciel de Barros definiu como ilustração brasileira. Segundo ele, por volta de 1870, três vertentes dominariam o panorama intelectual: uma cientificista, fascinada com a leitura de manuais de positivismo, evolucionismo e darwinismo social, outra liberal, associada à afirmação do princípio da liberdade humana e das bandeiras políticas do republicanismo e do abolicionismo; e outra conservadora, dominada fundamentalmente pelo pensamento católico (GIUMBELI, 1997, p. 60).

O espiritismo surgiu como doutrina religiosa em meados do século XIX após a codificação elaborada por um pedagogo francês que adotou o pseudônimo de Allan Kardec. Sua teoria religiosa estabelecera uma inovadora relação entre a razão e o metafísico. Vale lembrar que naquele século o *velho continente* estava envolto em inúmeras inovações tecnológicas fazendo com que a ciência se convertesse em *religião* para muitas pessoas. A doutrina kardecista, portanto criou a ideia de *fé consciente* que buscava uma explicação ou prova através do pensamento científico acerca da existência da alma, uma espécie de ciência/religião que através do uso da razão buscava sua legitimidade, assim como tornar claro a humanidade as razões responsáveis pelas mazelas vivenciadas no planeta.

Por conta da eficaz capacidade de convencimento, aquela doutrina propagou-se pelo continente e no mesmo centenário chegaria ao Brasil ainda por volta da metade do século XIX, com o surgimento da Sociedade de

Estudos Espíritas – Grupo Confúcio[37], se infiltrando com considerável aceitação em meio a classe média da Capital Federal, tornando-se uma prática usual entre muitos funcionários públicos, profissionais autônomos e por incrível que pareça, entre os médicos.

Giumbeli que realizou magnífico estudo sobre o espiritismo no Rio de Janeiro descreveu com qualidade impar a formação e aceitação do kardecismo em nosso país. E será com base em sua dissertação de mestrado (premiada pelo Arquivo Nacional) que falaremos um pouco da história do espiritismo brasileiro para que posteriormente façamos um contraponto com outras religiões que evocavam o sobrenatural.

Aquele pesquisador fez um recorte temporal muito similar ao nosso propósito (1890-1940) facilitando a realização de uma interface entre espiritismo, candomblé, e umbanda, mostrando os mecanismos usados por cada uma delas a fim de manterem suas práticas em um período da história onde a repressão policial sobre as manifestações não convencionais era bastante comum.

Como já fora dito em linhas anteriores o espiritismo de viés francês, que buscava uma *fé consciente,* fora introduzido no Brasil por volta da segunda metade do século XIX e tão logo chegara fora absorvido por uma parcela da classe média. Muito embora essa frase possa nos parecer redundante, ainda assim tem fatores bastante explicativos em relação à vida da doutrina kardecista em nosso país.

Em primeiro lugar, sua origem é francesa. O Rio de Janeiro no decorrer de sua história, sobretudo entre os últimos anos do século XIX e o alvorecer do XX através da nascente burguesia, se espelhou nos costumes europeus, principalmente no que tange àquela nação onde ocorrera a revolução burguesa de 1789. Segundo, porém não menos importante, a relação entre religião e ciência confiou àquela doutrina um grau de legitimidade ao passo que o século XIX tenha sido marcado pelos avanços científico-tecnológicos; e por fim sua aceitação em meio a parcela da classe média brasileira, a fatia intelectual da

[37] Primeira sociedade desse caráter fundada em agosto de 1873 votada para o estudo dos fenômenos relativos às manifestações espíritas, bem como o de suas aplicações às ciências morais, históricas e psicológicas. Emerson Giumbeli fala a respeito da supracitada sociedade na pág. 61.

nação. Todos esses fatores deram ao espiritismo a possibilidade de angariar espaço e legitimidade ao longo de sua trajetória.

Em sua pesquisa Giumbeli apontou aspectos sobre a repressão sofrida pelos sectários do espiritismo no Brasil durante o período de vigência do Código Penal de 1890. Porém ao longo do texto o autor nos mostra as razões que motivaram essa perseguição e que a mesma se mostrara bastante diferente da reprimenda realizada contra as religiões de matriz africana, muito embora estivessem enquadradas dentro dos mesmos artigos - 156, 157, 158.[38]

Segundo o mesmo autor a doutrina de Kardec estava vinculada a formas de *paraciências* e medicina alternativa e por esta razão teve forte aceitação entre os brasileiros visto que nosso país historicamente falando, tenha durante longa data se valido de mecanismos não convencionais para a cura das enfermidades do povo ao passo que a parca presença de médicos catedráticos fora uma constante, fortalecendo no imaginário social formas de cura não ortodoxas (GIUMBELI, 1997, p. 16-27).

O trecho a seguir pode nos ajudar a fazer algumas discussões acerca do assunto para que possamos futuramente entender mais sobre a diferente postura da sociedade carioca em relação às manifestações religiosas.

> A Federação Espírita Brasileira foi fundada em 1884 no Rio de Janeiro por um grupo de adeptos e propagadores da doutrina espírita de Allan Kardec e hoje se intitula a Casa-Máter do Espiritismo Brasileiro. A instituição **sempre** (grifo meu) funcionou como um centro de culto, promovendo sessões religiosas e outras atividades de propaganda e de caráter assistencial. (...) A Federação Espírita Brasileira editava um periódico, chamado *Reformador*, que lhe servia de órgão oficial de divulgação. Sua circulação dava-se especial, mas não exclusivamente entre os sócios da federação e algumas centenas de assinantes (GIUMBELI, 1997, p. 40).

Bom, muito embora o antropólogo tenha se debruçado sobre a repressão sofrida pelos espíritas brasileiros, vemos que ainda no século XIX (mesmo século que a doutrina chegou ao país) aqueles possuíam uma instituição que representava os adeptos daquela doutrina, assim como um periódico que servia como meio de divulgação e legitimação em meio ao corpo social. Somente um grupo com força significativa, patrimônio financeiro e o mínimo de aceitação, poderia estabelecer uma federação com sede edificada, pois caso contrário estaria sujeito a repressão policial em um país em que os

[38] Para maiores informações sobre o que estava previsto em tais artigos ler tópico sobre o código penal de 1890.

mantenedores da ordem representam os anseios da classe dominante. E segundo o próprio autor do livro *O cuidado dos mortos*, houve uma vez que a polícia invadiu a sede da FEB[39] e autuou um de seus médiuns por exercício ilegal da medicina. No entanto o acusado foi absolvido tendo em vista que suas práticas não angariavam lucro, assim como não tenha ficado comprovada a prática médica.

Apesar de relatar a invasão da federação o pesquisador não fez nenhuma menção ao uso da violência na atuação policial, ou sequer a destruição e apreensão de tudo aquilo que se encontrava no recinto. Apenas foram recolhidas algumas amostras de medicamentos para a abertura do inquérito, mostrando desta forma o respeito da força policial em relação a FEB.

Aquela mesma entidade teve como um de seus presidentes o Doutor Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, afamado médico, político[40] e médium do século XIX.

Seguramente em razão da considerável elevação sócio-econômica de muitos daqueles que formavam o corpo de freqüentadores da FEB é que a repressão aos praticantes de espiritismo ocorrera em conformidade com a lei.

O fator que tornava o espiritismo passível da perseguição policial esteve vinculado ao temor à perda da hegemonia. O exercício *ilegal da medicina* conferia caráter ilícito àquela religião tendo em vista que muitos *médiuns receitistas* não portavam diploma, causando a reação da classe médica brasileira visto que aquela gozava de prestígio e participação ativa na manutenção da ordem. Como veremos a seguir:

> A medicina brasileira – seguindo de perto os modelos franceses – elege o meio urbano como alvo de reflexão e intervenção. Os médicos tornam-se um misto de cientistas sociais, planejadores urbanos e analistas de instituições. Por outro lado, a medicina constitui-se como um apoio, científico e por isso autorizado, ao poder de Estado – oferecendo orientações sobre como ordenar as cidades e potencializar a vida de sua população (GIUMBELI, 1997, p. 90).

E completa:

> A medicina elabora, um discurso específico sobre o espiritismo, baseado em categorias psicológicas e a partir de espaços

[39] Federação Espírita Brasileira.

[40] Candidato pelo Partido Liberal fora eleito vereador da câmara municipal em 1861, reeleito em1864. Em 1866 elegeu-se como deputado, permanecendo pouco tempo no cargo em razão da dissolução da Câmara liberal e ascensão do partido Conservador. Entre 1873 e 1875 foi vereador, ocupando vários cargos. De 1877 a 1885 foi deputado geral encerrando naquela última data sua vida política.

> institucionais próprios à observação da alienação mental (GIUMBELI, 1997, p. 210).

Porém os defensores do espiritismo alegavam que suas práticas possuíam caráter assistencial, sem fins lucrativos, portanto não sendo atividade que visava locupletar-se.

Quando o Código Penal de 1890 foi promulgado houve tremendo alvoroço entre os signatários da FEB provocando atitude imediata em relação aos artigos que colocavam o hábito espírita numa condição marginal.

> A reação dos espíritas ligados à Federação Espírita Brasileira foi imediata. No editorial do Reformador datado de 1.11.1890 encontramos em pedido de revisão dos arts. 157 e 158 sob alegação de que o autor de código penal legislou sobre um assunto que simplesmente desconhecia. O editorial foi também publicado no Jornal do Comércio e transformado em folheto enviado ao Chefe do Governo Provisório, a todos os ministros, aos membros do Congresso Constituinte então em curso e a toda imprensa. Além disso, Bezerra de Menezes redigiu, em nome do Centro Espírita do Brasil – entidade sediada na FEB -, uma representação entregue ao Governo em dezembro de 1890, onde se pede a reconsideração dos arts. 157 e 158 na parte em que se referem ao Espiritismo (GIUMBELI, 1997, p. 83).

O trecho acima é bastante ilustrativo visto que ele demonstra a força que aquela instituição possuía na sociedade, pois somente um grupo com prestígio considerável poderia expor sua opinião publicamente em um país portador de uma herança cultural extremamente repressiva. Em verdade, pessoas ligadas a FEB, assim como a própria instituição foram pouco molestadas pela força policial ao longo do tempo[41].

A Federação Espírita Brasileira desde o início criou mecanismos e uma padronização para o exercício espírita, fosse pela via institucional ou através do *Reformador*[42]*.* Esta iniciativa tinha por intento evitar a associação do espiritismo com as ações dos contraventores como nos mostra o jornal Cidade do Rio:

---

[41] As atividades da FEB não foram, até o ano de 1904, jamais atingidas por ações motivadas pelas leis penais ou regulamentos sanitários (GIUMBELI, 1997, p. 105). A federação foi fundada em 1884, ou seja, vinte anos de existência sem a interferência repressora estatal. Depois de 1905, a Federação Espírita Brasileira – ou alguma pessoa que lhe fosse diretamente ligada – só voltará a ser molestada por autoridades sanitárias ou policiais no ano de 1914 e no começo da década de 1920 (GIUMBELI, 1997, p. 187).

[42] No período estudado, virada do século XIX para o XX, em todo o mundo existiam 96 jornais e revistas ligados a temática espírita, sendo que no continente europeu encontravam-se 56 daquele montante e só Brasil existiam 19 periódicos (RIO, 2006, p, 270 – 271). Através destes dados numéricos apresentados na obra de João do Rio podemos observar a significativa aceitação da doutrina espírita em terras brasileiras.

> Estelionato – spiritismo em acção
> Apello a justiça
> Há annos faleceu em sua residência, em S. Christovão, o almirante reformado Salustiano Caetano dos Santos, deixando alguns haveres.
> Um seu protegido, de nome Antonio Gentil de Oliveira Bueno Parrot, sendo intimo da casa, aproveitou-se dessa qualidade para, segundo noticiou a imprensa desta capital, há tempos, apoderar-se, sacrilegamente, da fortuna do morto.
> Não ficou porém ahí a ganância de Parrot, em obter por meios illicitos o que pertencia á viúva do almirante; e para isso conseguiu arranjar o auxílio de um outro seu companheiro de nome Alexandre Martins de Noronha.
> Ambos de combinação, depois de terem enviado cartas á viúva, pedindo o pagamento de contas, deixadas por seu marido; conseguiram por meio de sessões spiritas, suggestionar a inexperiente viúva a transferir a Parrot vinte apólices de 1:000$; de indo também parar ás mãos do mesmo, uma letra do banco da república, na importância de 6:000$.
> E o processo deste estellionato tão comentado pela imprensa desta capital, acha-se no cartório do escritório do escrivão capitão José Teixeira Sampaio e juiz Celso Aprígio Guimarães, sem andamento, apezar da insistência dos advogados patronos da causa da queixosa.
> Áquelle juiz, pedimos uma decisão de accôrdo com a justiça, no referido processo, attendendo o que trata-se de uma pobre senhora despojada de seus haveres, e que tem sido assaz prejudicada com as delongas da autoridade judiciária.
> (Cidade de Rio, Anno XV, num 225. sexta-feira, 27 de junho de 1902).

O espiritismo brasileiro tentando livrar-se de tais associações elaborou sua própria conduta o que por fim fez com que houvesse uma configuração distinta do co-irmão francês visto que no Brasil e ao longo de sua trajetória ela aliou-se muito mais ao seu lado religioso em detrimento do cientificismo propagado pelos patrícios de Kardec.

As mesmas pessoas ilustres que se posicionavam contra as práticas religiosas de matriz africanas em muitas ocasiões eram as mesmas que aquiesciam ou louvavam a organização e a distinção do espiritismo.

O Jornalista João do Rio chamou-o de *ciência da revelação*, em seu conjunto de reportagens *As religiões no Rio*. Durante as visitações que fizera foi capaz de observar com minúcia os diversos elementos presentes no recinto, assim como a feição dos enfermos que ali se encontravam. Não foi frugal ao tecer elogios àquela doutrina, e não se mostrou cético em relação àquilo que ali acontecia, como fizera ao visitar a casa daqueles que chamou de feiticeiros (RIO, 2006, p.19-87). Porém no trecho a seguir observa-se a notoriedade dos freqüentadores:

> Já não se conta o número de espíritos ortodoxos, conta-se a atração dos nossos cérebros mais lúcidos pela ciência da revelação. A Marinha, o Exército, a advocacia, a medicina, o professorado, o grande mundo, a imprensa, o comércio têm milhares de espíritas. Há

> homens que não fazem mistério da sua crença. Os generais Girard e Piragibe, o major Ivo do Prado, a almirante Manhães Barreto, Quintino Bocaiúva[43], Félix Bocaiúva, Eduardo Salamonde, os drs. Geminiano Brasil, Celso Reis, Monte Godinho, Alberto Coelho, Maia Barreto, Oliveira Meneses, Alfredo Alexander proclamam a pureza da sua fé. A Federação tem 800 sócios e ainda o ano passado expediu oito mil receitas (RIO, 2006, p. 268).

Provavelmente tenha sido a presença de tais personagens ilustres que fizeram com que aquela instituição tenha sofrido menos com a ação policial. Porém não foi só isso. A FEB ao desenvolver um parâmetro para o exercício da doutrina espírita e concomitantemente ao passo que ela conseguiu legitimidade social, estabeleceu a fronteira entre o *falso* e o *verdadeiro* espiritismo. Todos os preceitos que não se encaixavam nos quadros da federação passam a ficar a margem do espiritismo potencializando a repressão àquelas práticas.

Podemos afirmar que a busca pela legitimidade da FEB contribuiu veementemente para a formulação do termo *baixo espiritismo*. Esta nomenclatura passou a atribuir-se aos rituais que evocavam o sobrenatural, sobretudo aqueles que estavam vinculados a matriz africana, como foi o caso da macumba carioca, o candomblé e a umbanda.

Como se não bastasse, aquela instituição aliou-se ao poder público contribuindo para repressão aos rituais supracitados, considerados ignóbeis, quando não perniciosos.

> Fica ainda mais interessante perceber como a instituição (FEB) terá um papel significativo na dinâmica de combate oficial às práticas do baixo espiritismo (GIUMBELI, 1997, p. 255).

E completa:

> Contatos semelhantes entre as autoridades policiais e a diretoria da FEB se repetem em junho de 1937, outro período de intensa atuação repressiva. A iniciativa é do 1º delegado auxiliar, Anésio Frota Aguiar, que solicita uma nova lista das entidades filiadas à FEB, pedindo a colaboração desta no combate a "audaciosos aventureiros" (GIUMBELI, 1997, p. 258).

Sendo assim, quem não estivesse filiado àquela instituição estava invariavelmente a margem da legalidade tornando-se passível das sanções legais ou no mínimo sujeito de violência. Pelo fato de o candomblé respeitar a outra lógica, que não a cristã, suas práticas permitiam o uso de bebidas alcoólicas, fumo, danças e por vezes a cobrança por serviços prestados. Estas

[43] Republicano histórico, jornalista e político. Primeiro ministro das relações exteriores da nascente República brasileira de 1889 e 1891. Em 1899 foi eleito senador. Foi também presidente da província do Rio de Janeiro entre 1900 e 1903. Exerceu o cargo de vice-presidente entre 1909 e 1912.

características faziam, e ainda o fazem, com que religião estivesse sujeita às críticas daqueles que a atribuem a práticas primitivas.

O espiritismo kardecista por mais que em seus primeiros anos fosse visto como uma doutrina estranha ao universo católico predominante na sociedade brasileira, conseguiu em curto espaço de tempo a aceitação social ao passo que em seu corpo doutrinário era marcante seu caráter cristão. Muito embora possa parecer inconcebível a presença daquela característica em uma religião que acredita na reencarnação, tudo fica mais claro quando observamos as máximas do espiritismo que são: caridade e amor ao próximo. Ideais do Nazareno!

E foi através da prática caritativa e do assistencialismo que o espiritismo conseguiu a égide que o livrou da repressão policial, tornando-o um aliado da classe dominante contra as práticas populares tidas como falsas e primitivas.

4.4. Candomblé – o pretenso africano

É lugar comum para todos que se dedicam aos estudos das religiões no Brasil que o candomblé teve seu nascedouro na cidade de Salvador por volta da segunda metade do século XIX. Muito embora nos possa parecer paradoxal, o acontecido ocorrera dentro do ambiente católico onde três ex-escravas iorubanas vinculadas à irmandade Nossa Senhora da Boa Morte desenvolveram o culto.

Mas por que razão ocorrera desta forma? Justamente pelo fato de as irmandades religiosas servirem para os negros como locais de encontro, troca de informações e auxílio mútuo. Não foi à toa que aquela confraria recebera tal nome, sua função era garantir uma morte digna aos seus signatários em um período da história em que escravos e negros livres eram enterrados em locais inapropriados, que em grande parte das vezes sequer poderiam ser chamados de funeral por não fazer jus à condição honrosa que deveria ser dada a um ser humano.

Seguindo adiante no que tange o advento do candomblé, segundo relatos históricos teria sido o terreiro Ilê Ia Nassô – ou Casa Branca do Engenho Velho - a primeira *roça*[44] do país (LIGIÉRO, 2000).

[44] Termo usado para designar o local onde se realiza o culto.

Mesmo sendo esta religião possuidora de enorme relação com os elementos da natureza o seu surgimento esteve atrelado ao universo urbano, local este bastante propício às trocas de conhecimentos entre os envolvidos no processo de formação, assim como espaço *mais próximo* da África tendo em vista que foi através dos portos baianos que chegaram os produtos utilizados nos atos litúrgicos que se iniciariam a partir daquele momento.

Definitivamente o candomblé não é portador de um caráter messiânico. Isso por vários sentidos e podemos apresentar pelo menos dois. Em primeiro lugar, não encontramos em seus quadros doutrinários a presença de um personagem fundador, como no cristianismo ou islamismo. Outra questão importante a salientar é que nele não há discurso escatológico, um dos fatores que o diferencia do cristianismo.

Grande parte das religiões no mundo é portadora de função lenitiva para com seus adeptos ante as mazelas enfrentadas, característica que também se fez presente naquele culto. E a religião soteropolitana, assim como outras, surgiu como resultante da demanda pela busca de reconhecimento de grupo. Os negros, fossem eles escravos ou não mais, juntaram-se em torno daquilo que fosse capaz de dotá-los de elemento que servissem de amalgama identitário. Silva diz que:

> O desenvolvimento do candomblé (...) foi marcado, entre outros fatores, pela necessidade por parte dos grupos negros de reelaborarem sua identidade social e religiosa sob as condições adversas da escravidão e posteriormente do desamparo social, tendo como referência as matrizes religiosas de origem africana. Daí a organização social e religiosa dos terreiros em certa medida enfatizarem a “reinvenção” da África no Brasil (SILVA, 2005, p.15).

Desde os primórdios o candomblé reivindica seu caráter genuinamente africano e até hoje muitas pessoas acreditam que fato ele o seja. Porém o que observamos são elementos míticos formulados no *continente negro* trazidos para o Brasil durante o período vigente da escravidão e que proporcionaram a elaboração de um novo universo religioso. Uma espécie de mosaico composto de elementos sagrados, aquilo que muitos antropólogos chamam de *bricolagem*.

A existência de mitos que explicam a aparição dos orixás, do planeta, assim como a criação seres humanos contribuem para a crença da origem africana, pois toda a mitologia é ambientada na África.

Os livros *A galinha d'angola* e *Fogueira de Xangô* são fundamentais para aqueles que desejam estudar sobre o assunto, ambos de autoria de José Flavio Pessoa de Barros.[45] Aquelas obras falam, respectivamente, sobre o (1) ritual de iniciação no candomblé e sobre a (2) liturgia dedicada à referida divindade, e nos dois casos ficam bem claros os aspectos em relação à identidade de grupo assim como a formação do cosmos religioso. No segundo trabalho o autor descreve com propriedade impar os elementos precedem o ato sagrado até a finalização do mesmo.

Com base na leitura de Vogel e Barros (1993) verifica-se que na África existiam cultos espacialmente delimitados em que cada cidade era portadora de uma divindade específica chegando ao ponto de em determinados casos um orixá ser cultuado por determinado clã. E por que razão isso é pertinente? Para comprovarmos que na África sendo o culto aos orixás algo setorizado, fazendo com que o babalorixá[46] fosse preparado para tornar-se sacerdote exclusivo de uma entidade em particular.

No Brasil em razão das dificuldades impostas pela dura condição do negro houve mudanças a esse respeito. O babalorixá brasileiro aglutinou funções, tornou-se sacerdote de vários orixás ao mesmo tempo. Absorveu também outras funções que antes não lhe eram conferidas, como exemplo o cargo de babalaô.[47] Este seria um sacerdote formado exclusivamente para a leitura de Ifá.[48]

Para o Brasil houve o traslado do panteão dos deuses africanos, porém verificou-se uma atitude seletiva entre os mesmos. Não foram todos os orixás que passaram a ser cultuados no país, mas sim aqueles que correspondiam a necessidades e características específicas daqueles que aqui se encontravam na condição de cativos. Com base nas lendas africanas Olorum seria o deus

---

[45] José Flavio Pessoas de Barros é professor da Universidade Candido Mendes no Rio de Janeiro. Dentre suas obras destacamos: *A galinha d'angola*: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira; e *Fogueira da Xangô*, da coleção: introdução a música sacra afro-brasileira. Ambas pela editora Pallas.1993.

[46] A palavra babalorixá, como muitas outras, é fruto da junção de duas palavras babá (pai) e orixá (deus, mas no Brasil foi adaptado para santo), o resultado foi: Pai de santo. A correspondente feminina é Ialorixá, Ia (mãe).

[47] A palavra Babalaô, também é resultante da junção de duas outras, babá (pai) laô (segredo).

[48] O sacerdote de Ifá é responsável pela leitura dos dezesseis cocos de dendê e através desta atividade o aquele consegue tomar ciência acerca da vontade do orixá. No Brasil os búzios substituíram os cocos de dendê, por esta razão chamamos de jogo de búzios a prática adivinhatória no Candomblé.

supremo dentro da cultura Iorubá, sendo aquele responsável pela criação do Orum e Aiê[49].

Em nosso país o culto ao orixá criador fora suplantado pela adoração ao seu lugar-tenente Oxalá. Deus com características semelhantes passaram por um processo de hibridismo onde o mais forte deles manteve o nome e as marcas principais. Para todos os elementos componentes da vida terrena existe um orixá correspondente. Os deuses africanos possuem forma antropomórfica e sentimentos humanos, como amor, ódio, raiva e inveja.

A metamorfose imposta por força da necessidade fez com que o candomblé reorganizasse os elementos que lhe serviram de embasamento gerando uma configuração própria, mas que para todos os efeitos eram genuinamente africanas. Foi por conta desta defesa da identidade afro foi que aquela religião, tornara-se passível a perseguição policial.

A sociedade burguesa que então surgia cria não ser admissível a presença de práticas infames em meio ao espaço civilizado, ainda mais se pensarmos que esse momento de nossa história tenha sido um período de efervescência das teorias médico/antropológicas que desqualificavam as manifestações socioculturais não provenientes da Europa.

Enquanto o espiritismo buscava vias legais e ideológicas para lograr aceitação e legitimidade, o candomblé por não desfrutar de signatários egressos da mesma classe social que os espíritas, foi forçado a encontrar uma forma alternativa de sobrevivência, que foi nada menos que o claro afastamento das áreas centrais da cidade rumo ao subúrbio, a diminuição em aparições públicas e a realização noturna da liturgia. O distanciamento da área urbana central serviu como mecanismo a fim de evitar a intervenção policial com base na *perturbação da ordem pública* estabelecida pelo Código Penal de 1890, atrelado logicamente com a gradativa valorização daquela região da cidade.

[49] Segundo reza a lenda o Orum era o mundo onde habitam os orixás e o Aiê é a terra onde o vivem os seres humanos. No começo ambos estavam localizados fronteiriçamente, sendo que os mortais não poderiam jamais ultrapassar para o outro lado. No entanto em determinado momento um ser humano teria tocado o Orum com suas mãos impuras desencadeando a fúria de Olorum que como castigo separou os dois mundos. A partir de então os orixás só poderiam vir ao Aiê incorporando no corpo de um mortal. Foi por conta deste acontecimento que surgiu a possessão ritual onde o iniciado na religião recebe o seu orixá de cabeça (como se fosse um pai espiritual).

Estes elementos que serviram como égide a religião contribuíram em contrapartida, para o surgimento de a roupagem de críptica-religião que ao longo dos anos consolidou-se no imaginário social.

Como pouco se sabe daquilo que se realiza nos rituais, a religião pretensamente africana convertera-se em foco de especulação, em geral com sentido pejorativo.

Existe hoje em dia em meio aos populares um ditado que diz: centro (candomblé ou umbanda) bom é centro longe. Longe de onde? Dos centros urbanos é claro, mas por que razão eles fixaram suas sedes em áreas distantes dos seus freqüentadores? Explicar as razões deste fenômeno é justamente o nosso propósito deste trabalho.

4.5. Umbanda – a religião mestiça

O Rio de Janeiro do começo do século passado, como já dito anteriormente convertera-se em local para inúmeras agitações das mais variadas ordens, assim como também fora acometido pelo processo de industrialização e o afloramento da nascente classe burguesa. Foi em meio a essa nova sociedade urbana em formação que surgiu outra religião brasileira adequada às necessidades dos habitantes das cidades.

Esta sociedade em contínuo estado de mutação como temos visto esteve em busca de novos símbolos, fossem sociais, econômicos, culturais e por que não, religiosos. A umbanda surge assim como uma alternativa aos padrões religiosos já existentes, que não se mostravam atraentes para determinados grupos. Fosse por conta do caráter elitista intrínseco ao espiritismo ou em razão dos extremos laços de afetividade com o mundo africano apresentado pelo candomblé.

Esta nova fé professada posteriormente se autodenominaria como religião genuinamente brasileira e para tanto foi preciso a elaboração de um mito fundador, manobra esta bastante comum para as religiões que visam lograr espaço e aceitação.

Segundo o que se tem notícia, no ano de 1908 em um centro kardecista localizado em São Gonçalo (RJ) o médium Zélio Fernandino de Moraes teria incorporado o espírito do Caboclo Sete Encruzilhadas. Porém como a

possessão não é prática usual entre os espíritas, muito menos quando se trata de um espírito de um nativo americano, tendo em vista que aquele é tido (dentro da lógica espírita kardecista) como portador de uma vibração inferior se comparado com médicos e cientistas desencarnados, a citada entidade fora prontamente admoestada em razão de sua presença naquela liturgia. Uma postura nitidamente elitista dos seguidores de Kardec e que para a elaboração do mito fundador está prenhe de significado.

Foi diante desta negativa que aquele médium decidiu fundar um centro de umbanda. Em verdade foram sete centros ao todo na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1930 e 1937[50].

1. São Pedro (localizado na Praça XV de Novembro).
2. Nossa Senhora da Guia (Rua Camerino, nº 59).
3. Nossa Senhora da Conceição (sem sede fixa).
4. São Jerônimo (Rua Visconde de Itaboraí, nº 8).
5. São Jorge (Rua Dom Gerardo, nº 45).
6. Santa Bárbara (sem localização).
7. Oxalá (atual Av. Presidente Vargas, nº 2567).

Deixando de lado a exatidão cronológica, e nos atendo ao fator principal, a formação da umbanda, observemos que é demasiadamente marcante na formulação do mito fundador o vetor extremamente elitista e sectário dos praticantes do espiritismo em relação aos espíritos considerados inferiores. Valores temporais, como título honorífico de médico, de cientista ou de professor, gabaritavam até os desencarnados distinguindo-os de índios e pretos velhos, e incorreriam na formação de um novo culto.

Sendo assim a umbanda enquanto manifestação religiosa teve como elemento formador justamente a absorção de valores provenientes de outras doutrinas com posturas bastante distinta uma das outras, o que fez dela um culto literalmente sincrético e receptor das manifestações não aceitas em outras religiões.

---

[50] Renato Ortiz em *A morte branca do feiticeiro negro* fez profundo estudo sobre a formação da Umbanda e sua adaptação ao meio social em transformação. No livro o autor apresenta o ano de 1930 como marco da primeira manifestação do espírito do Caboclo Sete Encruzilhadas, porém muitos outros pesquisadores apontam o ano de 1908. Para Ortiz este último ano foi o da fundação da Tenda Nossa Senhora da Piedade em São Gonçalo, que a princípio se dedicava ao kardecismo. Os nomes dos sete centros de umbanda foram extraídos daquele livro (ORTIZ, 2005, p. 42).

Catolicismo, espiritismo, candomblé e hinduísmo, foram vertentes que contribuíram para a formação do novo credo e que por obra da grande capacidade de adaptação fora capaz de aglutinar em uma mesma teoria religiosa conceitos aparentemente incongruentes, como por exemplo: fundamentos da bíblia e a reencarnação.

A umbanda também não se configura como uma religião messiânica, porém carrega em sua essência a crença na existência de um Deus total, que no caso é o mesmo que o bíblico. Crê também na figura de Jesus Cristo – espírito mais evoluído a pisar no plano terreno – assim como nos santos católicos e é a partir deles que traça sua relação com o universo africano através do sincretismo.

Como dissemos em páginas anteriores o panteão Iorubá que chegou ao Brasil passou por um processo seletivo durante a formação do candomblé, mais uma triagem se daria ao passo que surgia a umbanda. Mesmo sendo notória a crença nos orixás, observa-se a distinção no *uso* destas divindades nos rituais que são realizados nas duas manifestações sacras, pois a religião surgida na Bahia acredita na comunhão direta através da possessão entre iniciados e entidades. Ou seja, naquele ritual a pessoa pode incorporar a energia da natureza denominada Oxum, que é simbolizada pelas águas dos rios.

Já no caso da umbanda que é uma religião de resgate *cármico*[51] acredita-se no contato com os espíritos desencarnados[52] e que estes, vindo na forma de caboclo entrariam em contato com o mundo material intermediado pela linha do orixá, aquilo que se denomina: as sete linhas da umbanda[53]. Então neste caso seria o seguinte: o caboclo X (nome específico) apresenta-se no terreiro na linha 2 (nome do orixá ao qual está vinculado) incorpora no iniciado.

---

[51] Karma – termo oriundo da doutrina hindu onde toda ação humana gera automaticamente uma reação equivalente, seja ela positiva ou negativa. Este conceito fora adotado por outras religiões, como foi o caso do espiritismo de Allan Kardec e posteriormente a Umbanda.

[52] Esta vertente mostra a sua herança Banto ao passo que esta etnia tenha em seus preceitos religiosos o culto aos mortos, diferente do tronco Jeje-Nagô que ajudou a formar o candomblé.

[53] Sistema religioso onde estão presentes as sete forças que servem como referencial para a religião. Como a Umbanda não é uma religião institucionalizada, ou seja, não possui um líder máximo, observa-se nuances no que tange as Sete Linhas. Porém em geral o que se observa são: (1) Oxalá, (2) Iemanjá, (3) Oriente, (4) Oxossi, (5) Xangô, (6) Ogum, (7) Africana. Será através de cada uma das linhas que os espíritos em busca da evolução espiritual se manifestam no terreiro.

A religião que se formava no ambiente urbano em transformação também desenvolveu entidades originais, como foi o caso do *preto velho*, do *marinheiro* e do *boiadeiro*, notadamente personagens nacionais com características bastante peculiares e muito próximos do ambiente popular em que o rito se formou.

Daremos atenção especial neste momento à figura do *preto velho*. O que seria? Segundo os preceitos propostos pela umbanda, aquela entidade seria nada menos do que o espírito de um ex-escravo que através da sua humildade, fé e resignação ascenderam ao plano superior tão logo ocorreu o desencarne após uma vida marcada pelo sofrimento infligido pela escravidão.

De fato, durante as sessões onde aqueles espíritos, exclusivos da umbanda, se manifestam existe uma aura pacífica onde os cânticos nos remetem ao passado histórico, através temáticas tais quais, escravidão, vida no eito e religiosidade são constantes como podemos observar nos trechos a seguir:

1. Vovó não gosta de casca de coco no terreiro
   Pra não lembrar, do tempo no cativeiro

2. Eu já plantei café de meia, eu já plantei canavial
   Café de meia não dá lucro sinhá dona
   Oi deixa a umbanda melhorar

3. Eu andava perambulando, sem ter nada pra comer
   Fui pedir as santas almas, para vir me socorrer
   "Foi as almas quem me ajudou, foi as almas quem me ajudou"
   Meu divino espírito santo, viva Deus nosso senhor[54]

Durante as consultas espirituais observa-se a constante utilização de palavras confortadoras, de fé e, sobretudo, de paciência antes os percalços da vida. Não seria por acaso que a data comemorativa das almas – como se referem àquelas entidades – é o dia 13 de maio[55].

Os marinheiros em geral são espíritos desencarnados que se apresentam nos terreiros, vinculados a linha das águas, ou Iemanjá. Também

[54] Os três *pontos* foram coletados nas sessões de Umbanda da Casa de Caridade Maria de Nazareth localizado na Ilha do Governador, zona norte do Rio de Janeiro. Todos são de domínio público. O presente trabalho não se responsabiliza pelo português utilizado em tais cânticos, apenas reservamos ao direito de transcrição.

[55] Para aqueles que podem eventualmente ter se esquecido, foi no dia 13 de maio de 1888 que a princesa regente Isabel Cristina assinou a Lei Áurea abolindo a escravidão no Brasil.

nos remetem a tempos idos se observarmos que o porto era a forma pela qual nosso país tinha ligação com outros continentes antes do advento do avião. E se nos ativermos o ambiente portuário do começo do século passado não teremos uma visão nada sofisticada e nada semelhante à Europa.

O boiadeiro dispensa comentários mais profundos, pois seu nome já denota sua localização interiorana e sua procedência sócio-econômica. Sua aparição no espaço litúrgico vem por intermédio da linha de Oxossi, orixá caçador e relacionado às matas. Os espíritos dos índios estariam da mesma forma, vinculados a aquela divindade.

Esses três elementos nos ajudam a compreender o caráter aglutinador da umbanda assim como seu reconhecimento como religião genuinamente brasileira. Teria sido uma forma de integração do universo religioso não apenas afro-brasileiro, mas sim popular, a uma sociedade moderna.

Elementos oriundos do candomblé também se fizeram presentes, o panteão dos orixás, a presença de atabaques, assim como alguns elementos hierárquicos daquele culto. Cargos honoríficos como os de Pai ou Mãe de santo; e Ogã, são provenientes da religião que nasceu na Bahia[56]. Há também algumas semelhanças no ritual de iniciação.

Como em geral as sessões são realizadas com caráter festivo, em determinados momentos verificava-se a presença de cânticos, batuques, possessão, comidas e bebidas alcoólicas.

O hibridismo de todos os elementos supracitados, em um período da história em que a classe dominante defendia suas origens católicas, configurava-se em *perturbação a ordem pública* previsto no Código Penal de 1890. E em razão da sua relativa proximidade com o universo do candomblé e conseqüentemente da África, a umbanda se tornou passível da repressão policial.

Assim, diante de tamanhas dificuldades foi que aquela religião criou mecanismos para evitar a repressão policial. E para explicar esta guinada no

[56] Pai de e mãe de santo também conhecidos respectivamente por babaloxirá ou Ialorixá que são as traduções literais. São em geral os chefes dos terreiros, sendo que em cada casa de santo só existe uma autoridade máxima. Na umbanda aqueles líderes por vezes são reconhecidos pela nomenclatura de Presidente. Um ar bastante republicano, não? Já o Ogã é o protetor do culto, no Candomblé por vezes é o realizador das imolações, assim como é o realizador dos toques rítmicos nos atabaques e dos cânticos sacros. Como na Umbanda não há sacrifícios o Ogã desempenha a função de tocador de atabaque e responsável pela cantoria.

rumo de sua história nada melhor que o título do livro de Ortiz, *A morte branca do feiticeiro negro* que nos tem servido de referencial na elaboração deste tópico.

A umbanda enquanto novo segmento religioso em uma sociedade em transformação econômica, social, política e cultural mostrou-se como via alternativa para pessoas que não se enquadravam nos moldes das outras doutrinas e para tanto desenvolveu uma lógica bastante peculiar.

Seu método litúrgico muito embora fosse herança de outras religiões receberia um tratamento específico em sua hierarquia e assim os líderes dos terreiros também respeitariam uma característica singular.

A religião que surgira na primeira metade do século passado teve que buscar apoio nas transformações sócio-políticas ocorridas no país para a formação de seus quadros litúrgicos e para tanto foi ao longo de sua trajetória afastando-se de suas tradições africanas passando cada vez mais defender sua condição de religião genuinamente brasileira. Este esforço pelo reconhecimento da brasilidade pode ser atrelado ao mito das três raças que pairava por nosso país.

A umbanda desde o seu surgimento teve como característica o hibridismo racial em seu quadro de médiuns, como confirma o trecho de Renato Ortiz:

> A grande maioria dos chefes das tendas são mulatos ou brancos de classe média, tendo portanto uma cultura branca e uma mentalidade mais luso-brasileira do que afro-brasileira (ORTIZ, 2005, p. 17).

Esse predomínio do pensamento luso-brasileiro que fala o autor esteve eivado pelos valores cristãos o que conseqüentemente acarretou na eliminação de muitos preceitos provenientes do candomblé, tal como a imolação de animais e a utilização de facas, pólvora e sangue em determinadas cerimônias, práticas estas consideradas *bárbaras* por uma sociedade que se pretendia definir como civilizada aos moldes europeus. A supressão de tais artifícios seria uma forma de eliminar o viés mágico atribuído à religião e a busca pelo seu reconhecimento científico.

E parafraseando Ortiz *uma vez mais constatamos que a sociedade global funciona como modelo de classificação, identificando-se a magia negra à magia do negro* (ORTIZ, 2005, p. 138).

Para evitar ser classificada como baixo espiritismo ou magia negra os formuladores da umbanda realizaram medidas cirúrgicas a fim de livrá-la dos *excessos* do universo africano.

Porém, muito embora a umbanda tenha realizado este esforço hercúleo para a integração de elementos como o (1) *ar científico proveniente do espiritismo;* (2) os valores cristãos oriundos do catolicismo e os (3) elementos mais louváveis da cultura africana, esteve sujeita à repressão policial que durante longa data manteve o conceito de *baixo espiritismo* ou *magia negra*.

Esta sociedade que é portadora de uma herança persecutória em relação às práticas e manifestações populares alternativas acabou por potencializar a consolidação da delimitação de uma área específica para a manifestação do novo universo simbólico dos populares, que Ortiz nos ajuda a corroborar este pensamento:

> Negros, mulatos, portugueses, à miséria da cor soma-se a miséria da classe; a favela torna-se o foco do feitiço, ou em outros termos, o lugar onde se agrupa uma classe marginal à sociedade, que tem como único consolo a religião e as práticas mágicas que se enriquecem na medida em que cada povo traz a sua contribuição (ORTIZ, 2005, p. 35).

E completa:

> Existe uma correspondência entre o cinturão de classes populares que envolve a periferia da cidade, e a concentração das tendas umbandistas (ORTIZ, 2005, p.66).

Através dos trechos acima cremos ter conseguido comprovar alguns pontos sobre os quais este trabalho vem se dedicando. Cada uma das três religiões aqui estudadas buscou a sua maneira mecanismos para a aceitação social ou pelo menos a sobrevivência em meio a uma sociedade pretensamente moderna. Nosso objetivo jamais foi estabelecer juízo de valor sobre qualquer uma delas ou apontar se uma teve benefício em detrimento da outra, mas sim mostrar a maneira distinta que as autoridades lhe conferiam atenção.

O espiritismo buscou as vias institucionais e legais para a defesa de seus valores e signatários, visto que muitos de seus defensores eram pessoas com titulação respeitável na sociedade. O candomblé por não abrir mão de seus laços afetivos com o universo africano foi ao longo de sua história moldando-se como religião sectária e oculta, o que por sua vez estimula a geração contínua de especulação, em geral negativa, a respeito daquele culto. A umbanda por sua vez teve que fazer uso de outro mecanismo para se manter

viva. Adotou cada vez mais padrões da cultura dominante evitando a aproximação demasiada com o continente africano e em contrapartida reivindicando para si o *status* nacionalista que até hoje lhe conferem.

Ortiz confirma dizendo que:

> Constataremos assim que o nascimento da religião umbandista coincide justamente com a consolidação de uma sociedade urbano-industrial e de classes. (...) as transformações do mundo simbólico afro-brasileiro se realizem sempre em conformidade com os valores legítimos da sociedade global. (...) a religião umbandista se legitima na medida em que ela integra os valores os valores propostos pela sociedade global (ORTIZ, 2005, p. 15).

O reconhecimento social da religião só se daria pelos anos de 1958 e 1967 (ORTIZ, 2005, p. 57), período fora do nosso foco de estudo e também momento da história onde a estrutura urbana carioca já estava delimitada fazendo com que a realidade de hoje seja nada mais que um desdobramento das ações passadas, centros de umbanda localizados majoritariamente em áreas do subúrbio carioca e não na Zona Sul da cidade.

No caso do candomblé espera-se até o presente seu reconhecimento no meio social, pois muito embora tenhamos na atualidade uma legislação que se pronuncie contra o racismo e a favor da educação da cultura de matriz africana nos colégios, ainda existe forte resistência entre o meio social. Sua aceitação só é concebida quando vista como espetáculo ou quando descaracterizado da integral origem africana como é o caso dos toques rítmicos dos grupos de axé da capital soteropolitana.

Retomando o processo em tela, vemos que a presença de imigrantes baianos no Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX foi determinante para o rumo da religiosidade popular carioca. Aquele grupo trouxe consigo a bagagem imaterial para a cidade proporcionando a propagação do candomblé em áreas fora da Bahia.

Com o intuito de reforçar a ideia de relação de intercâmbio entre a Bahia e a capital fluminense faremos uso de um trecho encontrado no livro *Africanos no Brasil,* onde o autor, salvo juízo de valor, diz:

> No candomblé do Gantois dos fins de ano de 1899, tive ocasião de ver como ídolos de Iemanjá e Oxum, duas sereias de gesso barato, mandadas vir do Rio de Janeiro, uma prateada, Iemanjá, e outra dourada a bronzilho, Oxum (RODRIGUES, 2008, p.27).

Ainda apresentando informações sobre a importante presença de soteropolitanos no Rio de Janeiro temos na nota publicada no jornal:

> Associação Bahiana de Beneficência (fundada em 1880)
> Convidam-se todos os sócios em atrazo a quitarem-se até 30 de junho, entendendo-se com o thesoureiro J. Coelho Barbosa, á Rua dos Ouvidores n. 86 de accordo com a deliberação do conselho; afim de não serem eliminados.
> A quota que tem sido paga por fallecimento é de 479$000 e que vigorará no trimestre de abril a junho.
> (Gazeta de Notícias de 24 de abril, sexta-feira. Anno XXX, num 114).

A Capital do país neste momento já era portadora de cultos com matriz africana. O ritual conhecido como *macumba* era o principal deles. Muitos locais de culto estavam situados no centro do município, palco da reforma urbana realizada por Pereira Passos na primeira década do século passado.

O polêmico jornalista João do Rio[57] publicou entre janeiro e março de 1904 no jornal *Gazeta de Notícias* uma série de reportagens intituladas *As religiões no Rio*, onde fez menção à presença dos cultos africanos na cidade. Por intermédio de um jovem chamado Antônio, o jornalista conheceu as casas dos *feiticeiros* das ruas de São Diego, Barão de São Félix (próximo ao Palácio Duque de Caxias, antigo Ministério da Guerra, na Rua Marechal Floriano), Hospício (atual Buenos Aires), Núncio (atual Av. Tomé de Sousa e Rua República do Líbano) e da América (acaba na Rua Senador Pompeu, próxima da Av. Pres. Vargas e na altura da Rua Marquês de Sapucaí) onde se realizavam candomblés e viviam os pais-de-santo (RIO, 2006, p.19-20).

O jornalista não foi parcimonioso nos adjetivos para desqualificar os praticantes do candomblé.

Referindo-se ao ambiente religioso e habitacional dos pais-de-santo ele aponta que:

> Há na atmosfera um cheiro carregado de azeite-de-dendê, pimenta-da-costa e catinga. Os pretos falam da falta de trabalho, fumando grossos cigarros de palha. Não fosse a credulidade, a vida ser-lhes-ia difícil, porque em cada um dos seus gestos revela-se uma lombeira secular (RIO, 2006, p.30).

E completa:

> As iaôs são as demoníacas e as grandes farsistas da raça preta, as obsedadas e as delirantes. A história de cada uma delas, quando não é sinistra pantomima de álcool e mancebia, é um tecido de fatos cruéis, anormais, inéditos, feitos de invisível, de sangue e morte (RIO, 2006, p. 36).

[57] João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, foi jornalista e cronista em inícios do século XX. Filho de um professor de Matemática com uma dona-de-casa mulata, residentes na Rua do Hospício (atual Buenos Aires), começou sua carreira aos dezoito anos em 1899 com um texto publicado em A Tribuna. Por ser mulato, homossexual, ávido critico de alguns hábitos cariocas e portador de uma forma peculiar de escrita, contraiu muitas inimizades. Foi pioneiro na crônica jornalística em nosso país. Por vezes trocava insultos com seus desafetos através das colunas que escrevia.

Sendo João do Rio, pessoa pública e representando determinado segmento da sociedade, em suas reportagens fica nítido o desprezo em relação à presença de *ignóbil* culto em um espaço aburguesado e a visão de que o preto é preguiçoso e pernicioso.

Nina Rodrigues estudioso da religião iorubana na Bahia, em suas linhas sobre o panteão daquela religião e o surgimento do mundo apresentou a *origem mitológica* de um forte adjetivo imputado aos negros, largamente salientado pela elite branca do nosso país:

> *Olorum* era uma divindade que cada vez se afastava mais da intervenção nas coisas terrenas e então apareceu *Obatalá*, um Céu-Deus ainda, mas Céu-Deus mais antropomórfico, a quem *Olorum*, recolhendo-se à inação e ao repouso – suprema aspiração dos negros – confiava a missão de dirigir o mundo (RODRIGUES, 2008, p.202).

Mais uma vez nota-se um discurso onde o negro mostra-se avesso ao trabalho, até mesmo os seres divinos. Essa visão em relação ao indivíduo africano ou dele descendente fora uma criação secular e que servira como óbice para a inserção do negro em uma sociedade dominada por uma elite que se pretendia ariana.

4.6. Repressão aos rituais de matriz africana

> Delegado Chico Palha sem alma, sem coração, não quer samba nem curimba na sua jurisdição.
> Ele não prendia, só batia. Era um homem muito forte com um gênio violento, acabava a festa a pau, ainda quebrava os instrumentos.
> Ele não prendia, só batia. Os malandros da Portela, da Serrinha e da Congonha, pra ele eram vagabundos e as mulheres sem-vergonhas.
> Ele não prendia, só batia. A curimba ganhou terreiro, o samba ganhou escola, ele expulso da polícia, vivia pedindo esmola.

Iniciando este tópico com esta composição de 1938 feita por Tio Hélio e Nilton Campolino, talvez consigamos apresentar um dos fatores que fazem com que a obtenção de processos criminais envolvendo pessoas ligadas aos cultos africanos seja tão difícil de se encontrar nos arquivos públicos daquela cidade.

***

O Brasil conquistou sua independência em relação a Portugal em setembro de 1822, e em linhas gerais manteve as mesmas estruturas vigentes

em seu antigo estágio. Porém vale lembrar uma mudança ocorrida em relação à religiosidade, pois mesmo sendo ainda o catolicismo a crença oficial:

> A Constituição de 1824 garantiu a liberdade de culto, desde que templo não ostentasse símbolos na fachada. Esta atitude visava favorecer, principalmente, os estrangeiros não-católicos, mas, de uma certa maneira, criou também um dispositivo legal de proteção à religião dos negros (SILVA, 2005, p.48).

Na prática, este dispositivo legal nem sempre fora respeitado, pois mesmo não exibindo em seu frontispício algum emblema religioso, muitas casas foram invadidas sob a alegação de exercício de feitiçaria.

A perseguição sobre as práticas religiosas não cristãs no Rio de Janeiro obviamente não teve início no século passado. Em verdade fazem parte de um legado histórico de uma sociedade cristã e persecutória.

No entanto a repressão recrudesce quando interesses comuns entram em ação, como se vê no livro Memórias de um Sargento de Milícias onde famoso major Vidigal em suas rondas diárias abalava a paz dos populares.

A personagem Leonardo Pataca que certa vez participou de um ritual de *fortuna*, viu-se em apuros com a chegada da autoridade, como nos mostra a passagem a seguir:

> Começando a cerimônia, o Leonardo foi obrigado a ajoelhar-se em todos os ângulos da casa e recitar as orações que já sabia e mais algumas que lhe foram ensinadas na ocasião, depois foi orar junto da fogueira. Nesse momento saíram do quarto três novas figuras, que vieram tomar parte da cerimônia, e começaram então, acompanhando-os o supremo sacerdote, uma dança sinistra em roda do Leonardo. De repente sentiram bater levemente na porta da parte de fora e uma voz descansada dizer:
> - Abra a porta.
> - O Vidigal! – disseram todos a um tempo, tomados do maior susto. O som daquela voz que dissera “abra a porta” lançara entre eles, como dissemos, o espanto e o medo. E não foi sem razão; era ela o anúncio de uma grande aperto, de que por certo não poderiam escapar. Neste tempo ainda não estava organizada a polícia da cidade, ou antes estava-o de um modo em harmonia com as tendências e idéias da época. O major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo o que dizia respeito a esse ramo de administração (ALMEIDA, 2007, p. 29).

Essa literatura escrita por Manuel Antônio de Almeida se passou por volta da metade do século XIX, capta o momento em que a cidade se efervesce por receber imigrantes estrangeiros, sobretudo portugueses como o próprio personagem Leonardo Pataca, e absorvia também novos conceitos de civilização com base no espelho francês.

Em Africanos no Brasil, Nina Rodrigues aponta que o Código Penal de 1830, que fora suplantado só na década de 90 do mesmo século, não havia disposição contrária ao exercício ou prática de *espiritismo* ou *sortilégios*. Muito embora fosse ávido defensor da inferioridade do negro, aquele médico não compactuava com a extrema violência com que a polícia, baiana, agia contra os centros de candomblé.

O novo Código Penal previa no seu artigo 157 que:

> Praticar o espiritismo, a magia e sortilégios, usar talismã e cartomancia para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública: penas de prisão celular por um a seis meses e multa de 100$000 a 500$000.

A interessante observação feita por aquele autor é que houve um retrocesso em relação à liberdade de culto entre os dois códigos penais. Lamentou aquele dizendo que a superstição das classes inferiores estava eivando as classes dirigentes.

A vinda de migrantes provenientes da Bahia contribuiu para o alargamento das manifestações religiosas de matriz africana. Mas, contudo, não seria correto dizer que aqueles indivíduos foram os responsáveis pela entrada da religião no Rio de Janeiro.

Chalhoub mostra em seu livro a presença do candomblé na cidade:

> O melhor testemunho sobre a presença do candomblé na Corte antes de 1850 está no registro de prisões de negros-mina acusados de feitiçaria. Tais africanos praticavam o “candombe” e dançavam o “batuque” de forma circular durante a noite (CHALHOUB, 1996, p.140).

Nos periódicos consultados na Biblioteca Nacional tivemos acesso a colunas que noticiavam a perseguição e a prisão de pessoas ligadas aquele universo religioso, como se nota na coluna a seguir:

> Bruxaria
> A nacional Maria Joana é uma creoula feia como os sete pecados mortaes e dá-se ao luxo de ser feiticeira.
> Hontem ás tantas da tarde, vagueava ella pelas alamedas do jardim da praça da Republica, escondendo por baixo do chale, um embrulho que procurava ocultar aos olhos do próximo.
> Julgando-se só, abaixou-se escondeu o mysterioso embrulho em uma moita.
> Foi vista porém, pelo guarda Joaquim Luiz França, que a levou de embrulho e com embrulho, á 3ª delegacia urbana, onde se verificou conter o tal volume uma grande quantidade de bruxarias.
> A feiticeira que não quiz dar explicações foi recolhida ao xadrez.
> (22 de janeiro de 1902. Anno XV, num 97. Cidade do Rio).

O Brasil republicano previa na sua Constituição, publicada em 1891, que o Estado era laico, no entanto a polícia perseguia a práticas religiosas que não estavam em consonância com a conduta social determinada pela elite nacional. Mesmo em áreas mais distantes do centro urbano os praticantes do candomblé estavam passíveis de repressão policial como se pode observar no trecho a seguir com português da época:

> Um templo de feiticeiros
>
> Cento e duas pessoas presas.
> Um verdadeiro templo de feiticeiros era a antiga fazenda dos Breves, situada na chegada do morro do Cabuçú, e que tem hoje o nº 57 da Rua Barão do Bom Retiro, Engenho Novo.
> Cento e tantos alli residentes, ou nas proximidades do grande casarão, se reuniam quasi que todas as noites na prática de sortilégios, cantorias e batuques, como se estivessem habitando o mais recôndito logar da África.
> Dansas características, cantigas cheias de entrecortados gemidos, paradas, subidas, quando a um tempo dado se apagavam as velas que illuminavam aquellas scenas, tudo isso ao chocalhar de maracás, ao ondear os corpos semi-nus, em redor do chefe, se repetiam e continuavam até por altas horas da noite.
> Parecia uma saturnal[58]: colleções de contas e búzios de sementes, e cascas e pelles de animaes, hervas e flores murchas, em fim um sem número de objectos que elles usavam no culto á fetiçaria alli se encontrava.
> O Dr. Alberto Santiago, delegado da 15ª, teve conhecimento da existência daquelle templo e preparou um cerco, que effectuou hontem á noite.
> Cercado o templo por dez praças de polícia, inspectores e o respectivo delegado, alli penetrou a autoridade, dando voz de prisão a todos e apprehendendo tudo quanto alli encontrou de suspeito.
> Cento e duas pessoas foram acompanhadas até a 15ª Delegacia, onde, estavam sendo interrogadas pelo delegado á meia-noite.
> Horácio Caldas, chefe do templo, foi também detido.
> (Gazeta de Notícias de 24 de abril, sexta-feira. Anno XXX, num 114).

No caso desta matéria não houve indício de exercício ilegal da medicina, motivo pelo qual, muitos “feiticeiros” eram presos. Se levarmos em consideração as informações contidas nesse texto, não houve motivo legal para a prisão daquelas pessoas. Mas sim uma nítida repressão da prática que os remetia, como o próprio texto diz: como se estivessem habitando o mais recôndito logar da África.

A perseguição aos cultos afro foi determinante para o rearranjo das instalações das casas de candomblé em outras áreas da cidade.

[58] Segundo o dicionário Aurélio, Saturnal seria: festa de prazeres desenfreados. Antiga festa dos romanos dedicada ao sol, a Igreja transformou na festa de natal (nascimento de cristo) para tentar acabar com os costumes pagãos ressignificando o sentido da data.

Consubstanciado a repressão policial estava a especulação imobiliária que ocorreu no centro urbano e o estabelecimento de um novo padrão de civilização que ia de encontro aos antigos hábitos litúrgicos e sociais dos negros que habitam a cidade.

A cidade que se formaria após reforma urbana da primeira década do século XX criou uma barreira contra a presença das religiões de matriz africana empurrando-as para os recônditos da capital assim como para a Baixada Fluminense (hoje talvez o espaço legítimo do candomblé na região metropolitana do Rio de Janeiro). Este obstáculo contra aquelas religiões fora consolidado com elementos materiais e imateriais provenientes da classe dominante.

O mosaico cultural, religioso e lingüístico que mantinha a cidade *presa* ao seu passado colonial que era composto pela presença de inúmeros grupos étnicos das mais variadas regiões que o compunham foi relegado para a área que não fazia parte do interesse da burguesia. Desta forma o subúrbio carioca, a Baixada Fluminense e os morros e favelas se tornaram com o passar do tempo locais propícios ao desenvolvimento da cultura popular entre os negros e inserido neste padrão de comportamento está o candomblé.

Segundo o geógrafo Carl Ortwin Sauer, *culturas são conjuntos de* ***hábitos adquiridos*** (grifo meu) *envolvendo preferências* (SAUER, 2003, p. 107). E com base nesta afirmativa vemos que o comportamento cultural das classes populares - envolvendo negros e brancos pobres – estava incongruente com a postura projetada pela classe dominante. Em verdade a burguesia carioca preferiu a remoção dos populares e os valores que aqueles eram portadores.

Abreu em seu livro *O império do Divino* (1999) tem como foco principal, as festas religiosas e a cultura popular no Rio de Janeiro entre 1830 e 1900. Esta pesquisadora realizou um trabalho de grande fôlego sobre a re-interpretação de determinadas festas religiosas feita por populares (negros e brancos pobres). Neste estudo ficou bastante explicito o peso que o espaço geográfico tem sobre as manifestações religiosas e culturais (ABREU, 1999).

Ainda dentro do recorte temático sobre a relação entre espaço e manifestação cultural, o Geógrafo Roberto Lobato Corrêa diz que:

> O urbano pode ser analisado segundo diversas dimensões que se interpenetram. A dimensão cultural é uma delas e por seu intermédio

> amplia-se a compreensão da sociedade em termos econômicos, sociais e políticos, assim como se tornam inteligíveis as especialidades e temporalidades expressas na cidade, na rede urbana e no processo de urbanização (CORRÊA, 2003, p. 167).

E se hoje analisarmos a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro veremos que encontra-se não apenas no vetor sócio-econômico, mas sim no universo da prática religiosa. No que tange ao campo social esta divisão deva ser relativizada ao passo em que lembramos a existência de favelas e *morros* em bairros considerados nobres.

A reforma urbana de Francisco Pereira Passos não pode ser responsabilizada como a única força responsável para a reorganização espacial do candomblé e da umbanda na capital fluminense, mas sem dúvida deu início a articulações que fizeram uso das vias legais para a remoção daquela religião. Voltando mais uma vez em João do Rio encontramos o seguinte relato:

> As Constituições brasileiras do período republicano sempre asseguraram a liberdade religiosa, porém o Código penal punia o uso comercial das superstições e a exploração da credulidade pública (RIO, 2006, p. 10).

Muito embora tivéssemos já naquele momento um Estado laico, as religiões africanas não estavam de acordo com a legislação vigente e elaborada pela elite pretensamente descendente do *velho mundo*. O que merece nossa atenção e a devida problematização dos ideais culturais dominantes os demais grupos inseridos na Capital Federal.

As religiões afro-descendentes sofreram ao longo de nossa História com a regular imposição de remanejamento, aquilo que Corrêa chamaria de reterritorializações (CORRÊA, 2004). Se pensarmos no período colonial, os negros foram trazidos na condição de cativos para o Brasil e trouxeram consigo a religião (território móvel), no entanto a prática do culto era rechaçada, de modo geral, pelos senhores de escravos.

A saída então foi justamente praticar estas religiões em locais distantes do campo de visão dos senhores, o que neste caso seriam as senzalas e matas. Foi no primeiro onde os negros foram alojados, na sociedade que ajudaram a construir e por fim no subúrbio carioca e a Baixada Fluminense com da reforma urbanística de inícios do século XX. A senzala, primeira

territorialização, o subúrbio e a baixada, estavam fora do campo de visão e interesse dos grupos dominantes.

A área fora do centro urbano mesmo não estando efetivamente no topo dos interesses das classes dominantes, sofreu ferrenha fiscalização a fim de conter os ânimos daqueles que os ocupavam.

No livro *A subversão pelo riso*, há um relato do sambista portelense Monarco em que ele diz:

> O pessoal saía da macumba e se metia no samba porque em todos os dois se apanhava da polícia e de vez em quando, a polícia, chegava lá na macumba e nego saía com santo pela janela e tudo (SOIHET, 1998, p. 125).

O que mais uma vez corrobora a idéia de que a ação policial visava coibir não só as manifestações políticas dos populares, mais também as ações sócio-culturais daqueles grupos.

Embora o estudo de caso de Nina Rodrigues seja refente à Bahia, os problemas enfrentados pelos iniciados no candomblé em inícios do século XX eram os mesmos em qualquer parte do Brasil:

> Diante das violências da polícia, as práticas negras se furtarão à publicidade: hão de se refugiar nos recessos das matas, nos recônditos das monsaradas e cortiços, e se retrairão às horas mortas da noite (RODRIGUES, 2008, p.223).

As áreas mais distantes passaram a ser locais mais propícios à realização dos cultos residenciais, assim como para as aparições públicas realizadas pelos neófitos das religiões afro-descendentes, visto aquelas áreas além de apresentarem elementos que são fundamentais para a realização do culto, ficavam mais distantes da fiscalização dos agentes da lei.

O subúrbio carioca e a Baixada Fluminense, desde então iriam criar suas próprias identidades históricas, culturais e religiosas, que se faz presente até os dias atuais, pois ainda observamos a presença destas religiões majoritariamente no subúrbio e Baixada Fluminense. A localização das chamadas *casas de macumba*, que são responsáveis pela venda de artigos religiosos destinados aos cultos, está situada, grosso modo, a partir do centro da cidade do Rio de Janeiro, rumo a Zona Norte. Tendo destaque para o Mercadão de Madureira, que é o grande ponto de referência de compras para os praticantes das religiões afro-descendentes.

Todo este esforço foi realizado em prol da reestruturação do espaço social, e que ainda hoje são responsáveis pelo abissal abismo no que diz respeito à localização das religiões afro descendentes na cidade do Rio de Janeiro, pois se pensarmos, as igrejas católicas e protestantes têm livre acesso aos diversos recantos da cidade, o mesmo não se dá com um templo de candomblé ou umbanda, visto que a realização dos seus cultos não se enquadra em determinados locais da cidade.

E em contrapartida observamos nos dias atuais a compressão do espaço daquelas religiões. Se antes foram gradativamente direcionadas para o subúrbio carioca e a Baixada Fluminense, como forma de extirpar do centro da Capital Federal a presença do elemento afro descendente, assim como os seus componentes culturais e religiosos, hoje em dia o que observamos é a permanência dela ainda na mesma porção da cidade, e em contrapartida, nota-se a presença de igrejas católicas e o surgimento dos templos protestantes naquelas localidades ocupadas a princípio pelos grupos removidos com a reforma urbana. No que tange aos templos neo-pentecostais, observamos contemporaneamente a sua crescente e incessante presença nas áreas suburbanas da cidade, disputando o mesmo espaço e conseqüentemente o mesmo público alvo, fazendo com que as religiões de matriz africana se comprimam espacialmente, perdendo desta forma bens simbólicos importantes vinculados à natureza.

CAPÍTULO 5. SUBÚRBIO, MORRO E TERREIROS: UMA OUTRA CARTOGRAFIA

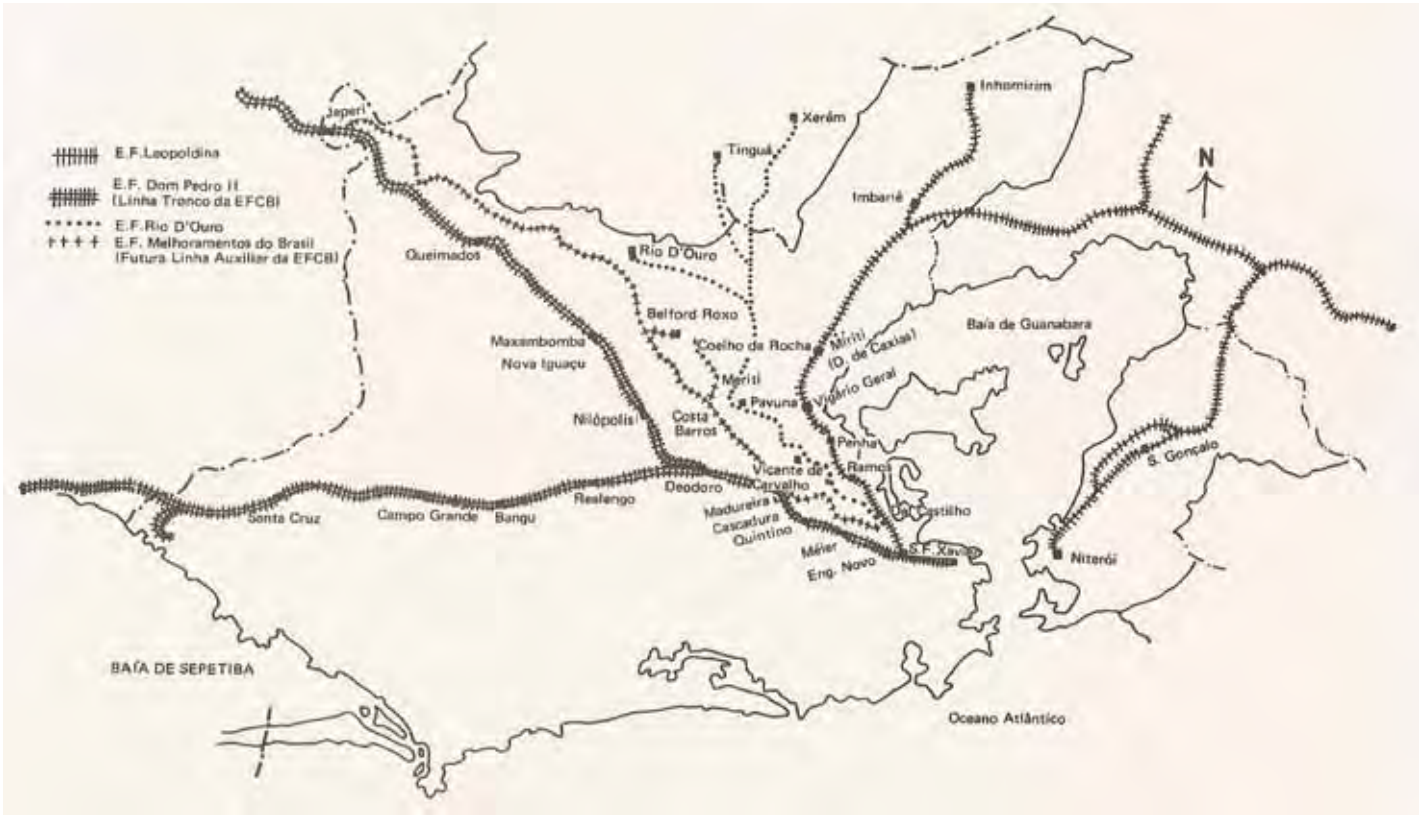
5.1. A Capital do subúrbio

A dinastia do Bragança foi responsável por transformações urbanas, arquitetônicas, econômicas e culturais marcantes para a cidade do Rio de Janeiro. Como vimos no capítulo sobre a presença da Família Real portuguesa, teria sido aquela responsável pelo primeiro movimento de embelezamento da cidade.

Muito embora D. João VI tenha retornado para sua terra natal em 1821, seu filho, D. Pedro de Alcântara permaneceria no Brasil e no ano seguinte tornar-se-ia o protagonista na declaração de independência do nosso país. Durante cerca de dez anos governou a nascente nação e em função das divergências políticas internas e disputas sucessórias lá em Portugal deixou o trono para seu sétimo filho.

Como já sabido, D. Pedro II tornou-se imperador ainda jovem e desde a juventude fora amante das ciências, artes e inovações tecnológicas. Foi ele responsável pela entrada de muitas novidades vindas da Europa e modernidades que transformariam a vida dos brasileiros. Dentre elas temos a construção das ferrovias.

Figura 17

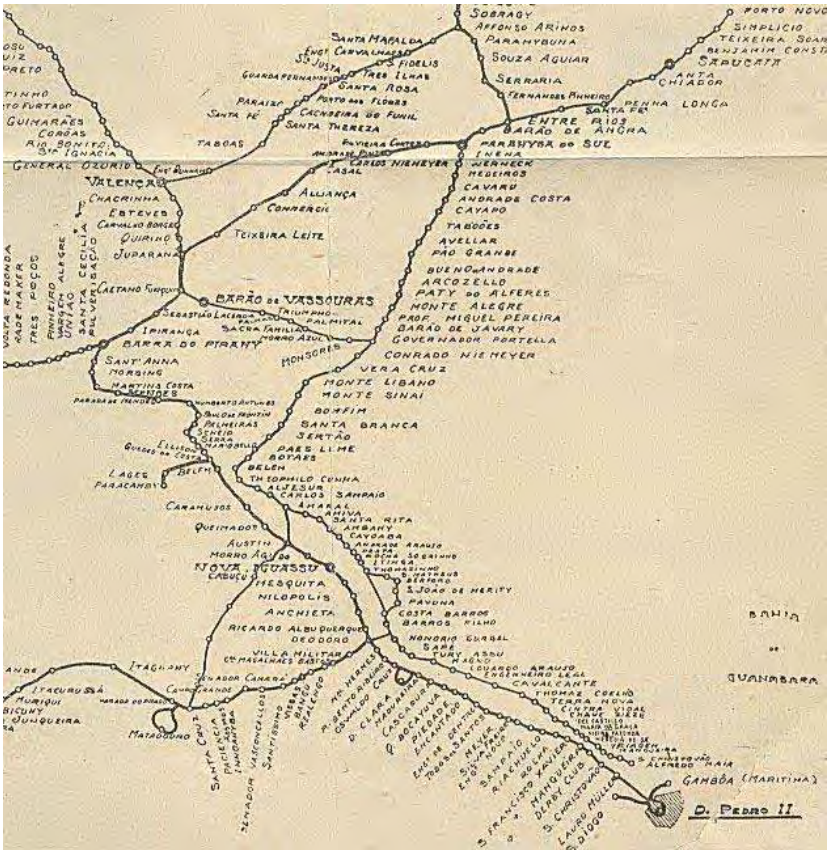


Área metropolitana (área conurbada) do Rio de Janeiro: localização das estradas de ferro.

Fonte: Abreu. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

A implantação da malha ferroviária teve importância impar no desenvolvimento das regiões suburbanas e interioranas, pois foi ao longo das linhas de ferro onde se desenvolveram muitas chácaras, indústrias, assim como as habitações. O desenvolvimento de novos postos de trabalho nas áreas internas do estado estimulou a migração de muitas pessoas para locais que margeavam a linha férrea.

Figura 19



Mapa da Linha do Centro e da Linha Auxiliar da EFCB, em 1928.

Fonte: Vasconcelos. Livro Vias Brasileiras de Comunicação.[59]

A Linha do Centro foi o primeiro ramal a ser construído pela E. F. Dom Pedro II, que depois da Independência passou a ser chamada de E. F. Central do Brasil. Em 1858 foi entregue o primeiro trecho (linha dorsal), entre a estação Dom Pedro II e Belém (atual Japerí).[60] E para começarmos a elaboração do último capítulo deste breve trabalho, saltaremos na estação de número vinte: Madureira!

[59] Livro Vias Brasileiras de Comunicação - A Estrada de Ferro Central do Brasil, de Max Vasconcellos. No mapa, a Linha do Centro está no eixo Dom Pedro II-Belém-Barra do Piraí-Juparanã-Paraíba do Sul-Entre Rios-Sobragi, sendo que o restante aparecerá já no Estado de Minas Gerais. Por sua vez, a Linha Auxiliar corre sempre ao seu lado direito, aparecendo no eixo Alfredo Maia-Belém-Governador Portela-Paraíba do Sul-Porto Novo. http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/mapa_linhacentro_rj.htm

[60] Estações atuais da linha do Centro: Dom Pedro II; Praça da Bandeira; São Cristóvão; Quinta da Boa Vista; Maracanã; Mangueira; São Francisco Xavier; Rocha; Riachuelo; Sampaio; Engenho Novo; Silva Freire; Méier; Todos os Santos; Engenho de Dentro; Encantado; Piedade; Quintino Bocaiúva; Cascadura; Madureira; Osvaldo Cruz; Bento Ribeiro; Marechal Hermes; Deodoro Ricardo de Albuquerque; Anchieta; Olinda; Nilópolis; Edson Passos; Mesquita; Presidente Juscelino; Nova Iguaçu; Comendador Soares; Austin; Queimados; Engenheiro Pedreira; Japeri.

Durante o processo de ocupação do território brasileiro as capitanias hereditárias eram subdivididas em sesmarias e doadas a pessoas que tivessem condições cabais de desenvolver algum tipo de cultura na área a fim de obterem rendimentos e manterem o domínio territorial.

No ano de 1568, Antônio de França recebeu uma porção de terra que ficava localizava no sertão carioca. A partir de 1647, grande parte daquela sesmaria se tornaria a freguesia rural de Nossa Senhora da Apresentação do Irajá[61].

Em função da sua distante localização geográfica em relação ao centro da cidade do Rio de Janeiro, aquela área caracterizou-se como região agrícola de fato com zonas de plantio que passavam pela cana-de-açúcar, milho, mandioca, feijão e pequenas criações. O contato com a cidade se dava através das embarcações que saiam dos portos fluviais de Meriti e Pavuna e por tropas de muares[62].

Dentre as propriedades existentes na região estava Fazenda do Campinho que desempenhava atividade agrícola. Posteriormente uma parcela da propriedade passou a servir como forte militar, desativado ainda no século XIX. Anos depois a citada fazenda seria desmembrada transformando-se em alguns bairros suburbanos, dentre eles Madureira e Oswaldo Cruz.

Antes da chegada das linhas férreas o contato entre a região interiorana e a urbana se dava, sobretudo, através do transporte animal, fazendo com que o contato fosse diminuto. Porém com a instalação da Fábrica de Artigos Pirotécnicos do Exército houve o desenvolvimento do local e a extensão da linha férrea.

Cascadura foi o local para a instalação de uma das quatro primeiras estações da Estrada de Ferro Dom Pedro II, em 1858. Somente durante a administração do diretor ferroviário José Ricardo de Albuquerque que o trem chegaria ao nosso destino.

> Madureira foi se tornando um importante eixo ferroviário, fiel a uma vocação que remontava aos tempos em que fora também o mais importante ponto de convergência das estradas rurais, parada obrigatória dos viajantes (MOARES E NERY, 1999, p. 40).

O nome do bairro remonta aos tempos em que a área era marcada pela produção agrícola, pois Lourenço Madureira, boiadeiro arrendatário se tornou

[61] Termo corrompido da língua tupi, yra-yrá: lugar onde brota o mel.
[62] Cristina Vignoli Moraes e Laura Nery. Rio de Janeiro: Fraiha, 1999.

próspero produtor, transformando-se em ícone local que teve seu nome imortalizado quando o novo bairro foi batizado.

Aquele importante entroncamento rural se converteria ao longo do processo de alargamento da linha férrea em um ponto de convergência da região suburbana ao longo do século XX.

A importância da vinda de inúmeros migrantes para o Rio de Janeiro entre a segunda metade do século XIX e início do XX associado ao processo de remoção dos populares das zonas centrais da cidade seria sobremaneira importante para que o subúrbio carioca se convertesse em local de moradia para aqueles que vieram de regiões interioranas como o Vale do Paraíba, inclusive muitos ex-escravos[63].

A presença desses indivíduos proporcionou a entrada de novas manifestações culturais de dariam ao subúrbio uma característica bastante peculiar.

Em relação aos grupos provenientes do Vale do Paraíba, talvez o jongo tenha sido a contribuição cultural mais importante, pois notadamente aquela prática possui estreitas relações com seu passado afro-brasileiro, sobretudo, da cultura bantu, viga mestra dos rituais de umbanda.

O jongo é uma manifestação cultural de origem rural praticada por africanos da cultura bantu, que junta basicamente três elementos artísticos: a dança ritmada, o canto (pontos), e o toque de instrumentos de percussão com destaque para os atabaques. O Jongo era praticado por comunidades escravas dispersas pelo Vale do Paraíba (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo). Em geram os cantos realizados pelos jongueiros possuem temáticas bastante específicas que remontam aos tempos da escravidão.

O processo de exclusão sócio-habitacional, associado a especulação imobiliária e a repressão as manifestações culturais de matriz africana fizeram com que os morros se tornassem o lugar natural para a proliferação do jongo na capital federal.

---

[63] Ao término da escravidão, em 13 de maio de 1888, muitos ex-escravos saíram das regiões interioranas rumo ao Rio de Janeiro em busca de oportunidades de trabalho, pois em uma cidade mais populosa e melhor infra-estrutura as possibilidades de obtenção de emprego eram maiores. As grandes cidades a medida que dão seus primeiros passos rumo a industrialização passaram a oferecer mais vagas de trabalho tornando a disputa entre negros e brancos um pouco menos desigual do que na cidades de menor porte. Por essa razão a capital federal, São Paulo e Santos tornaram-se cidades destino para muitos ex-escravos.

Vários morros da cidade passaram a ser habitados por populações pobres e neles foram desenvolvidas as mais diversas manifestações, porém o Morro da Serrinha, que está localizado dentro da área pertencente à antiga Fazenda do Campinho transformou-se em local de habitação para muitas famílias vindas especificamente do Vale do Paraíba e em razão da aglomeração daqueles indivíduos, a citada comunidade acabou por se transformar no principal reduto de jongueiros da cidade.

Personalidades conhecidas na cultura popular afro-carioca têm suas heranças intrinsecamente ligadas ao Morro da Serrinha, como o caso de Dona Ivone Lara, Dona Eulália do Nascimento, Mestre Darcy do Jongo, Mano Décio da Viola e o grande compositor Silas de Oliveira[64].

Este mesmo local serviu para a proliferação de outras formas expressão cultural de matriz africana, como o candomblé, a umbanda e o samba (de roda ou enredo). Este sofrendo grande influência do jongo no seu processo de formação. Uma das escolas mais tradicionais do carnaval carioca também se encontra nas cercanias daquele morro, o Império Serrano fundado em 1947, após a dissidência de alguns integrantes da escola Prazer da Serrinha.

E se tratando dos grêmios recreativos tradicionais não poderíamos deixar de nos referir aquela que é referência na região, a Portela.

Sua localização original estava além das fronteiras de Madureira, porém está dentro da região administrativa[65] comandada por aquele bairro. Oswaldo Cruz é um bairro fronteiriço e ao longo do século XX ambos se notabilizariam pelo fato de, afamados sambistas cariocas terem nascido nos dois bairros em questão.

[64] Compositor do samba Aquela Brasileira de 1964.

[65] A 15ª região administrativa comporta os seguintes bairros: Madureira, Cascadura, Cavalcante, Vaz Lobo, Engenheiro Leal, Turiaçu, Campinho, Osvaldo Cruz (bairros fronteiriços) – Bento Ribeiro, Honório Gurgel, Marechal Hermes, Quintino Bocaiúva, Rocha Miranda.

Figura 20

66 **Recorte sobre parte da área suburbana da cidade do Rio de Janeiro. Observamos a presença das linhas férreas (grande marca do subúrbio), a presença de duas das mais tradicionais escolas de samba e inúmeras favelas próximas a outras.**

Fonte: Google Maps. Dados gráficos, 2010.

Para traçarmos a relação entre obras de embelezamento no centro do Rio e a transformação do subúrbio em nicho da cultura afro-carioca iremos aproveitar da fundação da escola de samba Portela. Paulo Benjamim de Oliveira (Paulo da Portela) era morador do bairro da Saúde, localizado na zona central, e por volta de 1920 mudou-se com a família para Oswaldo Cruz. Ainda na mesma década tornou-se a principal liderança para o surgimento daquela escola de samba. Anos mais tarde a sede da agremiação fixou-se em Madureira.

Retomando o processo em tela voltamos nossa atenção para o bairro de Madureira e daremos foco especial ao seu Mercadão.

---

[66] Observando o mapa acima podemos notar a presença de onze favelas entre os bairros de Osvaldo Cruz, Madureira e Cascadura: favela Parque Vila Nova; favela R. Pereira Leitão; favela Vila das Torres; favela Morro do Sossego; favela Sanatório; favela São José; favela Groto; favela Serrinha; Morro do Dendê; favela R. Iguaçu e Morro da Serrinha.

Desde os tempos em que a região ainda era marcada pela condição rural, Madureira já se destacava como ponto de convergência, mas foi a partir de 1914 com a inauguração de um mercado rente a Estação do Magno que o bairro teria potencializada a sua condição de centro comercial para lavradores e comerciantes das áreas circundantes. Tornou-se o principal centro comercial da Zona Norte da cidade[67].

No ano de 1916 em função da ampliação da linha ferroviária o mercado teve que ser transferido de local passando para a Avenida Edgard Romero e em 1929, sob a administração do prefeito Prado Junior realizaram-se obras para a ampliação fazendo com que aquele fosse o maior centro distribuidor de alimento da região suburbana.

Na década de 1970 o aparecimento do Ceasa de Irajá fez com que o Mercadão de Madureira buscasse a diversificação das suas atividades comerciais, desencadeando o estabelecimento de lojas vinculadas a outros ramos que não a alimentação: artigos para festa, doces e artigos religiosos. Foi em razão dessa mudança que o mercado da Rua Edgard Romero converteu-se no principal pólo de utensílios para rituais de umbanda e candomblé[68] da cidade do Rio de Janeiro.

Este capítulo final tem por objetivo associar as informações dos capítulos anteriores para compreendermos como a junção de fatores econômicos, sociais, culturais e ideológicos fizeram com que a região administrativa de Madureira tornar-se-ia um pólo aglutinador das manifestações ritualísticas afro-descendentes.

Por conta das dificuldades encontradas na obtenção de dados oficiais sobre os números atuais buscamos através da observação histórica e literária, associado ao trabalho de campo comprovar a importância do subúrbio como local dos exercícios litúrgicos vinculados a umbanda e o candomblé.

A Federação Brasileira de Umbanda está sediada na Rua Cel. Magalhães nº 79 em Cascadura, bairro vizinho a Madureira. Segundo as

[67] Atualmente é o segundo pólo comercial da cidade perdendo somente para a área central.

[68] Na atualidade o Mercadão de Madureira dispõe de 376 lojas do mais variados ramos: alimentação; artigos de festas; pet-shop; mercearia de secos e molhados; roupa; distribuição de alimentos; correios; perfumaria; salão de beleza; informática; artigos para costura; açougue; aviário; loteria; vinhos; peixaria; calçados; ervas e artigos religiosos. Daquele número total 28 se dedicam a venda de artigos litúrgicos de umbanda e candomblé, ou seja, cerca de 8% das lojas está atendendo ao universo religioso africano. Pode parecer pouco, mas se nos ativermos a quantidade de ramos comerciais conseguiremos ver o real peso daquelas 28 lojas.

informações obtidas extra-oficialmente, mais de cinco mil templos de umbanda e candomblé são filiados a supracitada instituição. Porém com base no que nos foi informado a quantidade de templos religiosos não filiados a nenhum tipo de organização é incontável.

A característica clânica, sobretudo, dos centros de candomblé fazem com que haja certa resistência na filiação a uma federação, assim como na obtenção de informações referentes ao templo. Foi diante das negativas encontradas na FBU que passamos a buscar vias alternativas para apresentarmos aquilo que chamamos de geografia da religião.

A presença da federação de umbanda e candomblé, e o Mercadão de Madureira dentro da mesma região administrativa nos permite que realizar a leitura do espaço em questão e assim tentarmos a comprovação daquilo que nos propusemos.

A reforma urbana realizada por Pereira Passos e as consecutivas ampliações dos seus sucessores não só provocou a remoção das classes populares rumo ao subúrbio, mas também diminuiu as áreas naturais da região central. A segunda informação é tão pertinente quanto a primeira, se levarmos em consideração os elementos essenciais para o estabelecimento de uma *roça* de candomblé ou um *terreiro* de umbanda. Para que se instale uma *casa de santo* em determinado local, há de se ter alguns aspectos indispensáveis. Elementos esses, na maioria das vezes provenientes da natureza, tais como: plantas; ervas, árvores, dentre outros.

Como exemplo, temos o termo *terreiro*, que possui significativa importância, visto que os cultos afro-descendentes têm estreita relação com o ecossistema. Hoje em dia, por conta da realidade espacial e urbana em nossa sociedade expressa na expansão imobiliária, os templos de culto afro perderam esta característica, – serem efetivamente terreiros - tendo que se valer de mecanismos simbólicos para expressar sua antiga organização espacial. No entanto ainda possuem sua relação com os elementos da natureza.

Em princípios do século passado o elemento natural, propriamente dito, era fator preponderante para o funcionamento das *casas de santo*. Então, associando três elementos essenciais talvez possamos entender a idéia proposta neste capítulo. A repressão exercida pelos organismos mantenedores da ordem pública (dentre eles a polícia), a especulação imobiliária e a estreita

relação das religiões de matriz africana com o ecossistema, fizeram com que surgisse a tríade presente a cultura afro-carioca: subúrbio, morro, terreiro.

O remanejamento das classes populares – negros e brancos pobres - para áreas distantes do centro, a conseqüente consolidação do candomblé e da umbanda assim como as demais manifestações afro-descendentes em tais locais da cidade do Rio de Janeiro proporcionou a transformação de determinadas partes do subúrbio naquilo que a Corrêa chamaria de territórios-terreiros (CORRÊA, 2004).

Foi diante dessas condições que o subúrbio carioca e a Baixada Fluminense serviram como local de fixação para aquelas religiões.

5.2. O Mercadão em foco

A música a seguir nos auxiliará a entendermos Madureira e finalizarmos o capítulo.

> O meu lugar
> O me lugar é caminho de Ogum e Iansã, lá tem samba até de manhã, uma ginga em cada andar. O meu lugar é cercado de luta e suor, esperança num mundo melhor e cerveja pra comemorar. O meu lugar tem seus mitos e Seres de Luz, é bem perto de Osvaldo Cruz, Cascadura, Vaz Lobo e Irajá. O meu lugar é sorriso é paz e prazer, o seu nome é doce dizer
> Madureira. Ah que lugar, a saudade me faz relembrar os amores que eu tive por lá, é difícil esquecer. Doce lugar que é eterno no meu coração e aos poetas trás inspiração pra tentar escrever. Ai meu lugar quem não viu Tia Eulália dançar, Vó Maria o terreiro benzer e ainda tem jongo à luz do luar. Ai que lugar tem mil coisas pra gente dizer, o difícil é saber terminar, Madureira.
> Em cada esquina um pagode num bar, Império e Portela também são de lá. E no Mercadão você pode comprar, por uma pechincha você vai levar um dengo, um sonho pra quem quer sonhar em Madureira.
> E quem se habilita até pode chegar, tem jogo de lona, caipira e bilhar, Buraco, sueca pro tempo passar em Madureira.
> E uma fezinha até posso fazer no grupo dezena centena e milhar, pelos 7 lados eu vou te cercar em Madureira.

Esta composição pertencente aos renomados músicos e compositores Arlindo Cruz e Mauro Diniz é bastante significativa. O primeiro nascido na Piedade e o segundo em Oswaldo Cruz, bairros próximos a Madureira.

Esta música foi gravada em 2008, porém contém algumas informações que cabem perfeitamente no nosso trabalho, pois aqueles músicos já são cinqüentenários e foram testemunhas oculares das características e transformações pelas quais o bairro passou.

Em primeiro plano a música apresenta a presença do universo religioso de matriz africana e o samba, a maior manifestação popular no que diz respeito à música carioca. Seguindo adiante a composição apresenta algumas personalidades ilustres e expressões culturais do bairro que entraram para a cultura afro-carioca como Dona Eulália do Nascimento, Vovó Maria Joana Rezadeira e o jongo do Morro da Serrinha.

Mais adiante as duas maiores agremiações da região são mencionadas, Império Serrano e Portela, e o Mercadão de Madureira. Para finalizar a resenha sobre o bairro, a música citou brilhantemente a presença do jogo do bicho. Por que brilhantemente? Bom, um dos maiores banqueiros do jogo de bicho da cidade do Rio de Janeiro construiu riqueza e fama no bairro de Madureira[69].

Os compositores conseguiram apresentar as características que consolidaram o bairro com um dos mais populares – e populosos se levarmos em consideração o trânsito de pessoas durante o dia – da Zona Norte da cidade e foi por essa razão que decidimos fazer uso dela.

Provavelmente a música tenha sido mais esclarecedora que o próprio capítulo sobre a importância de Madureira para o universo litúrgico afro-brasileiro.

[69] Natalino José do Nascimento ou Natal da Portela, nascido em Queluz, cidade paulista localizada no Vale do Paraíba, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro ainda criança. Foi na casa de seu pai onde a escola de samba Portela foi fundada por Paulo Benjamim de Oliveira na década de 1920. Anos mais tarde, quando se tornou banqueiro de jogo do bicho passou a financiar a escola.

Foto 1.

Frontispício sobre uma das entradas do mercado na Avenida Ministro Edgard Romero.

Silva, 21/07/2010.

Foto 2.

Iniciado no candomblé parado em frente ao Mercadão. Atrás nota-se afixado um cartaz oferecendo trabalhos espirituais.

Silva, 21/07/2010.

Foto 3.

***Cantinho do Boiadeiro*, uma das lojas dedicadas a venda de artigos litúrgicos para candomblé e umbanda.**

Silva, 21/072010.

Foto 4.

Loja *Mundo dos Orixás.* Destaque para a indumentária de Obaluaê[70], divindade bastante poderosa nos rituais afro.

Silva, 21/07/2010.

[70] De acordo com uma das histórias da mitologia africana, Obaluaê quando criança teria desobedecido sua mãe, que o castigou infectando-o com a varíola. Desde então veste-se com roupa de palha cobrindo-se da cabeça aos pés tentando esconder as chagas decorrentes da doença.

Foto 5.

Um dos *boxes* herbanários especializados na venda de gêneros utilizados na liturgia do candomblé e da umbanda.

Silva, 21/07/2010.

Foto 6.

Aviário com muitos animais utilizados na imolação ritual do candomblé: galinha d'Angola, pombo branco, cabrito, dentre outros.

Silva, 21/072010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – A experiência de uma pesquisa participante

Há quase duas décadas, quando o presente pesquisador ainda estava na fase da puberdade, ocorreu uma situação um tanto quanto embaraçosa, mas bastante elucidativa sobre a ainda conturbada condição dos praticantes das religiões de matriz africana.

Estava paramentado com uniforme branco a caminho de uma sessão umbandista, quando por acaso do destino encontrou uma amiga do colégio e que tão logo o vira naqueles trajes indagou o porquê daquela roupa.

Naquele momento, ainda muito pouco esclarecido sobre a grandeza da umbanda, sentindo-se envergonhado respondeu que estava a caminho do judô. Porém sua mãe, com a altivez de uma verdadeira *filha de santo*, logo desmentiu a versão dizendo que ambos estavam a caminho de um centro daquela religião. A amiga contemporizou dizendo não ver problema algum em tal prática, mas ainda assim foi bastante desconcertante para o jovem umbandista.

Esta concisa, porém verídica, história ajuda a mostrar o ainda presente temor em relação à aparição pública por parte de alguns praticantes das religiões com raízes africanas, visto que são alvo e grande observação quando não de injúria.

Ao longo da trajetória de estudos na graduação em História e durante a prática como educador, surgiram algumas inquietações sobre a condição dos negros e da população pobre da cidade do Rio de Janeiro, principalmente em relação à presença ou não das religiões de matriz africana em determinadas áreas do Rio. Diante desta situação buscaram-se respostas para esclarecer tal realidade – construindo uma situação-problema sobre a qual se debruçou para realizar a investigação. Transformou-se a indagação em um problema para o projeto de pesquisa.

É provável que não tenha sido elucidada por completo, o que por sua vez serve de estímulo a continuar estudando. Serviu também de auxilio, de forma inquestionável, para fazer da interdisciplinaridade como mecanismo de leitura da realidade em que vivemos.

A sociedade brasileira predominantemente cristã e pretensamente branca construiu ao longo de nossa história padrões de comportamentos que

acabaram por impedir ou pelo menos dificultar as demais formas de manifestações culturais e religiosas minoritárias e/ou não convencionais.

O desenvolvimento da sociedade burguesa entre fins do século XIX e início do século passado ampliou as dificuldades do exercício das práticas populares a medida que fez uso das instituições governamentais para moldar o espaço urbano a seu gosto.

A reforma realizada do por Francisco Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX e continuada pelos demais prefeitos cariocas criou um óbice para o candomblé e a umbanda nas áreas que foram objeto da especulação imobiliária da cidade, fazendo com que as regiões limítrofes do município se convertessem no espaço alternativo para sua realização.

Nesse sentido, o entendimento sobre as políticas públicas de urbanização, valorização dos centros urbanos das metrópoles e a espacialização da luta de classes pela apropriação do solo urbano, guardam íntima relação com as mentalidades que compunham ideário do período estudado.

Como no caso estudado por essa pesquisa, a reforma urbana, as políticas de saneamento e especulação imobiliária estiveram ligadas às concepções de branqueamento, higienização e modernização urbana promovendo a segregação sócio-espacial da população pobre e de sua cultura religiosa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp. 1999.

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memória de um sargento de milícias*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). NOVAIS, Fernando A, (Coordenador Geral). *História da vida privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. *Sociedade Brasileira*: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Sociedade Brasileira*: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Malandros desconsolados*: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura, 2005.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro*: 1565 – 1965. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1967.

BASTIDE, Roger. *As Religiões africanas no Brasil*: Contribuição para uma Sociologia das Interpenetrações de Civilizações. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

_____. *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. 1990.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade*: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BUENO, Eduardo. *Brasil:* uma história. A incrível saga de um país. São Paulo: Ática, 2003.

CARNEIRO, Edison. *Religiões Negras*: Notas de Etnografia Religiosa / Negros Bantos: Notas de Etnografia Religiosa e de Folclore. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. *Trabalho, lar e botequim.* O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque.* São Paulo: EdUnicamp, 2001.

COARACY, Vilvaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*: quatro séculos de histórias. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008.

CORRÊA, Aureanice de Mello. *Irmandade da Boa Morte como manifestação cultural afro-brasileira*: de cultura alternativa à inserção global. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. Rio de Janeiro: Ática, 1995.

_____. & Zeny Rosendahl (Organizadores). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Berttrand Brasil, 2003.

CUNHA, Alexandre Eulálio Pimenta da (Sup. Geral). *Nosso Século, Brasil*: 1900 – 1910. São Paulo: Abril S.A Cultural, 1985.

DAMÁZIO, Sylvia - *Um Pouco da História do Espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

ELIAS, Cosme. *Samba do Irajá e de outros subúrbios*: um estudo sobre a obra de Nei Lopes. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

FRAHIA, Silvia & LOBO, Tiza. *Bairros do Rio*: Madureira e Osvaldo Cruz. Rio de Janeiro: Frahia, 2000.

FRIDMAN, Fania. *Paisagem estrangeira*: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

HAHNER, June E. *Pobreza e política*: os pobres urbanos no Brasil – 1870 – 1970. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

LARA, Silvia Hunold & PACHECO, Gustavo (org.) *Memória do jongo*: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.

LIGIÉRO, Zeca. *Malandro divino*: a vida e a lenda de Zé Pilintra, personagem mítico da Lapa carioca. Rio de Janeiro: Record: Nova Era, 2004.

LINHARES, Maria Yeda. (Organizadora). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MATOS, Cláudia Neiva de. *Acertei no milhar*: samba e malandragem no tempo de Getúlio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOURA, Roberto M., *No princípio era a roda*: um estudo sobre o samba, partido-alto e outros pagodes. Rio de Janeiro: Roço, 2004.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE/IMI/Divisão de Música Popular, 1983.

NEGRÃO, Lísias. *Entre a Cruz e Encruzilhada*: Formação do campo umbandista em São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

NOVAIS, Fernando A. (Coordenador-geral da coleção), Nicolau Sevsenko (Organizador do volume). *História da vida privada no Brasil*: República: da b*elle époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O'DONNELL, Júlia. *De olho na rua*: a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Caminhos da identidade*: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*: umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Brasilense, 2005.

PINTO, L. A. Costa. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança.* Rio de Janeiro: UFRJ. 1998.

PRANDI, José Reginaldo. As Religiões Negras do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIO, João do. *As religiões do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

RISÉRIO, Antonio. *Oriki Orixá*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

ROCHA, Agenor Miranda. *Os Candomblés Antigos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1994.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008.

SANTOS, Fábio Alexandre. *Domando as águas*: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1895-1930. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SCLAIR, Moacyr. *Oswaldo Cruz.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1996.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Sortilégio de Saberes*: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900 – 1990). São Paulo: IBCCRIM, 2004.

SILVA, Fernando Teixeira Da *et al*. (org.) *Repúlbica, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda*: caminhos da devoção brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2005.

_____. *Orixás da metrópole*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOIEHT, Rachel. *A subversão pelo riso*: estudos sobre carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VOGEL, Arno; Marco Antônio da Silva Mello & José Flávio Pessoa de Barros. *A galinha-d'angola*: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: Pallas, 1993.

PERIÓDICOS

Cidade do Rio.
Gazeta de Notícias, da cidade do Rio de Janeiro.
Jornal do Brasil (edição comemorativa).

MAPAS

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro*: 1565 – 1965. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1967.
SERQUEIRA, Celso M. http://www.serqueira.com.br/mapas/muro1.htm
www.google.com/maps